

REVISTA CIENTÍFICA

AMBIENTE ACADÊMICO

VOLUME 9, NÚMERO 1, JANEIRO A JUNHO DE 2023 ISSN ON LINE 2526-0286

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ISSN 2447-7273

REVISTA CIENTÍFICA AMBIENTE ACADÊMICO
Volume 9, número 1

Cachoeiro de Itapemirim

2023

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2447-7273

Temática Multidisciplinar

Revisão Português

Andressa Borsoi Ignez

Capa

***Marketing* Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim**

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim

Rua Moreira, 29, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES | 29306-017

E-mail: pesquisaeextensao.cachoeiro@multivix.edu.br

FACULDADE MULTIVIX-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

DIRETOR EXECUTIVO

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Fernando Bom Costalonga

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Ferreira da Silva

DIRETOR DE INOVAÇÃO

Giuliano Bresciani

DIRETOR GERAL

Valderedo Sedano Fontana

COORDENADORA ACADÊMICA

Laureanny Madeira

COORDENADORA DE GRADUAÇÕES

Valquiria Cruz Cereza

COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO

Nelson Coimbra Ribeiro Neto

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

COMISSÃO EDITORIAL

Andressa Borsoi Ignêz
Eliene Maria Gava Ferrão Penina
Daniele Drumond
Helber Barcellos da Costa
Aline Cadurini Pezzin
Laureanny Madeira

Gabriel Uzai
Natalia Ribeiro Bernardes
Nelson Coimbra Ribeiro Neto
Raphael Cardoso Rodrigues
Valderedo Sedano Fontana
Valquiria Cruz Cereza

Revista Científica Ambiente Acadêmico / Multivix Cachoeiro,
Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., Faculdade do Espírito Santo
– v. 9. n. 1, jan./jun. 2023 – Cachoeiro de Itapemirim: MULTIVIX,
2023.

Semestral
ISSN Impresso 2447-7273
ISSN on line 2526-0286

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de
Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

Caro Leitor,

Por meio desta edição da Revista Ambiente Acadêmico, a Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim reforça seu compromisso técnico científico e social, aproximando a Instituição de Ensino ao público leitor, apresentando estudos inovadores, tecnológicos e com temáticas sociais relevantes em diversas áreas de conhecimento.

Sua essência aprofunda temas que provocam reflexão no cotidiano da sociedade e também da academia, unificando a Pesquisa e a Extensão, por meio de seus atores principais: docentes, discentes e o público externo à Instituição.

A socialização do conhecimento é um foco significativo nos estudos aqui publicados, em busca de uma sociedade mais evoluída, contribuindo diretamente com o desenvolvimento local regional, estadual e nacional.

Neste ínterim, o leitor é convidado a imergir nos textos e assimilar os contextos neles explícitos, a fim de transformar também o seu nível proximal de conhecimento, atingindo uma parceria indissolúvel com a Instituição. Boa leitura!

Valderedo Sedano Fontana
Diretor Geral
Faculdade Multivix Cachoeiro

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA COVID-19: CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NA PREVENÇÃO DA DOENÇA.....07

José Carlos Oliveira Ferreira, Vanessa Mendes dos Santos, Cristiane Bittencourt Felício Santos

PROSTITUIÇÃO FEMININA: ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....17

Flávia Dias Scantamburlo, Giovanna Carrozzino Werneck

REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS NA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO QUANTO À ONEROSIDADE, À GUERRA FISCAL E À SEGURANÇA JURÍDICA.....32

André Lugão Mendes, João Pedro Moreira Ferreira, Layla Coelho Fornazier Zerbone, Priscila Martins Chiecon

FORA DE CASA: UMA ANÁLISE DO SOFRIMENTO OCUPACIONAL DE CAMINHONEIROS NA PANDEMIA POR COVID-19.....46

Danyela de Almeida Bonisse, Jamilly Vieira Gambarini, Mateus Louzada Pessanha, Giovanna Carrozzino Werneck

PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DIANTE DOS DESAFIOS ESCOLARES.....62

André Crisóstomo Menezes, Douglas Fernandes Oliveira Vieira, Poliana Alves Seccon, Thiago Pereira Machado

O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER PRETA: O IMPACTO DO RACISMO E DO SEXISMO.....78

Débora Mara Lamin Fagundes, Fabiana Peçanha, Keilla Gonçalves Rangel, Mariana Tessaro dos Santos, Viviane Andrade Moura, Thiago Pereira Machado.

APONTAMENTOS RELEVANTES ACERCA DO MANEJO PSICOLÓGICO FRENTE AO RACISMO.....96

Beatriz Brum dos Santos, Maria Carolina Nunes Custódio, Marianna Laio Cassiano Inácio, Pâmela Tatagiba Quarto, Otávio Rettori Moreno, Thiago Pereira Machado.

DESENVOLVIMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA COVID-19: CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NA PREVENÇÃO DA DOENÇA

José Carlos Oliveira Ferreira¹

Vanessa Mendes dos Santos²

Cristiane Bittencourt Felício Santos³

RESUMO

A síndrome de Burnout é um dos principais distúrbios psíquicos, causada por exaustão extrema, sendo também, chamada de síndrome do esgotamento profissional. Este estudo tem como objetivo, através de uma revisão bibliográfica, realizar um estudo sobre a síndrome de Burnout e as ações preventivas que podem ser realizadas pelo enfermeiro do trabalho para a prevenção da doença nos profissionais de enfermagem. Os resultados mostraram que a síndrome de Burnout se desenvolve de forma silenciosa, tendo em vista a rotina e exposição do profissional de saúde a um cotidiano de extremo desgaste físico e emocional, se evidenciando durante a pandemia COVID 19, e que compete ao enfermeiro do trabalho estimular a equipe multiprofissional a participarem de programas de formação continuada, bem como os cursos de atualização específica, grupo de conversas, ginástica laboral e outros, com a finalidade de expandir conhecimentos, proporcionando meio onde o profissional possa ter voz para falar e expor suas angustias, vindo assim diminuir os índices de SB. A atuação do enfermeiro do trabalho nas orientações sobre a Síndrome de Burnout pode construir como uma atividade eficaz. É importante salientar que as medidas proporcionadas pelos enfermeiros aos profissionais de saúde é uma medida eficaz e educativa para os

¹ Graduando do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, jose.cfj@gmail.com

² Bacharel em Enfermagem, Enfermeira na Unidade de internação do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim-ES; Preceptora de curso técnico de Enfermagem; Especialista em Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica; Especialista em Gestão Hospitalar; Especialista em Docência do Ensino Superior, vanessa_mendes2015@hotmail.com

³ Professora orientadora: Bacharel em enfermagem, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Bacharel em Enfermagem, Especialista em Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Captação, Doação e Transplantes de Órgãos e tecidos, Especialista em Docência do Ensino Superior; Docente e Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cristiane.santos@multivix.edu.br

mesmos, pois adquirem informações fundamentais para a prevenção da Síndrome de Burnout.

Palavras-chave: Enfermagem; Enfermagem do Trabalho; Saúde Ocupacional; Síndrome de Burnout.

ABSTRACT

Burnout syndrome is one of the main psychic disorders, caused by extreme exhaustion, and is also called professional burnout syndrome. This study aims, through a bibliographic review, to carry out a study on the Burnout syndrome and the preventive actions that can be carried out by the occupational nurse to prevent the disease in nursing professionals. The results showed that the Burnout syndrome develops silently, in view of the routine and exposure of health professionals to a daily life of extreme physical and emotional exhaustion, becoming evident during the COVID 19 pandemic, and that it is up to the nurse at work encourage the multidisciplinary team to participate in continuing education programs, as well as specific updating courses, conversation groups, labor gymnastics and others, with the aim of expanding knowledge, providing a means where the professional can have a voice to speak and expose their anxieties , thus decreasing the SB indices. The performance of the occupational nurse in the guidelines on the Burnout Syndrome can build as an effective activity. It is important to point out that the measures provided by nurses to health professionals are an effective and educational measure for them, as they acquire fundamental information for the prevention of Burnout Syndrome.

Key-words: Nursing; Occupational Nursing; Occupational Health; Burnout Syndrome.

1 INTRODUÇÃO

Souza e Silva et al. (2019) pontua o contexto histórico do conceito de saúde, criado após o término da segunda guerra mundial em 1948, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) definindo saúde não só com ausência de doença, mais um completo bem-estar físico, psíquico e social, com o passar dos anos outros conceitos surgiram.

Segundo Alves et al. (2015), os transtornos mentais constituem 12% do total de doenças e incapacidades no mundo, sendo que um quarto das pessoas são afetadas em alguma fase da vida, devido à natureza crônica que produz incapacitação. Estes

desarranjos mentais são considerados um grave problema de saúde pública, haja vista que os objetivos desta são a redução da quantidade da doença e da inabilidade.

O ambiente de trabalho nas instituições hospitalares, expõe os profissionais de saúde a riscos ocupacionais, destacando-se os psicossociais, devido acompanharem o processo laboral intenso, estando em frente ao sofrimento e a morte, altos números de atendimentos, turnos duplicados, complicações interpessoais, destacando-se o baixo reconhecimento e desvalorização da classe. (GASPARINO; GUIARDELLO 2015).

Vidotti et al. (2019), destaca que os altos níveis de stress e fatores de baixa qualidade de vida podem se constituir em fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome de Burnout, onde os trabalhadores da área da saúde vivem uma demanda repleta de transtornos físicos e psicológicos, e estes profissionais são submetidos a longos períodos de trabalho, esforços físicos para realizar os diferentes cuidados ao paciente que muitas vezes, são poucos colaborativos. Tais cuidados englobam desde o atendimento as necessidades humanas, estes combinados as horas de sono insuficientes, recursos humanos e materiais ineficientes, problemas derivados do trabalho em equipe e o convívio com o sofrimento e a morte, podem conduzir ao esgotamento.

No ciclo hospitalar uma figura se faz importante no controle e prevenção da síndrome de Burnout, o enfermeiro do trabalho.

Esse artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre a síndrome de Burnout e as ações preventivas que podem ser realizadas pelo enfermeiro do trabalho para a prevenção da doença nos profissionais de enfermagem.

2 DESENVOLVIMENTO

Síndrome de Bournout e o profissional de saúde

A síndrome de Burnout, (do inglês *to burn out*, Algo como *queimar por completo*), foi descrita pela primeira vez pelo psiquiatra Herbert Freudenberger em 1974, e atualmente está inserida na classificação Internacional de Doenças CID-11 sob o código QD85 (PERNICIOTTI, 2020). Gasparino e Guirardello (2015), defini a Síndrome de Burnout como uma síndrome psicológica que se desenvolve em indivíduos expostos as fontes crônicas de estresse presentes no local de trabalho e acomete mais os que se relacionam intensamente com outras pessoas.

A síndrome de Burnout manifesta-se através de quatro classes sintomatológicas, sendo: física (fadiga constante, alterações do sono, distúrbios gastrointestinais, perda de peso, distúrbios cardiovasculares e respiratórios, e dores musculares e/ou

osteomusculares), psíquica (falta de atenção, alterações da memória, ansiedade, impaciência, mudanças bruscas de humor, desconfiança e frustração), comportamental (agressividade, irritabilidade, negligência no trabalho, incapacidade para relaxar, relacionamentos afetados devido distanciamento e indiferença) e defensiva (isolamento, sentimento de onipotência, ironia e atitude cínica) (PORTELA et al, 2015).

Atualmente muito se tem discutido acerca da saúde mental da classe de trabalhadores da enfermagem que juntos constituem a maior categoria profissional atuando no campo da saúde em nosso país, com quase dois milhões de profissionais. De tal modo, no campo do trabalho, a saúde mental pode ser explicada a partir de experiências de ordem positivas, tais como o bem-estar e a qualidade de vida, ou a partir de fenômenos de ordem negativa, como estresse e Burnout (MENDONÇA; ARAÚJO, 2016).

Segundo Silva et al. (2020) é possível que os profissionais de saúde, principalmente no Brasil, estejam sujeitos ao desenvolvimento da síndrome de Burnout. Isso ocorre devido a rede de atendimento colocar esses indivíduos no papel central não apenas do tratamento, mais também de programas de prevenção de doenças mais em questões gerais da comunidade. Assim buscando a integralidade do atendimento, enquanto princípio do sistema único de saúde (SUS), o agente de saúde lida proximamente e fica exposto a estressores psicossociais e outros. De acordo com Ferreira et al. (2020), fala que os profissionais de enfermagem são mais propensos a adquirir problemas de saúde mental como a depressão e síndromes por conta da exaustão emocional, ainda sobre ambiente de trabalho, mostra que setores fechados e com procedimentos de alta complexidade juntamente com a instabilidade ou mesmo agravamento do quadro clínico do paciente forma um dos responsáveis pelo surgimento de ansiedade, especificamente no período de internações por COVID-19 e que a utilização de EPI constante frente aos efeitos adversos causados pelo vírus geraram uma alta carga de estresse prejudicando desta forma a saúde mental dos profissionais de saúde deixando o ambiente mais propício para o surgimento da síndrome de burnout.

Pandemia COVID 19: reflexo nos profissionais de saúde na linha de frente

A pandemia da COVID 19 trouxe imensos desafios para todos os setores, no Brasil e no mundo. O SARS-CoV-2 foi identificado em dezembro de 2019 como o agente etiológico da doença causada pelo Covid-19, descrito em Wuhan, na China. A Covid-19 chegou a América Latina em 25 de fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso (GRANJEIRO et al, 2020).

Segundo Brooks et al. (2020), a pandemia causa sequelas na saúde mental, ultrapassando até as mortes provocadas pela enfermidade. Os sistemas de saúde dos países atingidos entraram em decadência e os profissionais de saúde se tornam cada vez mais exaustos e afetados com as longas horas de trabalho e o distanciamento social – método de controle mais efetivo e adotado para reduzir a disseminação da doença. É notório que, em decorrência dessa perspectiva, o profissional tende a desenvolver um desgaste físico e emocional, além do surgimento de problemas como: hipertensão arterial, náuseas, estresse, doenças entéricas, esgotamento mental, depressão, exaustão e sono prejudicado.

No mesmo contexto, Silva et al. (2020) destaca em sua pesquisa, que o serviço de enfermagem, abrangendo técnicos, auxiliares e enfermeiros, está sujeito a baixa qualidade de vida no trabalho, estando sob grande pressão e lidando diretamente com o público, portanto cabe ressaltar que o serviço de enfermagem precisa de um olhar mais atento no que tange a sua saúde para evitar que chegue as altas demandas, as altas cobranças e conseqüentemente a síndrome de Burnout.

Para Borges et al. (2021) a pandemia da Covid 19 gerou preocupação com a saúde mental da sociedade, especialmente a dos profissionais de saúde a frente do cuidado, uma vez que a jornada excessiva, a sobrecarga de trabalho, o distanciamento familiar e de amigos, o lidar direto com o medo e angústia da morte, além de outros gatilhos, ficarão destacados durante a pandemia.

HUMEREZ et al.(2020) cita que os principais sentimentos revelados pela equipe de enfermagem, durante o período de pandemia, foram: ansiedade (por: falta de EPI, pressão, notícias vinculadas pela mídia), estresse (por: todo tempo chegando gente, morte como nunca houve, vontade de retorna ao lar em segurança), medo (por: risco de se infectar e infectar familiares, morte), ambivalência(por: parte da população que que os aplaudem, mais discriminam evitando contato), depressão(por: solidão, afastamento familiares, morte de companheiros de trabalhos), exaustão (por: esgotamento emocional com o volume de trabalho).

O sofrimento gerado impacta tanto em relação ao desempenho profissional do indivíduo como nas questões econômica e social das instituições de saúde que prestam serviços essenciais em momentos como este (TEIXEIRA; PREBIANCHI, 2019).

Fernandes et al. (2018), destaca o impacto do sofrimento na vida do profissional de saúde em âmbito: familiar, social, pessoal, profissional, acadêmica, autoconhecimento, a compreensão dos outros, a capacidade de autocrítica, aceitação

de problemas e a possibilidade de ter prazer na vida, esse sofrimento reflete no desenvolvimento da síndrome de Burnout e na qualidade do atendimento prestado.

Prevenção da síndrome de Burnout e o enfermeiro do trabalho

Goncalves; Schieder (2016), traz uma definição que caracteriza a síndrome de Burnout pela cronificação do estresse, o qual provoca o desequilíbrio no sujeito psicofisiológico, obrigando que a pessoa utilize recursos extras de energia, bem como iniba as ações desnecessárias ou incompatíveis com as estratégias de enfrentamento desencadeadoras desse contexto.

As abordagens relativas à relação saúde-trabalho contemplam, ao longo da história, saltos qualitativos e marcos referenciais distintos, envolvendo a Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional e a Saúde do Trabalhador, sendo esta última a abordagem mais atual e ampla e cujo objeto é o processo saúde e doença, em sua relação com o trabalho, na busca de condições e ambientes saudáveis, contextualizada no momento sociopolítico de uma determinada sociedade. (MARZIALE 2010).

Gomes (2015), relata que dentre as atividades administrativas, educativas e assistências do enfermeiro do trabalho, se inclui também a busca por prevenir, diagnosticar, tratar e reabilitar o trabalhador, lançando mão de referencial teórico, palestras, cursos, sistematização da assistência de enfermagem, onde os diagnósticos devem seguir a taxonomia. A literatura descreve que o instrumento mais utilizado para a avaliação da síndrome de burnout tem sido o MASLACH BURNOUT INVENTORY, que considera como dimensões da síndrome: baixa realização pessoal no trabalho, alto esgotamento e alta despersonalização ou cinismo. Perniciotti et al. 2020, descreve possíveis intervenções que possam ser realizadas para prevenir a síndrome de burnout, através da diminuição do estresse ocupacional sendo estas: intervenções individuais (modificar o sujeito), Intervenções organizacionais (modificar o ambiente estressor, intervenções combinadas (modificar sujeito e ambiente estressor).

França e Ferrari (2012) *apud* Gasparino e Guirardello (2015), destacam que compete ao enfermeiro estimular a equipe multiprofissional a participarem de programas de formação continuada, bem como os cursos de atualização específica, com a finalidade de expandir conhecimentos a respeito da temática e, desta forma, colaborar tanto para a diminuição da síndrome de burnout, quanto para a qualidade da assistência e segurança do profissional de saúde.

A melhor forma de atuação do enfermeiro do trabalho na síndrome de burnout é a prevenção. A primeira medida é o conhecimento de suas manifestações. Assim cabe ao

enfermeiro do trabalho, recomendar a conciliação entre a atividade profissional e as horas de lazer e não permitir que o estresse se instale. O enfermeiro do trabalho estuda as condições de segurança e periculosidade de empresas, hospitais, efetuando observações nos locais de trabalho e discutindo-as em equipe, para identificar as necessidades no campo de segurança, higiene e melhoria do trabalho (SILVA; JORGE LUIZ et al., 2012).

Dentre as formas de prevenção, destacam-se o aumento da variedade de rotinas para evitar a monotonia, diminuição do excesso de horas extras, melhor suporte social as pessoas, melhora das condições sociais e físicas do trabalho, investimento no aperfeiçoamento profissional e pessoal do profissional de saúde (GIOMO et al, 2009).

Importante esclarecer que a síndrome de burnout, não é um problema do indivíduo, mas do ambiente social no qual desempenha suas atividades laborais (CARLOTTO; CAMARA, 2008). Acredita-se que o trabalhador satisfeito e saudável, contribui muito mais para a organização. Assim partindo dessa perspectiva, a enfermagem do trabalho poderia ser vista até mesmo como um investimento das organizações. E acredita-se que nem pode ser vista como um investimento, uma vez que se defende que as organizações hoje de fato preocupem-se e justamente por isso zelem pela saúde de seus funcionários (GIOMO et al; 2009).

Humerez et al. (2020), conclui que uma estratégia para o cuidar da saúde mental é o ouvir empático, planejado. Diante de uma pandemia como a que vivemos, os profissionais da enfermagem fazem parte de um dos grupos mais afetados, expostos ao risco de contágio e da dor emocional que afeta consideravelmente a saúde mental.

3 CONCLUSÃO

Destaca-se neste estudo, a importância do conhecimento da síndrome de Burnout e os principais fatores de risco que desencadeiam a síndrome, assim como a importância de medidas para minimizar e prevenir as consequências deste distúrbio. A importância da atenção à saúde mental dos profissionais de saúde vem se destacando nos últimos anos de forma significativa.

Fica evidenciado que a síndrome não se desenvolve por problemas do indivíduo, mais sim por consequência do ambiente ao qual precisa estar para realizar suas atividades trabalhistas e laborais, destacando-se o profissional de saúde que está exposto a um ambiente com estresse ocupacional de grau elevado, sendo também afetado pela rotina duplicada de trabalho, a realizada de estar à frente com a vida e

morte, além de altas cobranças, ameaças e questões com acompanhantes e a própria equipe, além da desvalorização da classe, sendo esta a maior na área da saúde.

Durante o decorrer da pandemia COVID 19, o profissional de saúde sentiu o reflexo no setor emocional, estando de frente para gatilhos emocionais, físicos e financeiros, além de medo diante do desconhecido, alta cobrança, jornada de trabalho exaustiva entre outros que contribuíram para o desenvolvimento da síndrome de Burnout, refletindo em afastamento de trabalho, na qualidade de vida, e na qualidade do atendimento prestado pelo profissional de saúde, deixando sequelas a serem tratadas a nível psicológico, medico talvez para a vida inteira. Apesar de ter se tornado protagonista na linha de frente no combate a COVID -19, o profissional de saúde se viu desamparado e desvalorizado, vindo muitas vezes a se questionar o porquê ter escolhido a enfermagem, o porquê de estar ali perante e de frente a morte por muitas vezes. Tal questionamento era ofuscado pelo dom de exercer uma profissão tão linda e assim seguia o profissional de enfermagem em sua rotina.

O enfermeiro do trabalho entra como um grande colaborador nas identificações dos fatores de risco para síndrome, além de poder realizar medidas a fim de identificar os sinais, e ações para prevenção e controle da Síndrome Burnout, através de planos e programas relacionados a saúde do trabalhador. A enfermagem do trabalho contribui para as medidas de prevenção onde se consegue entender melhor como a síndrome se inicia, evolui com o passar do tempo, permitindo assim atuar de forma precoce em ações de prevenção, além de intervenções onde o profissional possa sentir confiança em se abrir, de expor seus conflitos e buscar ajuda.

4 REFERÊNCIAS

ALVES; ANA PAULA et al. Prevalência de transtornos mentais comuns entre profissionais de saúde;2015. **Revista de enfermagem UERJ**; Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuernj/article/view/8150>. Acesso em: 10/02/2022.

BROOKS; SAMANTHA K et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, 2020; 395(102227): 912-20. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673620304608>. Acesso em: 10/02/2022.

BORGES; FRANCISCA EDINARIA D.S et al. Fatores de risco para síndrome de burnout em profissionais da saúde durante a pandemia de covid-19. **Revista enfermagem atual In Derme**; 2021 v.95 Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/835>. Acesso em: 05/01/2023.

CARLOTTO; M. S, CÂMARA; S.G GONÇALVES. Análise da produção científica sobre síndrome de burnout no Brasil; **Revista eletrônica Psico-** v. 39, pp. 152-158. 2008. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/1461>. Pdf.
Acesso em: 24/11/2022.

FERREIRA; ANTONIA CLICIA DA SILVA et al. O agravo da saúde mental dos profissionais de enfermagem relacionado a sobrecarga de trabalho e outros. **Saúde Em Foco: Temas Contemporâneos** - Volume 3; 2020. Disponível em:
<https://downloads.editoracientifica.org/articles/200901567.pdf>. Acesso em: 24/11/2022.

FERNANDES; MÁRCIA ASTRÊS et al. Transtornos mentais associados ao trabalho em profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa brasileira. **Revista Brasileira de medicina do trabalho**. 2018; 16(2): 218–224. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909239>. Acesso em: 10/11/2022.

FRANÇA; FLAVIA MARIA, FERRARI; ROGERIO. Síndrome de Burnout e os aspectos sócio demográficos em profissionais de enfermagem. **ACTA paulista de enfermagem**.2012;25(5):743-8. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/pgzj9nJshD4DbDrFthGq5YC/?lang=pt>. Acesso em: 05/11/2022.

GASPARINO, RENATA CRISTINA.C; GUIRARDELLO, EDINEIS DE BRITO. Ambiente da prática profissional e burnout em enfermeiros. **Revista da rede de enfermagem do Nordeste**. 2015 jan-fev; 16(1):90-6. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=324036185011>. Acesso em: 11/01/2023.

GRANJEIRO; ÈRICA MARIA et al. Estratégias de ensino a distância para a educação Interprofissional em saúde frente a pandemia COVID-19. **REVISA - Revista de divulgação científica sena aires**.2020;591-602. Disponível em:
<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/613>. Acesso em: 23/09/2021.

GONÇALVES; ROZEMY M.V, SCHNEIDER; KARLA SELL. Estratégias de enfrentamento da síndrome de burnout na enfermagem; **Caderno Saúde e Desenvolvimento- Uninter**; vol.8, N.5, 2016. Disponível em
<https://cadernosuninter.com/index.php/saude-e-desenvolvimento/article/view/435>.
Acesso em: 23/09/2021.

GOMES; SHIRLEY.R, GOMES; ANDRÉ R. Diagnósticos de enfermagem relacionados à síndrome de burnout. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 1, n. 2, 30 dez. 2015. Disponível em:
<http://reinpeconline.com.br/index.php/reinpec/article/view/80>. Acesso em: 16/12/2021.

GIOMO; DENISE BERGAMASCHI et al. Acidente de trabalho, riscos ocupacionais e absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem hospitalar; **Revista de enfermagem UERJ**, 2009 Jan. /mar; 17(1):24-9. Disponível em
><https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-513355>. Acesso em: 23/09/2021.

HUMEREZ; DORISDAIA.C et al. Saúde mental dos profissionais de enfermagem do Brasil no contexto da pandemia Covid-19: ação do Conselho Federal de Enfermagem.

Revista Cogitare enfermagem. 2020. Disponível em:
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1099598/7-74115-v25-pt.pdf>. Acesso em:
20/07/2022.

MENDONÇA; SANDRA H.A, ARAÚJO; LIDIANE S. Esgotamento profissional e qualidade de vida no trabalho: revisão integrativa. **Revista psicologias** VOL. 2; 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/psi/article/view/472>. Acesso em: 13/11/2022.

MARZIALE; MARIA HELENA PALUCCI. Contribuições do Enfermeiro do Trabalho na Promoção da Saúde do Trabalhador. Editorial. **Acta paul. enferm.** 23 (2). Abr. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/qCbzzvGSHbb5Bm5TT677jVb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13/12/2022.

PORTELA CARDOSO; NYTALE LINDSAY et al. Síndrome de burnout em profissionais de enfermagem serviços de urgência e emergência. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online.** 2015. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750947034.pdf> . Acesso em: 13/12/2022.

PERNICIOTTI, PATRICIA et al. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção. **Revista Sociedade brasileira de psicologia hospitalar**, v. 23, 2020. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v23n1/05.pdf>. Acesso em: 14/12/2022.

SOUZA E SILVA; MARCELO JOSÉ et al. O Conceito de Saúde Coletiva: Contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Revista de Saúde Coletiva**, v 29 (1), 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/physis/article/view/43079>. Acesso em: 08/01/2023.

SILVA; JORGE LUIZ LIMA et al. Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas instruções à saúde do profissional de enfermagem. **Revista Aquichan-Universidade de La Sabana.** 2012. Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972012000200006. Acesso em: 14/12/2022.

SILVA; JÚLIA FERNANDA et al. Síndrome de Burnout em profissionais de Enfermagem no contexto da Atenção Básica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 39. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2320>. Acesso em: 14/12/2022.

TEIXEIRA; FABÍOLA D., PREBIANCHI; HELENA B. Comprometimento, estresse e satisfação com a vida de profissionais da saúde. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, 2019. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000200004. Acesso em: 07/10/2022.

VIDOTTI; VIVIANE et al. Síndrome de burnout, estresse ocupacional e qualidade de vida entre trabalhadores de enfermagem. **Revista Eletrônica Trimestral de Enfermeira**, 2019. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/325961>. Acesso em: 13/02/2022.

PROSTITUIÇÃO FEMININA: ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Flávia Dias Scantamburlo⁴

Giovanna Carrozzino Werneck⁵

RESUMO

A prostituição feminina é considerada a profissão mais antiga do mundo e traz consigo uma história construída por fatores sócio-históricos, que necessitam ser problematizados, tendo em vista aspectos contemporâneos. Assim, a prostituição envolve um conjunto de representações, geralmente estigmatizantes, analisadas neste artigo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a produção de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres trabalhadoras do sexo. A pesquisa está baseada no referencial teórico-metodológico das representações sociais, com o intuito de compreender os sentidos produzidos sobre/para a prostituição, a partir dos discursos das próprias profissionais do sexo.

Palavras-chave: Estigma; Prostituição; Representações sociais.

ABSTRACT

Female prostitution is considered the oldest profession in the world and brings with it a history built by socio-historical factors, which need to be problematized in view of contemporary aspects. Thus, prostitution involves a set of representations, usually stigmatizing, analyzed in this article. The methodology used was bibliographic research and the production of data was done through semi-structured interviews with female sex workers. The research is based on the theoretical and methodological reference of social representations, with the aim of understanding the meanings produced for/to prostitution, based on the discourses of the sex professionals themselves.

Key-words: Stigma; Prostitution; Social Representations.

⁴ Graduada em Psicologia, pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, flaviascantamburlo@hotmail.com

⁵ Professora orientadora: Mestre em Letras, pelo IFES/Vitória; Especialista em Terapia Comportamental, pelo Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento/Campinas, e em Políticas Públicas em Gênero e Raça, pela UFES. Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gcarrow@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a prostituição feminina, profissão ainda não regulamentada no Brasil e alvo de estigmatizações no decorrer da história. Por não ser uma profissão reconhecida legalmente pela legislação brasileira, as mulheres que exercem tal atividade encontram-se à margem da sociedade, incidindo sobre elas representações de caráter negativo. Diante de tal contexto, algumas delas trabalham sob condições precárias e, devido a não regulamentação, sem direito trabalhista algum.

Ressalta-se que desde seu surgimento, a prostituição foi marcada por discriminação, tentativas de acabar com a sua prática, reprovação da igreja etc. Nota-se que, com o passar dos anos, a atividade, apesar do pouco reconhecimento e das represálias, ganhou visibilidade e os direitos das profissionais do sexo⁶ passaram a ser reivindicados por movimentos sociais.

Em seguida, será explicitado o processo de regulamentação da prostituição no Brasil, incluindo um projeto de lei que visa garantir o acesso das profissionais aos direitos sociais básicos e direitos trabalhistas, contribuindo, assim, para minimizar a exploração sexual e a marginalização daquelas que exercem a prostituição.

Realizamos, nos limites deste artigo, um diálogo entre as representações sociais e a prostituição. Silva e Capelle (2015) apontam que “[...] além de ser vista como uma atividade clandestina no mercado, a prostituição enfrenta outras questões relacionadas ao aspecto moral dessa profissão”. O estigma que envolve a profissão tem relação, portanto, com os preconceitos ligados a ela, que podem mudar de acordo com os costumes da sociedade.

Para concluirmos, relatamos a pesquisa de campo realizada com profissionais do sexo em um estabelecimento conhecido na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES, e que teve como objetivo aplicar uma entrevista semiestruturada e, ao mesmo tempo, escutá-las em relatos atravessados pela história de vida de cada uma. Os dados são estudados, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa que é analisar as representações

⁶ Utilizamos a expressão “profissional do sexo” para nos referirmos à mulher que trabalha no ramo da prostituição. Tal expressão é proveniente dos Encontros Nacionais das Profissionais do sexo, realizado pela primeira vez em 1987, no Rio de Janeiro. Essa expressão designa uma pessoa que faz sexo de forma impessoal, por determinada quantia ou qualquer outro bem (MORAES, 1996).

sociais construídas em relação à prostituição no Brasil, considerando, para tanto, os discursos das próprias profissionais.

2 DESENVOLVIMENTO

Aspectos históricos da prostituição

De acordo com Ribeiro (2005), na antiga civilização grega, a prostituição fazia parte da paisagem cotidiana e era um meio de obtenção de rendimento igual a qualquer outro, sendo uma prática controlada pelo estado. Assim, as profissionais do sexo pagavam altos impostos e deviam se vestir de forma a serem identificadas como tais. Conforme exposto por Ribeiro (2005), dentre as várias categorias de profissionais do sexo da época havia as *hetairas*, de grande relevância social e conhecidas pela inteligência na administração dos próprios bens e competência nas articulações políticas. Frequentavam, livremente, o universo masculino, participavam das atividades reservadas aos homens e trabalhavam nos bordéis do Estado sem sofrerem qualquer tipo de coerção. As *hetairas* eram formadas em escolas nas quais as aspirantes aprendiam a arte do amor, a literatura, a filosofia e a retórica, vindo a ser as mulheres mais instruídas da Grécia. Sobre as *hetairas*, Ribeiro (2005) reitera:

Havia, na Grécia, uma classe de mulheres independentes, educadas, possuidoras de boas maneiras, com conhecimento de instrumentos musicais e dança. Eram as *hetairas* que participavam de banquetes em que esposas e filhas não podiam estar entretendo os homens e, inclusive, relacionando-se sexualmente com eles. Algumas delas participavam de debates filosóficos, também eram competentes em discussões e de extrema beleza. Acumulavam riquezas e, muitas delas, associavam-se a nomes ilustres, formando casais famosos: Aspásia e Péricles, Timandra e Alcibíades, Leóntion e Epicuro, Tais e Alexandre, o Grande (RIBEIRO, 2005, p. 19).

Já na Idade Média, segundo Roberts (1998), período marcado pelo domínio religioso e moral da Igreja Católica, havia normas rígidas de conduta para as mulheres, principalmente de cunho sexual. A virgindade era considerada uma virtude feminina, sendo, portanto, as profissionais do sexo tidas como pecadoras. Ao mesmo tempo, eram liberadas as práticas sexuais dos homens. Diante disso, apesar da rigidez religiosa, a prostituição feminina era tolerada (apesar de ser um ato pecaminoso pela Igreja Católica), pois visava evitar o aumento dos casos de estupro e, ao mesmo tempo, constituía-se como uma válvula de escape para os desejos sexuais masculinos (ROBERTS, 1998).

Historicamente, houve tentativas de acabar com a prática da prostituição e algumas medidas higienistas foram implementadas, principalmente, pelos religiosos. Em 1254, Luis IX editou um decreto expulsando as profissionais do sexo das cidades e

aldeias francesas, o que gerou indignação na população. Em 1256, Luis IX o editou determinando que as profissionais do sexo retornassem às cidades, porém deveriam se manter afastadas dos "locais honrados", isto é, elas só poderiam viver em locais específicos nas periferias da cidade sendo, portanto, segregadas (ROBERTS, 1998).

De acordo com Bauer (2001), na Idade Moderna, vê-se um efeito da institucionalização do matrimônio, que consolidou um ideal de família. Nessa época, o papel da mulher em nossa sociedade deveria ser o de manter-se sempre casta, pura e destinada à vida doméstica, enquanto para a profissional do sexo permanecia o estigma do pecado, das doenças e, ao mesmo tempo, do prazer pelo sexo. Essa representação, entretanto, produziu um outro viés retratado por autores que apontaram a "utilidade social" das profissionais do sexo, à medida que serviam para a reprodução da ordem vigente. Assim, conforme nos aponta Bauer (2001):

[...] os serviços das profissionais do sexo eram tolerados, pois com os homens reservando seus desejos e fantasias a essas profissionais, as donzelas e mulheres casadas teriam sua virtude e higiene preservadas e protegidas. A profissional do sexo não passava de um objeto que se podia comprar, vender ou alugar como qualquer outra mercadoria comerciável. Utilizar-se de seus serviços não era vergonhoso, existia liberdade moral para isso, principalmente para os mais jovens (BAUER, 2001, p. 56).

No Brasil, Bauer (2001) comenta que, no período da colonização, o exercício da sexualidade deu-se por meio de um afrouxamento da repressão sexual, ou seja, o sexo acontecia livremente entre brancos (europeus), índios e negros. Os jesuítas intervieram nessa situação autorizando a vinda de mulheres europeias, principalmente profissionais do sexo para servirem aos homens sem suas famílias, que tinham migrado da Europa. No final do século XIX e início do XX, a prostituição ganhou espaço na sociedade brasileira. Grandes bordéis foram construídos e eram frequentados por homens das mais diversas classes sociais. Nesse tempo, os cabarés estabeleceram uma rede de sociabilidade (ROBERTS, 1998).

Sobre a história da prostituição, Guimarães e Merchán-Hamann (2005) assim a resumem:

A prostituição constitui-se como uma prática milenar que tradicionalmente tem subvertido o exercício 'controlado' da sexualidade via instituições sociais. Tentativas de controle foram implementadas no passado, variando da satanização, isto é, do controle exercido pela instituição religiosa, passando pela proibição expressa em códigos civis, e chegando, finalmente, no Brasil, à demanda pela sua legalização, como atividade profissional (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005, p. 525).

Desta maneira, com o passar dos anos, as profissionais do sexo passaram a reivindicar o acesso aos direitos sociais, bem como o reconhecimento da prostituição

como profissão. No Brasil, nota-se que o início dessas reivindicações se deu na década de 90, quando começaram a ocorrer debates e mobilizações pela legalização da prostituição (ALVARES; RODRIGUES, 2001). Nesse sentido, nas últimas décadas, as discussões sobre a prostituição se complexificaram, à medida que se consolidaram coletivos e organizações de profissionais do sexo, que consideram a prestação de serviços sexuais como uma profissão e “[...] reivindicam, sobretudo, o direito a exercerem suas ocupações em condições dignas, livres de criminalização, estigma, humilhações, marginalização, discriminação e violência” (PISCITELLI, 2006, p. 1).

Regulamentação da prostituição no Brasil

Segundo Barros (2005), a prostituição é um fato social que não foi tratado pelos legisladores em seus aspectos trabalhistas, pois os dispositivos legais brasileiros apenas criminalizam aqueles que favorecem a prática, que exploram a atividade como forma de obtenção de lucro, como os cafetões e as casas de prostituição. Nesse sentido, quem se prostitui não é penalizado, mas sim quem se favorece com a prática.

Por alguns anos, no Brasil, conforme explicita Sousa (2013), a prostituição assumiu posição de destaque na construção da agenda e pauta das políticas públicas e as profissionais do sexo iniciam movimentos de reivindicação dos direitos de poder exercê-la livremente suas atividades. Sousa (2013) entende que o processo de organização das profissionais do sexo começou a ocorrer porque elas começaram a questionar a prática, os preconceitos e estereótipos que a envolvem.

A organização em busca da legalização é feita por mulheres que entendem o exercício da profissão atrelado à economia, sexualidade e outras questões polêmicas para uma agenda reacionária, que vigorou no Brasil, nos últimos anos, e silenciou tais pautas e movimentos sociais.

No Brasil, a primeira mobilização política de trabalhadoras do sexo aconteceu em São Paulo, entre os anos 1979 e 1982. Tratou-se da manifestação pública de um grupo de travestis e de profissionais do sexo contra a violência exercida por policiais na "Boca do Lixo", região de São Paulo. Houve a morte de uma travesti e duas mulheres, uma das quais grávida (OLIVAR, 2012). Em 1982, esse mesmo grupo realizou uma passeata no centro da cidade e uma assembleia da qual também participaram alguns intelectuais e representantes de igrejas, o que deu visibilidade ao movimento em prol dos direitos sociais das profissionais do sexo no Brasil (OLIVAR, 2012). Iniciaram-se, assim, os movimentos sociais que buscavam o reconhecimento do trabalho do sexo como atividade legítima e a despenalização dos diversos aspectos vinculados à

prostituição, exigindo-se a sua regulamentação por leis civis e trabalhistas e não por leis penais.

Em 2012, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4211/2012, (Lei Gabriela Leite⁷) que tem como proposta regulamentar a atividade das profissionais do sexo. O deputado autor do Projeto de Lei afirma na justificativa que:

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil figuram o da erradicação da marginalização (art. 3º inciso III da CRFB) e o da promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV). Além disso, são invioláveis, pelo artigo 5º da Carta Magna, a liberdade, a igualdade e a segurança. O atual estágio normativo - que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais - padece de inconstitucionalidade, pois gera exclusão social e marginalização de um setor da sociedade que sofre preconceito e é considerado culpado de qualquer violência contra si, além de não ser destinatário de políticas públicas da saúde (BRASIL, 2012, p. 3).

O deputado informa ainda que o objetivo do referido documento não é apenas o acesso das profissionais à dignidade humana, mas também uma forma de combate à exploração sexual, tendo em vista que com a entrada em vigor da Lei, as casas de prostituição passariam a ser fiscalizadas pelo Estado. Diante da necessidade de regulamentar a profissão, um passo importante é ouvir o que essas profissionais têm a dizer, considerando-as como sujeitos cujos discursos e vivências precisam estar inseridos no espaço de debates e problematização da profissão.

Representações sociais, estigma e prostituição

Segundo Moscovici (2003), é através da linguagem que pensamos, sendo por meio dela que construímos e expressamos as representações de nossa cultura.

As representações estão presentes em todas as interações humanas. Pessoas e grupos criam-nas ao longo das interações linguísticas e discursivas, que ocorrem em vários ambientes e situações sociais. Sendo produzidas sociohistoricamente, as representações adquirem vida própria, circulam e provocam o surgimento de novas representações. Ao mesmo tempo, passam a exercer influência sobre as relações

⁷ “Cabe ressaltar que o autor do Projeto de Lei [...] propôs sua intitulação como ‘Lei Gabriela Leite’, em homenagem à profissional do sexo de mesmo nome, militante dos Direitos Humanos e da causa dos profissionais do sexo desde o final da década de 70” (VIEIRA; FREITAS JÚNIOR, 2015, p. 333).

sociais, escolhas e ações das pessoas. Oliveira, Paiva e Valente (2006) apresentam o seguinte conceito para representações sociais:

As representações sociais situam-se na interface do psicológico e do social, podendo ser entendidas como formas de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente que contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a compreensão e a comunicação do sujeito no mundo. Sendo assim, compreende-se que as representações sociais estão vinculadas a valores, noções e práticas individuais que orientam as condutas no cotidiano das relações sociais e se manifestam através de estereótipos, estigmas sentimentos, atitudes, palavras, frases e expressões. É um conhecimento do “senso comum”, socialmente construído e partilhado, diferente do conhecimento científico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo (OLIVEIRA; PAIVA; VALENTE, 2006, p. 474).

São, portanto, conhecimentos práticos, que envolvem as relações sociais e orientam nossas ações cotidianas, isto é, são “[...] um conjunto coletivamente compartilhado de crenças, imagens, metáforas e símbolos num grupo, comunidade, sociedade ou cultura” (WAGNER, 1998, p. 3).

A finalidade das representações é proporcionar a familiarização, fazer com que os objetos, sujeitos e acontecimentos sejam percebidos e compreendidos em relação a conhecimentos prévios. Para isso, dois mecanismos são postos em funcionamento: a ancoragem e a objetivação. Ancorar consiste em classificar e dar nome a alguma coisa, isto é, incluir um objeto, pessoa ou acontecimento em uma determinada categoria, rotulando-o com um nome conhecido. Objetivar consiste em converter aquilo que é abstrato em algo quase concreto, transformar um conceito em imagem, traduzir o que está na mente em algo tangível (MOSCOVICI, 2003).

De acordo com Minayo (2003), há representações sociais que são mais abrangentes, que predominam no âmbito de uma sociedade. São representações que expressam uma visão de mundo em determinado momento histórico e revelam as concepções das classes dominantes. Nessas representações estão presentes a dominação, a resistência, o conformismo, as contradições e os conflitos, numa conexão dialética com a realidade. Mas é importante assinalar que “[...] cada grupo social faz da visão abrangente uma representação particular, de acordo com a sua posição no conjunto da sociedade” (MINAYO, 2003, p. 110).

A prostituição, conforme o exposto, apresentou diversas representações e, atualmente, o exercício dela é entendido como um comportamento desviante marcado pela mercantilização do sexo e permeado por questões morais, religiosas e reacionárias, o que contribui para a estigmatização da prática e segregação dos sujeitos envolvidos.

O conceito de estigma pode ser definido como “[...] a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 7). Para esse autor,

o estigma não é apenas atributo pessoal, mas uma forma de designação social. O estigma pode ser uma desordem física, uma “falha” de caráter, uma deficiência no comportamento, ao mesmo tempo que torna negativa a pertença a um grupo social minoritário julgado inferior em relação a um grupo, que traduz a posse de um atributo indesejável. Em síntese, os estigmas são traços distintivos os quais funcionam como fatores de descrédito ao indivíduo que os possui, circunscrevendo-se em vários critérios classificatórios que aludem a diferentes níveis de ruptura com o que é socialmente aceito, passando, assim, a definir as situações de interação social onde os indivíduos se inserem (GOFFMAN, 1988).

De acordo com Oliveira, Paiva e Valente (2006), a estigmatização vinculada a determinados exercícios profissionais é decorrente de relações sociais de preconceito, seja de classe, raça¹ ou de gênero². No entanto, os referidos autores ressaltam que até mesmo o estigma pode sofrer rápida transformação quando mudam os costumes elementares e, conseqüentemente, as reações sociais de preconceito ligados a ele.

Ou seja, para compreender o fenômeno da prostituição e sua estigmatização é necessário sempre contextualizar sua definição, tendo em vista os papéis sexuais³, os padrões de moralidade, conjugalidade⁴ e ideologias vigentes. Considera-se também

¹ Optou-se por adotar o conceito de raça preconizado por Munanga (2004, p. 18): “[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras etno-semântico, político-ideológico, e não biológico”.

² Utilizou-se neste artigo o conceito de gênero elaborado por Scott (1990, p. 14): “[...] elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

³ Segundo Nader (2002), papel social refere-se ao conjunto de ações e atribuições que são exigidas de homens e mulheres em uma dada sociedade e momento histórico. “A sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social e, por isso, delimita espaços de atuação do homem e da mulher, construindo dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino” (NADER, 2002, p. 463).

⁴ A conjugalidade define-se como a dimensão psicológica compartilhada em uma vida a dois, possuindo uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamento específicos (FÉRES-CARNEIRO, 1998). A

que a identidade da profissional do sexo foi construída como verdade pelo olhar e discurso masculinos.

Construir masculinamente a identidade da profissional do sexo significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina – recoberta por imagens e metáforas assustadoras (RAGO, 2008, p. 21).

Assim, Oliveira, Paiva e Valente (2006) destacam dois fatores que persistem como fontes do estigma dirigido às profissionais do sexo: um, associado à prostituição como um amplo leque de moralidades, tornando-a, conseqüentemente, uma experiência imoral. O outro, que amarra a prostituição às representações hierárquicas de gênero e à ideia de que as mulheres e sua sexualidade precisam da dominação e controle masculinos, ficando disponíveis à realização dos desejos sexuais dos homens.

As normas de gênero atravessadas por relações de poder determinantes de padrões de comportamento, atuação na sociedade e exercício da sexualidade para as mulheres, associam a prática do sexo ao amor e à reprodução, criando o pressuposto de que todas têm a maternidade como desejo, como algo natural e associada a uma essência do “ser feminino”, sendo, portanto, prioridade sobre as demais alternativas de realização individual. Nesse sentido:

Relações de poder ou juízos de valor demonstram características apresentadas como naturais e, portanto, irremediáveis, observáveis no comportamento como as ‘qualidades’ ou os ‘defeitos’ femininos considerados como marcados sexualmente. A ‘natureza’ feminina é apresentada desde sempre como uma evidência dada (COLLING, 2014, p. 44).

Sendo assim, as mulheres que infringem essas normas, como as profissionais do sexo, as quais exercem a sexualidade como um trabalho remunerado, por exemplo, são especialmente afetadas por processos estigmatizantes (VILELA; MONTEIRO, 2015).

No que tange à prostituição, o estigma a ela vinculado está relacionado a um dilema moral: as mulheres que alugam seus corpos para que homens tenham prazer são desqualificadas, enquanto os homens que buscam tal prazer são apoiados e ainda têm como justificativa uma afirmação da masculinidade. Dessa forma, a estigmatização dessas profissionais favorece as desigualdades de gênero e contribui para que elas tenham menos acesso a direitos, aumentando a vulnerabilidade ligada à saúde sexual

conjugalidade moderna pode ser resumida como um núcleo de trocas afetivas e sexuais com um não-demarcação dos papéis conjugais. Nesse caso, o casal preserva a autonomia individual e a singularidade que a relação de amizade nesse contexto moral exhibe. Sendo assim, deve-se pensar a conjugalidade em um contexto no qual tal concepção é (re)produzida (HEILBORN, 1995).

e mental (VILELA; MONTEIRO, 2015). Barros (2005) se posiciona acerca do estigma que envolve a prostituição:

A despeito das mudanças das formas de prostituição, está longe o dia em que a venda do sexo não será entendida como um ato sujo, feio, profano, pecador, imoral, mundano e danoso à ordem social. As marcas que a sociedade produziu para caracterizar o ato sexual que resulta em pagamento demonstram perfeitamente como as profissionais do sexo são entendidas. Os estigmas são diversos, alguns são até evitados em nossa comunicação diária, mas revelam com acuidade o imaginário social e o processo de estigmatização por que passam as profissionais do sexo (BARROS, 2005, p. 89).

Ferreira e Pereira (2010) mencionam que grande parte da sociedade brasileira analisa a prostituição como uma escolha para ganhar dinheiro fácil, no entanto, será mesmo essa escolha o modo mais fácil de ganhar dinheiro? Até que ponto é viável dividir sua intimidade e ser alvo de estigmas e preconceitos?

A pesquisa de campo: tecendo redes de escuta e acolhimento

A técnica utilizada para a produção de dados foi a entrevista semiestruturada com mulheres que se prostituem em um estabelecimento na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Dessa forma, pode-se também contar com as impressões suscitadas pela incursão ao campo de investigação, visando ao contato com as entrevistadas no ambiente onde atuam.

O local era similar a um bar, com música alta, mesas com bebidas, seguranças, e onde percebia-se certo código moral determinante do comportamento das pessoas presentes. Havia, portanto, regras sociais a serem seguidas, pois todos se comportavam de maneira socialmente aceitável, mesmo em relação a alguém que não pertencia àquele ambiente. Existia, portanto, um aparente código de regras de conduta, que mesmo não sendo ditas ou escritas em lugar algum, estavam aparentes no comportamento das pessoas e na maneira como se relacionavam. Era um ambiente em que a maioria das pessoas encontra em um bar familiar ou em uma pequena festa, desconstruindo, portanto, a representação negativa do que seja um prostíbulo, “zona”, lugar marcado pela desorganização e libertinagem.

Foram entrevistadas no local três profissionais, com 24 anos, que utilizavam nomes fictícios. Conforme o exposto em Araújo (2006, p. 6): "Poucas mulheres que se prostituem assumem os verdadeiros nomes. A maioria utiliza nomes fictícios junto ao grupo e somente com o tempo esses nomes são revelados".

As profissionais entrevistadas exigiram que as entrevistas não fossem gravadas ou fotografadas. Dessa forma, as perguntas foram feitas individualmente e as respostas eram transcritas. As perguntas realizadas foram: Quais os motivos que levaram você à

prostituição? Quais os motivos que fazem você se manter nela? Como é a relação com sua família?

Ao idealizar as perguntas da entrevista, o objetivo era compreender a realidade daquelas pessoas. Porém, até então, só tinha como referência o que havia lido e as representações construídas pela mídia, religião e sociedade. Indo até o local e partilhando o pouco tempo em que lá estive pude (re)construir minhas percepções e representações a respeito da prostituição.

Seguem as respostas dadas pelas entrevistadas e ressalta-se que, tendo em vista a não gravação delas, tais respostas não retratam fielmente as falas. Ao mesmo tempo, houve uma preocupação em explicitar o máximo possível as respostas, sem prejuízo dos sentidos. A fim de preservar o sigilo delas, foram utilizados outros nomes.

- Motivos para ingressar na profissão:
“Dinheiro rápido. Por aí leva um mês pra fazer mil e quinhentos reais, eu faço isso em uma semana. Em um mês dá pra tirar quatro mil” (MEL).
“Dívidas. E também sentia faltar de ter as coisas” (KAROL).
“Decepção amorosa. Melhor cobrar pra dar do que dar de graça e quebrar a cara” (JULIA).
- Motivos que as mantêm na prostituição:
“As condições financeiras, a família... Tenho vício em compras” (MEL).
“O dinheiro” (KAROL).
“Só estou de passagem, pra ganhar algum dinheiro” (JULIA).
- Aceitação da família:
“Todos sabem, todos aceitam, mas minha mãe não aceita. Não tenho outro trabalho” (MEL).
“Ninguém sabe. Meu marido viaja a trabalho e venho prá cá. Sou dona de casa, sou mãe, meu marido não sabe daqui” (KAROL).
“Ninguém sabe, não é sempre... Eu faço artesanato” (JULIA).

Percebe-se que a falta de recursos financeiros e a dificuldade de encontrar trabalho fizeram com que essas mulheres buscassem meios para sobreviver e, ao mesmo tempo, integraram-se a uma sociedade que estimula o consumismo. Gaspar (1985), aponta que a possibilidade de ganhar dinheiro (talvez mais do que em outras profissões) seria um fator determinante tanto de razões simbólicas quanto materiais para a entrada e permanência na prostituição. Além disso, há a questão da busca dessa prática como uma forma de sanar dificuldades financeiras.

[...] uma situação econômica precária, marcada pela difícil colocação no mercado de trabalho por baixos rendimentos, e muitas vezes, pela condição de arrimo e chefe de família, é uma forte justificativa para o fato de a mulher se dedicar à prostituição [...] diante da sua própria situação de penúria e também da de sua família, é necessário que ela se sacrifique por ela e pelos seus. A prostituição surge então como um recurso quase legítimo para a falta de dinheiro (GASPAR, 1985, p. 86).

Considerando a relação delas com a família e a possível ciência que seus familiares possam ter sobre o fato de se prostituírem, duas delas apontaram o desconhecimento da família e a existência de uma vida para além da prostituição: "Eu faço artesanato" e "Sou dona de casa". A esse respeito, Araújo (2006) ressalta:

O que se percebe é que a maioria dos trabalhos sobre a prostituição se volta quase sempre para o entendimento das dinâmicas, das relações e das representações presentes nesse universo, deixando de ressaltar que a mulher profissional do sexo possui uma vida que não se resume apenas à prostituição, pois negocia constantemente com outras esferas. Em suma, ela assume papéis que não se restringem apenas ao ambiente da prostituição e ao ofício de prostituir-se. Ao focalizar a rotina de suas vidas, percebe-se que, quando não estão trabalhando, suas atenções voltam-se para a casa, os filhos, ou outras atividades. O que demonstra que a rotina de uma mulher profissional do sexo não difere da rotina diária de qualquer mulher que trabalhe fora desmistificando, assim, a ideia de que a mulher que se prostitui leva uma vida desregrada e sem compromissos (ARAÚJO, 2006, p. 7)

As respostas mostram apenas uma pequena parte da vida daquelas mulheres. Depois de finalizado o encontro (a pesquisa) não posso negar que saí de lá (re)considerando meus preconceitos e minhas representações sobre a prostituição.

3 CONCLUSÃO

Diante dos fatos abordados no presente trabalho, conclui-se que o panorama histórico nos mostra que a atividade da prostituição é um fenômeno atemporal e está atrelada a diversos fatores, mas principalmente à carência econômica, sendo a prostituição a saída para a sobrevivência na vida de algumas mulheres.

Embora a prostituição seja vista como uma escolha fácil, ela contém elementos que a tornam um fenômeno complexo, principalmente num país como o Brasil, organizado nos moldes patriarcais de gênero, onde há a produção de desigualdades generificadas, ou seja: os homens possuem os privilégios comparativamente às mulheres. Além disso, tal atividade é estigmatizada, o que "[...] compromete o exercício da cidadania e o usufruto de direitos, sobretudo, direito à saúde" (VILELA; MONTEIRO, 2015).

No trabalho foi abordada a necessidade da discussão acerca da legalização da profissão como atividade, uma vez que muitas pessoas exercem essa atividade e em condições marcadas pela precariedade de direitos. Faz-se necessário ressaltar que as

profissionais do sexo anseiam por políticas que legitimem sua profissão, contribuindo, assim, para uma possível diminuição de julgamentos moralistas. Ao mesmo tempo, é fundamental que outras pesquisas sejam feitas a fim de conhecermos efetivamente os sujeitos envolvidos e as relações psicossociais que constituem o universo da prostituição.

4 REFERÊNCIAS

ALVARES, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Profissionais do sexo cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/Aids. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 1, n. 8, p. 97-127, 2001. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/44/29>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ARAÚJO, Rogério. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia: Câne Editorial, 2006.

BARROS, Lúcio Alves de. Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. **Jus Navigandi**, 2005, v. 8. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23535/public/23535-23537-1-PB.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2022.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso: 23 mai. 2022.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados: Editora UFGD, 2014. p. 43-100.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 379-374, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2022.

FERREIRA, Isabel Bernardes; PEREIRA, Mayra Cardoso Pereira. **Prostituição: opção ou determinação social?** São Paulo: 2014. Disponível em: <http://www.pucsp.br/iniciacaoocientifica/20encontro/downloads/artigos/ISABEL_BERNARDES_FERREIRA_e_MAYRA_CARDOSO_PEREIRA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, Katia.; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 525-544, 2005. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0477.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2022.

HEILBORN, Maria Luíza. O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Família em processos contemporâneos?** Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 91-128.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOYCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 89-111.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vida**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira (Org.). Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Universidade Federal Fluminense. **Cadernos PENESB**, p. 15-34, 2004.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**. Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 88-121, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2022.

OLIVEIRA, Jeanne Freitas de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 473-481, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30434.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PEREIRA, Jesana Batista.; FEIJÓ, Maurício Eduardo Vasconcelos. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Cadernos de Graduação – Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n.1, p. 39-57, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/1348>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Estigma e trabalho sexual: comentários a partir de leituras sobre turismo sexual. In: CÁCERES, Carlos; CAREAGA, Glória Frasca Tim; PECHENY, Mario (Org.). **Sexualidad, estima y derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América Latina**. Lima: FASPA/UPCH, p. 223-251, 2006.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, Ana Cláudia Bertolozzi (Org.) **Sexualidade e infância**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Ensino Fundamental, 2005. p.1 17-34. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/50/Texto%20sexualidade1.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n, 2, Porto Alegre, p. 5-22, 1990.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 19-47, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000600019&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **Autodeterminação das prostitutas e a busca por ser mais**. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2013/06/Autodetermina%C3%A7%C3%A3o-de-prostitutas-e-a-busca-por-ser-mais.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VIEIRA, Lucas Bezerra; FREITAS JÚNIOR, Reginaldo Antônio de Oliveira. Lei Gabriela Leite: a legalização da prostituição sob uma nova perspectiva no Direito Penal Brasileiro. **Revista Transgressões**, Natal, v. 3, n. 1, p. 331-344, 2013.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 531-540, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300531&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2022.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998, p. 3-25.

REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS NA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO QUANTO À ONEROSIDADE, À GUERRA FISCAL E À SEGURANÇA JURÍDICA

André Lugão Mendes¹

João Pedro Moreira Ferreira¹

Layla Coelho Fornazier Zerbone¹

Priscila Martins Chiecon²

RESUMO

Trata-se de revisão de literatura que aborda os prováveis impactos que as propostas de emenda constitucional nº 110/2019 e 45/2019, popularmente conhecidas como proposta de reforma tributária, vão trazer aos contribuintes dos impostos sobre o consumo, como o ISS e o ICMS, diante da guerra fiscal, da insegurança jurídica e da onerosidade que se instalaria. O objetivo da presente revisão bibliográfica é apresentar a proposta de reforma tributária e demonstrar seus impactos negativos para os contribuintes e toda a sociedade, uma vez que a referida reforma atenta contra princípios como o da segurança jurídica. A metodologia aplicada é básica, quali-quantitativa, exploratória e bibliográfica. Os resultados alcançados demonstram que, no momento de realização de uma reforma tributária, devem ser considerados muitos fatores além da simplificação do sistema tributário, tais como a autonomia dos entes, o pacto federativo, a segurança jurídica e a onerosidade aos contribuintes.

Palavras-chave: Constituição Federal; Consumo; Onerosidade; Pacto Federativo; Reforma Tributária; Segurança Jurídica.

ABSTRACT

This is a literature review that addresses the likely impacts that constitutional amendment proposals nº 110/2019 and 45/2019, popularly known as the tax reform proposal, will bring to taxpayers of consumption taxes, such as the ISS and the ICMS, in the face of the fiscal war, legal uncertainty and burdensomeness that would arise. The aim of this bibliographical review is to present a proposal for tax reform and demonstrate its negative impacts on taxpayers and society as a whole, since the aforementioned reform violates

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professora Orientadora. Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. Graduação em Direito pela FDCl. Advogada. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim e Castelo.

principles such as legal certainty. The methodology applied is basic, qualitative-quantitative, exploratory and bibliographic. The results achieved demonstrate that, when carrying out a tax reform, many factors must be considered in addition to the simplification of the tax system, such as the autonomy of entities, the federative pact, legal certainty and burdensomeness for taxpayers.

Key-words: Federal Constitution; Consumption; Onerosity; Federative Pact; Tax reform; Legal Security.

1 INTRODUÇÃO

No Congresso Nacional tramita a proposta de reforma tributária, por meio da PEC 110/2019 (Senado Federal) e da PEC 45/2019 (Câmara dos Deputados). Dentre as principais alterações que podem ocorrer no sistema tributário nacional, está a criação de um Imposto que incidirá sobre o valor agregado a cada etapa comercial, denominado Imposto sobre bens e serviços (IBS), substituindo cinco tributos hoje existentes, sendo três de competência federal (IPI, PIS e COFINS), um de competência estadual e distrital (ICMS) e um de competência municipal e distrital (ISS) conforme a PEC da Câmara. Já a proposta do Senado, por sua vez, envolve a extinção de nove tributos, quais seja, além dos cinco anteriores, CIDE-Combustível, IOF, Pasep e Salário-Educação.

Na proposta que tramita no Senado, o IBS seria instituído substituindo os nove tributos supracitados, sendo de competência estadual. Juntamente, outro tributo seria instituído, de competência da União, a saber, um imposto seletivo. Uma das finalidades dessa proposta é simplificar o sistema tributário que está em vigor. No âmbito dos serviços, *v.g.* atualmente há um imposto de competência municipal (ISS) que incide sobre serviços de qualquer natureza, e outro de competência estadual (ICMS), incidindo em serviços específicos, conforme o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Outra razão para a referida reforma é a diminuição da burocracia e a dificuldade de recolhimento dos tributos. Na atual sistemática de tributação de empresas, estas possuem grandes dificuldades de apurar os reais valores que devem ser pagos a título de tributos, devido à grande quantidade de leis publicadas nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital. O custo administrativo e a complexidade para o recolhimento dos tributos representam uma grande dificuldade para as empresas atualmente, sobretudo para as empresas de pequeno porte. Conforme apontam Teixeira e Vitelli (2021), a alta

complexidade e a burocracia do sistema tributário do Brasil fazem-no o país que mais gasta horas por ano para pagar tributos.

Quando se fala em tributos, o ilustre Hugo de Brito Machado (2020) demonstra que, a nossa sociedade, alicerçada na existência do Estado para assegurar a ordem civil e a segurança, necessita da arrecadação dos tributos para se sustentar. E não somente isso, o pagamento de tributos também surge como uma forma de evitar o totalitarismo, pois, de outra forma, o Estado controlaria toda a atividade econômica. Ao invés disso, a livre iniciativa constitucionalmente prevista permite que o cidadão exerça seu trabalho, enquadrando-se na condição de contribuinte.

Os tributos são reputados como receita derivada, haja vista tratarem de rendimentos oriundos do setor privado que passam a integrar o setor público de forma compulsória. As receitas originárias, embora doutrinariamente apontadas como aquelas provenientes da exploração da atividade econômica estatal, possuem uma denominação imprópria, já que a máquina pública estatal seria insustentável sem a tributação. Dessa maneira, conquanto seja formalmente considerada derivada, a tributação funciona na prática como uma receita originária, por ser a principal fonte de renda da máquina pública (SABBAG, 2020).

A prestação de serviços constitui uma atividade econômica e, além disso, o fato gerador para o pagamento de tributos ao fisco. No âmbito de impostos, que se trata de tributos não vinculados a uma contraprestação do Estado, conforme o art. 16 do Código Tributário Nacional, há duas exações que incidem sobre a prestação de serviços. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, previsto no art. 156, III da CRFB e o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, previsto no art. 155, II da CRFB.

Na trilha de José Eduardo Soares de Melo (2022), a incidência do ISS não alcança simplesmente o “serviço”, mas a “prestação de serviço”, *i.e.*, envolve um negócio jurídico cujo objeto é uma obrigação de fazer. Inclui-se nessas situações os serviços prestados em âmbito privado, de forma onerosa e sem relação empregatícia, excluindo-se, portanto, serviços públicos, serviços gratuitos ou realizados em benefício próprio e aqueles prestados por empregado ao empregador. Os fatos geradores do ISS excluem aqueles previstos constitucionalmente como hipóteses de incidência do ICMS, a saber, serviços de transporte intermunicipal e interestadual e serviço de comunicação.

O ICMS, conforme também aponta Melo (2022), é um imposto cujo fato gerador é a operação relativa à circulação de mercadorias. Importa destacar que o fato gerador

é a operação onde há definitiva circulação de mercadoria, *i.e.*, transferência da titularidade de forma onerosa. Nesse sentido, a fim de sanar quaisquer dúvidas quanto a isso, o Superior Tribunal de Justiça, sedimentou seu entendimento pela Súmula nº 166, que prevê: “Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte”.

Operação é definida como “a prática de um ato jurídico relativo à transmissão de um direito (posse ou propriedade)” (MELO, 2022, p.99), circulação como “passagem das mercadorias de uma pessoa para outra” (MELO, 2022, p.101), e mercadoria compreende um “bem corpóreo (ou virtual) da atividade profissional do produtor, industrial, comerciante e importador, tendo por objeto a sua distribuição para consumo, compreendendo-se no estoque da empresa” (MELO, 2022, p.102).

Vê-se, dessa forma, as previsões que dão embasamento à repartição de competências dos entes federados na tributação, em especial, no âmbito da prestação de serviços. A partir disso, importa refletir e analisar os impactos que uma eventual reforma tributária, tal como a proposta que tramita no Congresso Nacional, traria, sobretudo no que se refere à onerosidade que recairá sobre os contribuintes, a segurança jurídica e a constitucionalidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Onerosidade do IBS

Como diz a expressão popular “aquilo que é barato pode sair caro”. Embora essa proposta possa ser positiva no que se refere à facilidade de cálculos e discriminação de valores, IBS pode acabar sendo prejudicial ao contribuinte, pelo fato de a alíquota única, que poderá ser de 25%, onerar mais pequenos produtores. Dê-se destaque aos prestadores de serviços, que atualmente pagam uma alíquota que varia entre 2% e 5% de ISS, e passariam a pagar uma alíquota (única) de provavelmente 25% (HARADA et al, 2019).

Andraschko (2021) diz que a reforma proposta, em primeiro momento, não traria a segurança jurídica almejada, devido ao período de transição longo e devido à necessidade de legislações complementares para regular as diretrizes da nova sistemática tributária. Destarte, mesmo que os entes tenham poder para regular as alíquotas, essa transição no sistema tributário traz grandes riscos de alta onerosidade, o que afetaria de forma expressiva os pequenos produtores e os prestadores de serviços.

Piscitelli e Lara (2021) convenientemente trazem a lume uma questão de demasiada importância diante do cenário em questão. Cerca de 40% da arrecadação tributária no Brasil provém da tributação sobre bens e serviços, o que caracteriza uma grande regressividade, já que os principais afetados são os consumidores finais, incluindo-se pessoas de baixa renda. A seletividade é um princípio que deve ser analisado e ponderado nessas situações, já que os bens e serviços considerados essenciais devem sofrer, em regra, uma carga tributária menor.

Pela proposta trazida pela PEC 45/2019, o IBS teria alíquota única, não sendo reduzida em função da essencialidade dos bens ou serviços. Vale ressaltar que, além do aumento considerável que os prestadores de serviços sofreriam, visto que o IBS “absorveria” o IPI e o ICMS, os produtores autônomos teriam um aumento mais expressivo, já que atualmente não são contribuintes do PIS/Cofins, e passariam a pagar a mesma alíquota de 25% (HARADA et al, 2019).

Em se tratando da suposta ampliação de créditos, Hugo de Brito Machado Segundo (2019) explana que um dos argumentos em defesa da reforma tributária, conquanto os prestadores de serviços sujeitem-se à uma alíquota de 25%, os créditos seriam muito amplos no caso de a prestação ser realizada em favor de outro contribuinte, *v.g.*, uma empresa, e no caso de ser realizado para o consumidor final, o valor poderia ser repassado, dada a natureza do IBS de tributo indireto e por ser não cumulativo. Não obstante, importa ressaltar que não são todas as situações que tornam possível o repasse do encargo financeiro, portanto, nem sempre o consumidor final suportaria o ônus.

Outrossim, essa questão estaria diante do problema da legitimidade ativa nas demandas judiciais. Existe esse conflito, pois se o contribuinte repassar o encargo para o consumidor final, é alegado, com fulcro no art. 166 do CTN, que não possui legitimidade para pleitear a repetição do indébito, pois não sofreu o ônus da exação. Na mesma senda, quando o contribuinte de fato tenta ingressar com a demanda judicial buscando a restituição de tributos pagos a maior, tem-se a alegação de que não possui relação jurídica com o fisco.

Outro ponto controverso dentro dessa conjuntura é a criação do imposto seletivo, cumprindo a função de extrafiscalidade, para desestimular o consumo de bens que “geram externalidades negativas”. Todavia, não existem critérios já definidos para delimitar o alcance desse imposto, o que pode acarretar no alcance da exação em bens essenciais e ainda violar o princípio constitucional da vedação ao confisco (HARADA et al, 2019).

Um importante setor econômico do Brasil é o agronegócio. A reforma nos moldes em que é apresentada pelas PECs 45 e 110 pode ser negativa em relação às atividades desse setor. Segundo Castro Júnior e Barros (2021), o agronegócio é um pilar que sustenta o PIB do Brasil, e a reforma pode trazer um aumento significativo na tributação desse setor.

Nos termos do art. 187, I da Constituição Federal, a política agrícola deve ser planejada levando em conta incentivos e benefícios fiscais. A impossibilidade de incentivos no caso do IBS, segundo as propostas que tramitam teriam um impacto negativo, além de ser reputado inconstitucional, por ir de encontro ao dispositivo supracitado. É de suma importância levar em consideração o quão relevante é o agronegócio, assim como outros setores quando se fala na reforma da tributação sobre o consumo (CASTRO JÚNIOR e BARROS, 2021).

De acordo com os apontamentos de Piscitelli e Lara (2021) a sociedade é menos desigual quando há maior consumo. O maior consumo conseqüentemente gera mais empregos e com isso, mais renda. O alto consumo ocasiona, *ipso facto*, maior arrecadação, sem que com isso o contribuinte necessite sofrer uma carga tributária maior em cada operação. Como grande parte da arrecadação tributária vem da tributação sobre o consumo, o aumento deste é benéfico em ambos os aspectos, *i.e.*, para o fisco, que aumentaria sua receita, e para o contribuinte, que teria maior poder de compra com uma carga tributária reduzida.

Ives Gandra da Silva Martins (2022), ilustre doutrinador e constituinte, discorre a respeito do alto gasto que o Brasil possui com despesas de funcionários públicos em relação ao PIB, que em 2018 chegou a mais de 13%, percentual consideravelmente superior ao da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 9,9%. Explana ainda que, não havendo uma redução da carga tributária de forma considerável, os resultados de qualquer reforma nesse âmbito seriam quase inexpressivos.

José de Anchieta da Silva (2021) demonstra brilhantemente como é necessária, diante desse cenário, que seja realizada uma reforma administrativa pois, de outra maneira, uma eventual reforma tributária não surtiria os efeitos almejados e nem traria os impactos positivos esperados. É necessária uma reforma geral no Estado brasileiro, englobando as esferas política, educacional, na segurança e administrativa, sobretudo porque resta evidente que o orçamento atual não sustenta a máquina pública do Brasil. Sem reforma administrativa, alterações no sistema tributário não reduziram a alta carga que recai sobre os contribuintes.

Um ponto que merece destaque é o período de transição que ocorrerá com a criação do IBS. Os dois sistemas podem ser implantados por até dez anos, o que significaria o pagamento dos antigos tributos com alíquotas decrescentes e o IBS com alíquotas crescentes. É certo afirmar que se a carga tributária não for reduzida, a reforma terá poucos impactos, tendo em vista o que se almeja com a simplificação do sistema tributário (MARTINS, 2022).

Um grupo de municípios já apresentou uma proposta relacionada à alteração na forma de tributação, o “Simplifica Já!”. Ao invés de substituir os tributos já existentes, a ideia seria criar uma legislação nacional para o ICMS e para o ISS. Um ponto de destaque para essa proposta é que a onerosidade dos tributos é incluída na equação. Apesar do que o nome sugere, não é apenas uma medida que seria promovida para reduzir a complexidade da tributação, mas torná-la menos onerosa para o contribuinte (MOREIRA e ROSENBLATT, 2022).

O cálculo, seria realizado “por fora”, e não “por dentro” isso significa que o próprio imposto deixaria incluído na base de cálculo. Além disso, dentro das propostas do “Simplifica Já!”, as alíquotas dos referidos impostos seriam padronizadas e teriam uma ampla não-cumulatividade, dando enfoque nos créditos financeiros. Esse tipo de detalhe é deveras importante, por levar em conta não somente a simplificação em face da complexidade na arrecadação, mas a carga tributária suportada pelo contribuinte (MOREIRA e ROSENBLATT, 2022).

Guerra fiscal e pacto federativo

Embora o IBS possa também contribuir para evitar a guerra fiscal, *v.g.*, na tributação de serviços, que hoje é alcançada pelo ISS em serviços de qualquer natureza, e pelo ICMS em serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicação, cabe a reflexão de como isso pode afetar a autonomia dos entes e se essa instituição de um IVA violaria o pacto federativo, cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988 – art. 60, § 4º, I.

Kioyshi Harada (2019), juntamente com outros doutrinadores, traz a lume essa questão do pacto federativo e da autonomia dos entes federativos. Nessa trilha, a adoção de um imposto único, de competência federal, pode ser desarmônica com o pacto federativo, cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988, e na lei maior a competência dos entes está prevista de forma discriminada. Trazem também à reflexão a questão da sustentabilidade, já que o ICMS e o ISS, *v.g.*, representam grande parte

da receita dos estados e municípios, respectivamente, e na reforma, esses impostos deixarão de ser instituídos por tais entes.

Quando se fala na forma federativa da República, Costa e Silva (2022) que a Constituição de 1988 escolheu a Federação como forma de modelo de Estado a ser adotado. O respeito à autonomia, aos limites de competência dos entes é o cerne de uma Federação, semelhante ao sistema de freios e contrapesos exercido pelos três poderes. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem atuar de forma sistemática. Como consequência, a autonomia orçamentária na esfera da tributação apresenta-se como uma forma de se evitar a centralização do poder, devendo haver a cooperação entre os entes.

Conforme expõem Moreira e Rosenblatt (2022), é imprescindível que haja equilíbrio na repartição do poder de tributar, na medida em que cada ente possa se autosustentar financeiramente. A ideia de simplificação é deveras importante, dada a alta complexidade do sistema tributário brasileiro, entretanto, não pode ser o único fator pautado para uma eventual reforma. A autonomia dos entes, o desenvolvimento regional, a isonomia e o federalismo devem ser igualmente observados. Em uma iminente reforma para melhoria do sistema tributário nacional, determinados cuidados são indispensáveis.

Segundo o ilustre Sacha Calmon Navarro Coêlho (2016), as múltiplas competências, *i.e.*, a repartição entre os entes assegura a manutenção do federalismo brasileiro. Este, segundo o doutrinador consiste, *ipso facto*, na evolução do estado brasileiro, visto que a Constituição de 1988 atribuiu autonomia aos entes federados, por meio de uma descentralização das receitas tributárias. Quando se fala em reforma tributária para promover uma simplificação, é de demasiada importância se atentar ao modelo federalista adotado pelo país.

A título de ilustração quanto à autonomia dos entes e da guerra fiscal, *v.g.*, pode-se falar na incidência do ICMS sobre os serviços de comunicação. O texto constitucional e a Lei Complementar nº. 87 de 1996 preveem este serviço como tributável pelo ICMS, e não pelo ISS. Conforme explica Roque Carrazza (2020), este serviço, assim como o de transporte intermunicipal e interestadual são fatos geradores do ICMS, um instrumento para se evitar a guerra fiscal entre os municípios. Não obstante, o mesmo ilustre doutrinador aponta que, por não existir uma previsão legal de “comunicação intermunicipal ou interestadual”, seria possível, à luz da Constituição, por meio de uma interpretação sistemática, incidir o ISS nos serviços de comunicação local. Infere-se dessa forma, reforçado pela doutrina, como a autonomia dos entes na tributação é

indispensável para o seu autofinanciamento e para que o sistema tributário possa funcionar de fato.

Como já foi demonstrado, Piscitelli e Lara (2021) demonstram que a tributação sobre o consumo representa mais de 40% da arrecadação tributária no Brasil e, *ipso facto*, o ICMS e o ISS compreendem a maior fonte de receita para os estados e municípios, respectivamente. Para simplificação do sistema tributário, importa ressaltar a importância de tais exações na autonomia financeira dos entes.

Uma proposta já apresentada, como já mencionado é o “Simplifica Já”, por meio do qual alguns Municípios sugeriram a criação de legislações nacionais para o ISS e para o ICMS, porém mantendo tais impostos, importante fonte de renda para os respectivos entes federados. Essa proposta, conquanto ainda não debatida de forma suficiente, leva em consideração outra variável além da simplificação, qual seja, a autonomia dos entes da federação (MOREIRA e ROSENBLATT, 2022).

Um outro fator a ser levado em consideração à luz da Constituição Federal são os impactos da reforma, conforme as propostas das PECs 45 e 110, no agronegócio, como também exposto acima exposto. O art. 187, I da carta magna traz em seu bojo que instrumentos creditícios e fiscais serão levados em conta na política agrícola, mas em contraste, a reforma, pela PEC nº 45, propõe a inserção do art. 152-A, § 1º, IV na lei maior, segundo o qual o IBS “não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários”.

Kiyoshi Harada (2019) e outros doutrinadores demonstraram como onerar não é o melhor caminho. A adoção de uma alíquota única, cumulada com a impossibilidade de conceder benefícios, conforme o texto da PEC nº 45 representa uma oneração maior, como sobredito, do agronegócio, importante setor da economia brasileira.

A importância de se manter benefícios fiscais é demasiada, tendo em vista que, tal instrumento é uma das formas mais eficientes de o Estado estimular o comportamento dos contribuintes, conforme explicam Teixeira e Vitelli (2021), podendo-se inferir que os tributos possuem função fiscal e extrafiscal. Os incentivos fiscais, dessa forma, desempenham uma função de promover o desenvolvimento econômico e estimular determinadas ações por parte dos contribuintes, com o objetivo de cumprir as funções de um Estado Democrático de Direito.

A referida impossibilidade de se conceder benefícios e incentivos fiscais, conforme expõem Castro Júnior e Barros (2021), representa aumento na oneração do agronegócio, e não possui respaldo na Constituição. Outrossim, importa destacar que existe um diálogo entre as normas de cunho econômico e tributário, sendo estas um

instrumento para concretizar aquelas. Destarte, percebe-se a importância da manutenção de incentivos fiscais no agronegócio, dado que as atividades rurais são reputadas como “estratégicas”, e representam um dos setores mais relevantes na economia nacional, e é imprescindível manter a sua competitividade.

Um exemplo de benefício fiscal, é a Zona Franca de Manaus. As pesquisas feitas relacionadas à essa região demonstraram que esse pólo econômico obteve resultados positivos nas esferas econômica, social e educacional. A referida área de livre comércio apresentou melhoras no quadro do estado do Amazonas, empregando mais de 180 mil pessoas no quadro industrial, um aumento no PIB per capita do estado e da média dos anos de escolaridade (TEIXEIRA e VITELLI, 2021).

No que tange à simplificação do sistema tributário, há de se considerar, além da manutenção de benefícios fiscais e da carga suportada pelo contribuinte, a complexidade e as dificuldades que já existem e continuarão a existir. Sacha Calmon Navarro Coelho (2016) explica que em matéria tributária, a Constituição desempenha o papel de repartir as competências tributárias e conter o poder de tributar, e as leis complementares estão a serviço da Constituição, para complementá-la, tanto normativamente quanto na operacionalização de seus dizeres.

Percebe-se que essa complexidade está presente no ordenamento jurídico em matéria tributária. A complexidade e a dificuldade são inevitáveis, de acordo com Moreira e Rosenblatt (2022), em razão da função que os tributos desempenham, e da diversidade de regimes, alíquotas, bases de cálculo e benefícios fiscais. Uma reforma não pode desconsiderar outros fatores como o federalismo e a carga suportada pelos contribuintes visando meramente uma simplificação, que pode acabar sendo nem mesmo “simples”.

Definições dos conceitos constitucionais e segurança jurídica

Outra situação é a suposta solução no que tange à guerra fiscal na tributação sobre o consumo que há no atual sistema tributário nacional, que ocorre muito entre os municípios e entre municípios e estados. Vale ressaltar que, ainda que a instituição do IBS pudesse resolver essa questão da guerra fiscal, os conceitos na Constituição de 1988 para delimitar o campo de incidência dos tributos passaram por anos de discussão no STF. Dessa forma, a mera reforma poderia não trazer uma solução efetiva para resolver essa controvérsia relacionada à guerra fiscal (MARTINS, 2022).

Vale ressaltar que a grande quantidade de regras especiais e exceções dentro do sistema tributário trouxe muitas dificuldades para os contribuintes para entender

como as mesmas funcionam. Há que se falar também nos incentivos concedidos pelos estados, que causaram guerra fiscal entre os entes (MOREIRA e ROSENBLATT, 2022).

A título de exemplo, o STF recentemente julgou e decidiu, por meio das ADIs 5659 e 1945 pela incidência do ISS sobre o licenciamento *software*, independentemente de serem ou não personalizados. Por muito tempo teve-se o entendimento de que o ISS incidia sobre o *software* “por encomenda” (desenvolvido especificamente para um cliente), por constituir um serviço, ao passo de que o “de prateleira” (cópia de outro) incidia o ICMS, por se tratar de uma mercadoria, mas essa tese foi superada no ano de 2021 no julgamento das referidas ADIs.

Roque Antonio Carrazza (2020), *a contrario sensu*, entende que o licenciamento de *software*, por se tratar de uma cessão de direitos, não constitui fato gerador nem do ICMS e nem mesmo do ISS, de maneira que apenas a União teria competência para instituir um imposto sobre essas hipóteses, por meio da sua competência residual – art. 154, I da CRFB/88.

Percebe-se, portanto, que a divergência na doutrina e na própria jurisprudência dos Tribunais demonstra inúmeras incertezas, de forma que não há segurança jurídica para o contribuinte, o que revela que o sistema tributário carece, em verdade, de uma reforma, entretanto, essa não pode ocorrer sem as devidas discussões e revisões no Congresso, pois um novo sistema sem precedentes e com controvérsias semelhantes ao anterior podem trazer mais impactos negativos do que positivos (MARTINS, 2022).

Uma das características do ICMS e do IPI é a não cumulatividade. Essa característica gera inúmeras discussões sobre o direito ao crédito dos contribuintes nessas exações. As interpretações e entendimentos jurisprudenciais da administração pública, *v.g.*, do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), em muitas ocasiões enfraquecem os ditames constitucionais, o que aumenta a demanda de processos tributários contenciosos, não somente administrativos, mas também judiciais (MOREIRA e ROSENBLATT, 2022).

Alterar a nomenclatura dos tributos é algo de extremo impacto, e não pode ser feito sem as devidas considerações. Os STF, *v.g.*, passou anos discutindo os significados de “circulação” e “operação”, de tal modo que definir e delimitar os campos de incidência do ICMS é algo deveras complexo. É por essa razão que uma eventual reforma deve apreciar não apenas a simplificação, mas também os fatores relacionados à incidência dos novos tributos e como estes afetarão o contribuinte (MARTINS, 2022).

3 CONCLUSÃO

Infere-se, por conseguinte, em vista de tudo o que foi sobredito, que a proposta de reforma apresentada por meios das PECs nº 45 e 110 ainda necessitam de revisões à luz da Constituição Federal, dado que apresentam divergências em relação ao texto da lei maior. É preciso levar em conta diversas variáveis, e não apenas a simplificação, como dizem Moreira e Rosenblatt (2022).

A autonomia dos entes, o federalismo, a segurança jurídica do contribuinte e a onerosidade das exações tributárias, por exemplo, são fatores que devem ser considerados diante de uma eventual reforma, não apenas a simplificação do sistema tributário, mas a arrecadação dos entes para assegurar o modelo da Federação adotado no Brasil (COSTA e SILVA, 2022).

A segurança jurídica dos contribuintes deve ter primazia em um sistema que adota os princípios da legalidade, da anterioridade e do não confisco, sobretudo em um contexto de um Estado Democrático de Direito, onde os tributos são adotados para garantir o funcionamento da atividade desempenhada pelo Estado e evitar o totalitarismo (MACHADO, 2020).

Em meio às dificuldades e problemas enfrentados pelo contribuinte, uma reforma nas bases do sistema tributário demonstra ser imprescindível, sobretudo pela alta carga dos tributos pagos. Portanto, uma reforma que não busque essa redução na carga suportada pelo contribuinte não terá os efeitos desejados (MARTINS, 2022). Contudo, como explicam Moreira e Rosenblatt (2022), a complexidade é inevitável e, portanto, esse fator não deve ser excluído da equação pois, simplificar sem reduzir tributos pode significar “trocar seis por meia dúzia”.

Infere-se que uma reforma é necessária no atual cenário brasileiro. Não apenas uma reforma que torne o processo de pagamento dos tributos menos burocrático, mas uma reforma geral, do Estado, nas esferas administrativa, política, na segurança e na educação. Seguindo essa senda de José de Anchieta da Silva (2021), a mudança precisa atingir os alicerces, não para tirá-los, mas para serem de fato fortalecidos, e assim, trazer a tão desejada segurança jurídica para o contribuinte e a autonomia para os entes da Federação.

4 REFERÊNCIAS

ANDRASCHKO, Jussandra Maria Hickmann. Tributação sobre o consumo da PEC 45/2019. In: ROCHA, Wesley (Org.). **Reforma Tributária em Pauta**. 1ª Ed. São Paulo: Almedina. 2021. cap. 15, p.273-292.

BRASIL. **Código Tributário Nacional. Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário

Rev. AMBIENTE ACADÊMICO (ISSN Impresso 2447-7273, ISSN online 2526-0286), v.9, n.1, jan./jun. 2023

aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **O controle de constitucionalidade das leis e o poder de tributar na CF/1988**. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CARRAZZA, Roque Antonio. **ICMS**. 18ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de; BARROS, Manoel Mário de Souza. Efeitos da reforma tributária no agronegócio. In: PEREIRA, Luiz Cláudio Cardona; COSTA, José Guilherme Fontes de Azevedo; SILVA, Rodrigo Tomiello da. Federação em risco: o tributo plurifederativo como solução à guerra fiscal? In: GOMES, Fabio Luiz (Org.). **Reforma tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital**. 1ª Ed. São Paulo: Almedina. 2022. cap. 12, p.213-238.

HARADA, Kiyoshi et al. Reforma tributária: onerar mais não é o caminho. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, no 5872, 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/75628>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 41ª Ed. Revisada e Atualizada. São Paulo: Malheiros. 2020.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. IBS pode corrigir ou amplificar problemas da tributação indireta no Brasil. **Revista Consultor Jurídico**. 31 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-31/consultor-tributario-ibs-corrigir-ou-amplificar-problemas-tributacao-indireta>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Aspectos de uma eventual reforma tributária. In: GOMES, Fabio Luiz (Org.). **Reforma tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital**. São Paulo: Almedina. 2022. cap.8, p.145-150.

MOREIRA, Gabriel; ROSENBLATT, Paulo. Reforma tributária e simplificação: mantras fiscais de risco. In: GOMES, Fabio Luiz (Org.). **Reforma tributária: tributação, desenvolvimento e economia digital**. São Paulo: Almedina. 2022. cap. 6, p.83-112.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos federais, estaduais e municipais**. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2022.

PISCITELLI, Tathiane; LARA, Daniela Silveira. As propostas de reforma tributária e a falta de discussão de tributação e gênero. In: PEREIRA, Luiz Cláudio Cardona.

QUIRINO, Fabricio Alves (Org.). **A Reforma da tributação das empresas**: uma visão para o empresariado brasileiro. São Paulo: Almedina, 2021. cap.20, p.175-182.

Proposta de Emenda à Constituição nº. 45, de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Proposta de Emenda à Constituição nº. 110, de 2019 Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137699>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

QUIRINO, Fabricio Alves (Org.). **A Reforma da tributação das empresas**: uma visão para o empresariado brasileiro. São Paulo: Almedina, 2021. cap. 17, p.155-162.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2020.

SILVA, José Anchieta da. A reforma da tributação no Brasil: visão do tema sob a ótica do empresário-contribuinte (a necessária reforma do Estado. Uma prospecção histórica). In: PEREIRA, Luiz Cláudio Cardona; QUIRINO, Fabricio Alves (Org.). **A Reforma da tributação das empresas**: uma visão para o empresariado brasileiro. 1ª Ed. São Paulo: Almedina, 2021. cap.11, p.92-101.

SIQUEIRA, James; BERNARDINO, Victor de Ozêda Alla. O imposto sobre bens e serviços e os impasses na representação judicial: uma visão crítica. In: OLIVEIRA, Phelippe Toledo Pires de (Org.). **Aspectos controvertidos da reforma tributária**: na visão dos Procuradores da Fazenda Nacional. 1ª Ed. São Paulo: Almedina. 2022. cap.4, p-97-118.

Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5659/MG. Relator Ministro Dias Toffoli. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5132886>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 1945/MT. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1747607>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

TEIXEIRA, Tiago Conde; VITELLI, Valter Pedroso. Reforma tributária e a importância da manutenção dos benefícios fiscais: a extrafiscalidade como um instrumento para reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável. In: ROCHA, Wesley (Org.). **Reforma Tributária em Pauta**. 1ª Ed. São Paulo: Almedina. 2021. cap.29, p.523-538.

FORA DE CASA: UMA ANÁLISE DO SOFRIMENTO OCUPACIONAL DE CAMINHONEIROS NA PANDEMIA POR COVID-19

Danyela de Almeida Bonisse³

Jamilly Vieira Gambarini¹

Mateus Louzada Pessanha¹

Giovanna Carrozzino Werneck⁴

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma análise sobre o sofrimento ocupacional de caminhoneiros e sobre a organização do trabalho desses profissionais, considerando a relevância de tal profissão, cercada de dissabores que advém da sua prática diária. Pretende-se relatar quais são fatores estressores derivados da profissão, como os motoristas lidam com eles e se buscam atendimento psicológico. Para a produção de dados, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com dez caminhoneiros, durante a pandemia por Covid-19. Verificou-se que o fato de os motoristas precisarem ficar muito tempo fora de casa e as inseguranças diárias, como temor a assaltos e a acidentes, foram os principais destaques como fatores estressores que causam desgastes emocionais. Percebeu-se também que existe uma grande lacuna entre os caminhoneiros e a procura por psicólogos, apesar de todas as demandas que essa função desencadeia. Ao mesmo tempo, apesar das dificuldades apresentadas, todos demonstraram satisfação em exercerem a profissão. Constatou-se que o presente estudo tende a contribuir para o despertar de novos olhares – e pesquisas - para a categoria em análise.

Palavras-chave: Caminhoneiro; COVID-19; sofrimento laboral.

ABSTRACT

This work is an analysis of the occupational suffering of truck drivers and the organization of these professionals' work, considering the relevance of such a profession, surrounded

³ Graduados em Psicologia, pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, dbonisse@gmail.com; jamilly.gambarini@gmail.com; matlouzada@hotmail.com

⁴ Psicóloga, professora da Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES. Mestra em Letras, pelo Ifes/Vitória, especialista em Terapia por Contingências de Reforçamento, pelo ITCR/Campinas; e em Políticas Públicas em Gênero e Raça, pela Ufes. gcarrow@gmail.com.

by the unpleasantness that comes from its daily practice. It is intended to report which stressors are derived from the profession, how drivers deal with them and whether they seek psychological care. To produce data, a field survey was carried out through semi-structured interviews with ten truck drivers, during the Covid-19 pandemic. It was found that the fact that drivers need to stay away from home for a long time and daily insecurities, such as fear of robberies and accidents, were the main highlights as stressors that cause emotional exhaustion. It was also noticed that there is a big gap between truck drivers and the search for psychologists, despite all the demands that this function triggers. At the same time, despite the difficulties presented, all showed satisfaction in exercising the profession. It was found that the present study tends to contribute to the awakening of new views - and research - for the category under analysis.

Key-words: Truck Driver; COVID-19; Labor Suffering.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é um elemento essencial em nossa vivência, pois além de ser subsídio financeiro, é um ambiente em que desenvolvemos laços afetivos em relacionamentos fora do contexto familiar. É nele também que, de certa forma, expomos a nossa saúde, pois quando o trabalhador lida com estresses cotidianos, pode vir a desenvolver sofrimentos e assim, prejudicar a saúde e comprometer o bem-estar. Por muitas vezes, os sofrimentos no ambiente de trabalho são deixados de lado, tanto pelo empregado, quanto pelo empregador. Isso ocorre, principalmente, pelo fato de o sofrimento ser um processo que surge em decorrência de múltiplos motivos, e, portanto, há dificuldade de entender o contexto laboral como causa das suas angústias.

Partindo desta dinâmica entre saúde e trabalho, desenvolveremos uma pesquisa voltada à profissão do motorista caminhoneiro. Esses profissionais, por muitas vezes, estão envolvidos em ambientes desfavoráveis, e lidam com situações que podem ser fatores críticos à saúde emocional, como: longos períodos longe de casa, insegurança no trânsito, uso de álcool e drogas, entre outros. Vale lembrar que essa profissão é responsável por boa parte da economia do país, visto que dentre as modalidades de transporte, o rodoviário é uma das principais. Dados da Pesquisa Anual de Serviços, da Confederação Nacional dos Transportes (2016) indicam que o transporte rodoviário de cargas foi responsável por 36,2% do PIB do setor de transporte em 2014, definindo-o

como o principal segmento do setor naquele ano. Em 2015, havia 101.147 estabelecimentos no segmento de cargas, que empregaram, em média, 9,0 trabalhadores por estabelecimento.

Conforme afirma Silva (2015), apesar de tamanha importância desta categoria e da quantidade de motoristas trabalhando no país, ainda são poucos os trabalhos científicos direcionados a esse assunto. Partindo desses pressupostos, desenvolveu-se esta pesquisa que tem por objetivo principal compreender as particularidades relativas à saúde e à organização do trabalho dos profissionais caminhoneiros, tais como: as estratégias que utilizam para lidarem com os possíveis sofrimentos emocionais derivados da profissão; quais são os fatores estressores que desencadeiam sofrimento psíquico; e identificar se buscam atendimento psicológico.

Para aprofundarmos os estudos nessa problemática, serão realizadas pesquisas bibliográficas e de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com caminhoneiros em uma empresa de transporte do sul do Estado do Espírito Santo. Os dados obtidos na entrevista serão analisados qualitativamente através da Análise de Conteúdo.

Com esta pesquisa pretendemos despertar novos olhares para a profissão do caminhoneiro, buscando propiciar uma reconstrução dos pré-conceitos culturalmente presentes para maior acolhimento social desta profissão, considerando sua importância e o reconhecimento, à medida que o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico. Realizaremos essa aproximação com a profissão através do diálogo entre pressupostos teóricos e o discurso dos caminhoneiros.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O referido estudo apresenta natureza básica, e dessa maneira transmite pesquisas focadas na aquisição de novos conhecimentos direcionados a áreas ampliadas, com vistas a solução de problemas práticos e/ou de preencher algumas lacunas existentes, aprimorando o conhecimento, sem aplicação prática prevista (GIL, 2018). O estudo será realizado também por meio de pesquisa bibliográfica, sendo concebida com base em referências já publicadas, em formas de artigos científicos, teses e dissertações virtuais, livros e revistas científicas impressas e virtuais, que serão pesquisados no *Google Acadêmico* e Banco de Teses e Dissertações da Capes. O intuito da realização de pesquisa do tipo bibliográfica é incitar o contato direto do pesquisador com o que já foi escrito a respeito do assunto e permiti-lo investigar uma gama de

fenômenos muito mais extensa do que se poderia pesquisar diretamente (MARCONI; LAKATOS, 2017; GIL, 2018).

Os procedimentos utilizados para a produção de dados foram, além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo realizada na cidade de Iconha/ES, que é conhecida como a “Terra dos Caminhoneiros” por sediar várias empresas no ramo do transporte, dentre elas, a Transportadora Jolivan Ltda., que foi o nosso campo de pesquisa. Esta empresa possui trinta e um anos de atuação no mercado de trabalho, com aproximadamente uma frota de 900 caminhões e 26 filiais e pontos de apoio espalhados pelo país. Além disso, em seu quadro de funcionários, conta com 850 motoristas caminhoneiros. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez motoristas caminhoneiros da referida empresa, na faixa etária de 30 a 60 anos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido para cada participante antes da realização da entrevista, sendo esclarecidas as dúvidas. Para manter o sigilo, nenhum dos nossos participantes será identificado neste artigo, e para isso, serão utilizadas as iniciais do nome de cada um. As entrevistas contaram com as seguintes questões: Por que você escolheu a profissão de motorista? Quanto tempo, em média, você passa longe de casa? Qual é a imagem que você avalia que as pessoas têm da sua profissão? Qual é o seu maior medo ligado à sua profissão? Você já procurou atendimento psicológico alguma vez na vida? Em que situação? O que faria você buscar atendimento psicológico? O que você considera como os principais pontos negativos da sua profissão, que lhe causam sofrimento ou desgaste emocional? Quais são os principais desafios relacionados à sua profissão? Você se sente pressionado no seu ambiente de trabalho? Quais são as cobranças mais frequentes? Com relação à sua vida pessoal, do que você já teve que abrir mão por ser caminhoneiro? Como têm sido sua rotina de trabalho em tempos de pandemia? Qual você acredita ser a parte mais gratificante da sua profissão?

A análise dos dados se dará por meio da Análise de Conteúdo⁵, em que buscaremos identificar as principais comunicações observadas durante a pesquisa, sendo elas demonstradas por palavras, gestos, movimentos, ou seja, trata-se de uma

⁵ “[...] metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob a forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais” (SEVERINO, 2007, p. 121).

análise em que não se observa apenas o que é dito, mas sim, tudo aquilo que se apresenta nas entrelinhas.

Considerando a complexidade em que a profissão do caminhoneiro se encontra inserida, pretende-se responder às seguintes questões com a pesquisa: Quais são os fatores considerados como sofrimentos emocionais pelos caminhoneiros? Como eles lidam com isso? Eles buscam e têm apoio do psicólogo em sua empresa?

3 DESENVOLVIMENTO

O trabalho e a profissão caminhoneiro

Apesar de a profissão caminhoneiro existir desde o século XX, ela teve sua regulamentação apenas em 30 de abril de 2012, com a lei 12.619, e em 2 de março de 2015 foi substituída pela lei 13.103, a qual retificou alguns itens da anterior. A regulamentação foi um grande marco para a categoria, pois passou a disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional, para que as jornadas extensas e as explorações trabalhistas tivessem um fim. Logo, as principais mudanças benéficas da lei foram: profissionais mais saudáveis, remuneração mais justa e um trânsito mais seguro para a sociedade.

Os números em relação a essa profissão revelam sua importância no cenário econômico do nosso país: atualmente, o Brasil conta com dois milhões de caminhoneiros nas rodovias (ABCAM, 2018) e, conforme exposto pela Confederação Nacional do Transporte (CNT):

[...] o modal rodoviário foi responsável por 55,2% do PIB do setor de transporte em 2014, contribuindo significativamente para a geração de riquezas no país. Contudo, a relevância do transporte rodoviário não é percebida apenas em relação aos demais modais de transporte. Ele foi responsável por 12,7% do PIB do setor de serviços não financeiros, sendo o segundo que mais contribuiu para a geração de valor nesse segmento (CNT, 2017, p. 48).

Em função do exercício dessa profissão tão essencial, é comum que um caminhoneiro passe noventa dias consecutivos longe de casa ou mais, lidando com várias inseguranças e situações adversas que surgem no seu dia a dia, mas, apesar desse contexto crítico, a maioria exerce a função com muito orgulho e dedicação (SILVA, 2015).

O trabalho faz parte de todo o percurso da nossa vida e nos insere ao meio social, exercendo um papel fundamental na constituição de nossa subjetividade. É no trabalho que o indivíduo passa oito horas diárias ou mais e, onde, além de ser sua fonte de rentabilidade e de possíveis realizações, desenvolve vínculos com as pessoas que estão

em sua volta. Estando inserido de forma significativa na vida dos sujeitos, há de se considerar que o trabalho também pode desempenhar um papel negativo quando a rotina diária favorece o adoecimento do colaborador, conforme explicita Souza (2013):

Em nossa sociedade, o trabalho é mediador de integração social, seja por seu valor econômico (subsistência), seja pelo aspecto cultural (simbólico), tendo assim, importância fundamental na constituição da subjetividade, no modo de vida e, portanto, na saúde física e mental das pessoas (SOUZA 2013, p. 100).

A forma de relacionamento com o trabalho irá variar em cada pessoa, de acordo com sua subjetividade. Quando surgem sofrimentos em decorrência do trabalho e esses, por sua vez, são velados, podem ser desenvolvidas patologias significativas, produzindo disfunções e lesões biológicas além de reações psíquicas às situações e condições de trabalho patogênicas. Porém, para cada pessoa, a angústia ou estresse derivado do trabalho surgirá de forma diferenciada, com fatores variados e embaraçosos. De acordo com Souza (2013, p. 59): “Os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho resultam, assim, não de fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e o aparato psíquico dos trabalhadores”. A não procura por um atendimento profissional que possa auxiliar no enfrentamento dessas angústias, pode tornar o que era um sofrimento em uma doença psicossomática, que comprometerá o funcionamento psíquico do indivíduo (SOUZA, 2013). Analisando por esse viés, pretende-se discutir sobre a saúde emocional dos trabalhadores que exercem a função de caminhoneiro, tendo em vista que lidam diariamente com um universo de fatores desfavoráveis para sua sanidade mental, considerando que as condições de trabalho trazem algumas problemáticas: insegurança, vínculos familiares fragilizados, uso de substâncias psicoativas, longos períodos longe de casa e falta de interação social. É necessário, portanto,

[...] reconhecer a subjetividade no trabalho, o significado que as pessoas atribuem a determinadas situações, o modo como cada um reage a partir da sua história de vida, de seus valores, das suas crenças, das suas experiências e das suas representações sobre a atividade desenvolvida. (SOUZA, 2013, p. 102).

Nesse sentido, esse sofrimento ocupacional prejudica tanto a saúde mental do profissional como também a sua produtividade da empresa, sendo necessário um olhar atento do psicólogo a esse contexto subjetivo de produção de sofrimento.

O estresse no trabalho

Pode-se considerar que o estresse ocorre de forma particular, ou seja, é uma reação que irá variar em cada pessoa, diante do ambiente e do contexto em que está inserida, de modo que, venha a se sentir ameaçada pelo fato de que seus próprios recursos de enfrentamento habitualmente utilizados, não sejam suficientes para lidar com uma determinada situação (FRANÇA, 2008). É possível, portanto, que no decorrer da vida surja o estresse, diante de situações novas e desafiadoras. Mas, é importante salientar que um indivíduo com excesso de descargas estressoras, pode vir a desenvolver doenças físicas e psíquicas. (GUIMARÃES; LANDIM; APARECIDA, 2003).

No ambiente de trabalho, não é diferente, pois o estresse ocupacional também pode ser considerado um fenômeno subjetivo, que consiste na disparidade entre as demandas da tarefa e as habilidades do sujeito em lidar com determinada situação. (CORREA; BOLETTI, 2015). Além de colocar em risco a saúde e o bem-estar do sujeito dentro do seu ambiente de trabalho, o estresse do trabalhador influenciará diretamente na organização em que ele se encontra:

“Deste modo, no âmbito organizacional, o estresse representa também um risco para a sobrevivência das empresas, já que aumenta seus gastos operacionais, por causa da queda de produtividade dos funcionários estressados, acidentes de trabalho, desperdício de material, aumento das faltas no trabalho e gastos com assistência médica e, em casos mais graves deixam até a própria imagem da organização comprometida” (PEREIRA, 2019, p. 149).

Assim, pensar no estresse ocupacional requer uma análise detalhada sobre a personalidade de cada sujeito em sua respectiva função. Os fatores estressores irão variar de acordo com a maneira com que cada sujeito absorve as demandas relativas ao seu cargo. Podemos definir estressores ocupacionais como estímulos que são gerados no trabalho e têm consequências físicas ou psicológicas negativas para um maior número de indivíduos expostos a eles (PEREIRA, 2019). Ou seja, estressores dentro da organização serão os fatores que influenciarão diretamente na vida do sujeito em seu ambiente de trabalho, como, por exemplo, sobrecarga de trabalho, conflitos internos (grupo), ruídos, iluminação. Quando há muito estresse nas relações de trabalho, o sujeito desencadeia o sofrimento, e passa a lidar com esse sentimento no dia a dia. Isso ocorre quando o colaborador utilizou todos os seus saberes e habilidades na organização do trabalho, esgotando todos os meios de defesa contra as exigências das suas tarefas (DEJOURS, 2015).

É importante ressaltar que o sofrimento afeta o corpo do sujeito e está relacionado às relações com o outro e com o meio que o cerca, gerando, portanto, estresse ocupacional. A falta de tratamento para tal situação desencadeia “[...] o ‘esgotamento’ em que todo o organismo entra em sofrimento, pois, afeta não apenas a

capacidade de adaptação às diversas circunstâncias de vida, mas, sobretudo, a capacidade de adaptar a si mesmo” (FRANÇA, 2008, p. 7). Partindo desse pressuposto, o sujeito que é acometido pelo estresse ocupacional e sofrimento causados pela sua rotina de trabalho, encontra-se propenso a desenvolver complicações e dificuldades que influenciarão tanto na sua vida profissional quanto pessoal.

Nesse sentido, Dejours (2015) aponta que toda insatisfação que se cria no ambiente de trabalho e que venha a gerar algum desconforto no corpo e na personalidade do sujeito implica negativamente na saúde do trabalhador, pois além de comprometer a saúde psíquica, pode provocar também respostas psicossomáticas. Assim, é preciso considerar que, ao lidar com o sofrimento humano no trabalho, todo contexto afetivo, social e psíquico do sujeito deve ser levado em conta para uma análise e intervenção efetivas da parte do psicólogo.

O contexto familiar e social na vida do caminhoneiro

O estresse ocupacional pode ter como causa várias ramificações em contextos atrelados, podendo surgir situações-conflito em uma via de mão dupla: no ambiente familiar, que vem a interferir negativamente na produtividade do trabalhador, assim como no trabalho, causando situações geradoras de conflitos no âmbito familiar (PASCHOAL; TAMAYO, 2005). Hoje, ainda se ouve o discurso de “problemas de casa você deixa em casa”, assim como “os problemas do trabalho devem ficar no trabalho”, porém tal ideia é equivocada, visto que somos seres biopsicossociais, ou seja, somos o resultado da soma de todos os fatores que nos envolvem, no âmbito biológico, social e ambiental. Por conseguinte, é importante ressaltar que o sujeito é o ser único, cercado por vários contextos como família, trabalho e sociedade, que se interligam mutuamente.

A família desempenha um papel fundamental na vida do sujeito, pois é onde aprendemos as coisas mais básicas da vida até as mais complexas, e assim, o relacionamento da família com o caminhoneiro pode ser fator determinante no modo de lidar com a profissão, ao ponto de que se houver conflitos ou problemas familiares constantes, é possível que a produtividade sofra impactos, e até mesmo venham surgir reflexos na saúde do caminhoneiro, devido ao aumento de estresse.

Considerando-se os estressores organizacionais como demandas do ambiente de trabalho que exigem respostas adaptativas por parte do empregado e que excedem sua habilidade de enfrentamento, aspectos da relação entre trabalho e família podem ser tratados como variáveis situacionais que influenciam o estresse ocupacional. “Isto porque não se restringem a demandas do ambiente de trabalho, mas podem influenciar

a percepção dos estressores” (PASCHOAL; TAMAYO, 2005, p. 174).

A profissão do caminhoneiro tem como um dos seus principais desafios estar longe de casa por longos períodos e assim sendo, a família precisa se adaptar à realidade de não ter um pai, um filho ou um esposo em casa por longos dias consecutivos. Desta forma, a família tende a sentir pela ausência do caminhoneiro, e esse por sua vez, ausenta-se e acaba deixando de viver momentos especiais ao lado da família. Vemos então, um cenário complexo, que exige compreensão de ambas as partes envolvidas, para que o motorista possa desempenhar sua função com mais tranquilidade e para que a família consiga lidar com a ausência física (PASCHOAL; TAMAYO, 2005).

Pretende-se destacar também a representatividade social e seus impactos na profissão do caminhoneiro. Por muitas vezes, o meio social cria rotulações sobre esses profissionais e desconsideram todo o contexto em que eles estão envolvidos. Segundo levantamento da Confederação Nacional do Transporte (2016), 50,7% dos motoristas avaliam que as pessoas entendem a imagem do caminhoneiro como irresponsáveis. Essas percepções negativas relacionadas à profissão do caminhoneiro tendem a influenciar diretamente na produtividade e bem-estar do profissional, à medida em que se dissocia o profissional caminhoneiro do reconhecimento social.

O reconhecimento pelo trabalho realizado é, assim, imprescindível para que a atividade profissional propicie realização pessoal e está, portanto, relacionado ao equilíbrio psíquico e pode repercutir sobre a saúde do indivíduo. “Para uma categoria que já enfrenta tantos problemas, a falta de reconhecimento é mais um aspecto que influencia negativamente a vida do trabalhador” (SILVA, 2015, p. 95).

A relação entre trabalho e prazer é trazida por Dejours (2015), ao apontar que o trabalho pode ser absorvido como uma fonte de prazer ou sofrimento e isso dependerá das condições externas que são trazidas pela profissão, isto é, se elas irão atender ou não aos desejos do profissional. Assim, além das condições de trabalho precárias, temos também, um contexto social e afetivo que pode trazer sofrimento emocional para o caminhoneiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados a seguir, embora lance mão de informações de caráter quantitativos, tem por objetivo analisar e expor as particularidades encontradas nas respostas dos entrevistados, com foco nos aspectos qualitativos. Como optou-se por realizar as entrevistas pessoalmente, considerando os protocolos de biossegurança

devido à pandemia por Covid-19, um fator que acabou se tornando um contratempo durante a pesquisa foi a dificuldade de conciliarmos os horários com os motoristas, que por viajarem com frequência e passarem muito tempo na estrada, fizeram com que as entrevistas fossem realizadas dentro da própria empresa, entre uma viagem e outra, para que o tempo fosse otimizado.

Os motoristas entrevistados pertenciam à faixa etária de 30 a 58 anos; todos eram casados e com filhos. Em relação à escolha da profissão, apenas dois disseram que entraram para a profissão porque “gostam de dirigir”, e os demais foram influenciados a entrar na profissão por algum familiar ou amigo próximo que já a exercia e que conseguir se tornar caminhoneiro foi “como realizar um sonho de criança”.

Por mais que os trabalhadores da empresa pesquisada tenham um salário fixo, a comissão obtida por carregamento impulsiona os trabalhadores a quererem viajar mais para poderem receber um salário melhor. Tal condição relativa à produtividade acaba funcionando como um sutil controle exercido sobre o desempenho dos motoristas (GUIMARÃES; LANDIM; APARECIDA, 2003).

O longo tempo passado fora de casa foi ressaltado por todos os entrevistados, que podem passar, em média, de 30 a 60 dias longe de casa, podendo exceder quando ocorrem imprevistos, como mencionado por D.M.M.: “Uma vez minha filha contou dia por dia, e eu passei 122 dias longe de casa. Ela comentava na escola que ‘meu pai não vai participar da nossa festinha na escola porque ele viaja muito e hoje já faz 102 dias que eu não vejo ele’.” Foi-nos contado ainda, entre sorrisos cansados no canto dos lábios e olhos lacrimejantes, que devido à grande quantidade de tempo ausentes, tornou-se comum abrir mão de estar presente em datas comemorativas, momentos e eventos familiares importantes, assim como, por exemplo, acompanhar a evolução dos próprios filhos, conforme relata J.S.S.: Eu já perdi a chance de ver os meus filhos crescer, eu já deixei de estar presente em momentos importantes, em datas comemorativas... E meus netos, quando eu venho em casa eles ficam pedindo para mim ficar, e eu tenho que sair escondido, isso dói demais, mas preciso parar de falar, pois se não eu vou chorar (JSS).

Além da extensa carga horária, esses trabalhadores acabam sofrendo com a lamentável condição da maioria das rodovias brasileiras. Nesse sentido, todos os entrevistados, em pelo menos uma das perguntas, comentaram sobre as “estradas mal conservadas” e, muitas vezes, desconhecidas, sobre as quais trafegam, o que se configura como mais um fator estressante relacionado à profissão.

Outro ponto relevante para a presente pesquisa é que, embora seja uma

profissão que exija muito, tanto em fatores físicos quanto psicológicos, a maioria dos entrevistados alega nunca ter procurado atendimento psicológico e apenas dois revelaram ter buscado auxílio de um profissional de Psicologia. Um desses disse apenas que o motivo de ter recorrido a um psicólogo foi devido a “problemas pessoais”, sem maiores detalhes. Um outro caminhoneiro contou um pouco mais sobre o ocorrido: Há um tempo, eu me envolvi num acidente, onde uma carreta tombou pra cima da minha. Eu não tive culpa, mas eu vi o cara da outra carreta tombando e isso mexeu muito comigo. Eu desenvolvi um medo muito grande de continuar na profissão, e, na época, eu precisei me desligar da empresa por isso, pois estava entrando em parafuso. Aí busquei atendimento psicológico, e graças a Deus melhorei. Hoje eu retornei à profissão, com mais confiança (C.L.L.).

É passível de percepção o reconhecimento da importância da ajuda psicológica por parte do caminhoneiro no caso citado. Os demais profissionais que ainda não haviam passado pela terapia disseram que os principais motivos que os fariam buscar atendimento psicológico seria se se envolvessem em acidentes ou algo acontecesse com a família, como a perda de um ente querido: Eu buscaria (atendimento psicológico) em caso de eu me envolver em um acidente grave. Eu me envolvi em um acidente. Uma carreta tombou do meu lado na pista, mas graças a Deus não teve vítimas. Eu fiquei um bom tempo meio traumatizado, lembrando do acidente com frequência, cheio de medo de dirigir, mas não procurei um psicólogo na época, até porque como eu frequentaria um psicólogo se viajo o tempo todo? É complicado, acabei deixando para lá mais foi um momento em que se eu tivesse buscado um profissional, seria mais fácil ter passado por aquele momento (M.C.O.).

Quando perguntados sobre qual seria o maior medo relacionado à sua profissão, os relatos dos motoristas se dividem entre os que temem se envolver em acidentes e os que têm receio de serem assaltados, devido às cargas onerosas que carregam. Ressalta-se que o medo se configura como um fator constante na rotina dos caminhoneiros, devido a assaltos, acidentes ou receio de não conseguir entregar a carga na data prevista por questões alheias ao controle deles, como acidentes na estrada, mau tempo (GUIMARÃES; LANDIM; APARECIDA, 2003).

Outras questões que se repetiram foram: o medo de parecerem incompetentes, não corresponderem às expectativas da organização para qual trabalham, e a falta de reconhecimento. Tais questões devem ser considerados por também causarem sofrimento psíquico ocupacional. Nesse sentido, sentir-se gratificado envolve componentes emocionais relacionados ao bem-estar, ao mesmo tempo que contribui

para fortalecer a profissão como categoria. VJS, ao ser questionado sobre qual seria a parte mais gratificante de sua profissão, respondeu: A parte mais gratificante é conseguir chegar ao destino com a carga em perfeito estado, na data certa. Porque diante de todas as dificuldades que enfrentamos pela profissão, o mínimo que espero é conseguir cumprir o que me é solicitado, para ter a sensação de dever cumprido.

Sobre o mesmo tema, J.S.P., de 44 anos, respondeu que “[...] a melhor parte é ser reconhecido profissionalmente pela empresa; tenho equipamentos bons de trabalho, o salário pago em dia e respeito das pessoas da empresa”. Ambos demonstraram satisfação com o reconhecimento recebido pela atividade laboral que exercem. Outros cinco entrevistados revelaram que o fato de permitir conhecer novos lugares e pessoas é um dos aspectos importantes e gerador de satisfação em relação à profissão.

O sentimento de desvalorização com relação à profissão explanado na pesquisa realizada por Guimarães, Landim e Aparecida, em 2003, com os motoristas de caminhão de uma empresa em Minas Gerais, ainda se faz presente na fala de grande parte dos entrevistados ao dizerem que “[...] a profissão possui uma imagem negativa perante a sociedade”, mas se difere em parte dos profissionais entrevistados por nós, que, por sua vez, relataram que sentiram que acontecimentos recentes têm mudado a percepção das pessoas sobre a percepção da profissão, como podemos observar nos trechos a seguir: Ainda está muito longe do ideal, do verdadeiro reconhecimento da importância da nossa profissão. Mas eu percebo que depois da greve de 2018 e agora na pandemia, algumas pessoas têm dado mais valor à nossa profissão, em ver que estamos firmes e fortes mesmo neste momento, e parece que mais pessoas estão percebendo o quanto o transporte rodoviário e nós, motoristas, somos fundamentais para o funcionamento do nosso país (B.V.P.).

No geral, a visão (sobre a profissão) não é boa, somos vistos como irresponsáveis [...] mas, agora, neste momento da pandemia, eu comecei a receber algumas mensagens de algumas pessoas que estão valorizando mais a nossa função, percebendo o quanto ela é essencial para nossa sociedade (C.L.L.).

Através dessas falas torna-se perceptível que, tanto a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018 quanto a pandemia por Covid-19, no presente ano, tem colaborado na recuperação do reconhecimento popular da importância da profissão e reacendido o orgulho profissional dos motoristas de caminhão. Nesse sentido, cabem novas pesquisas que busquem analisar também os fatores negativos envolvidos em um trabalho que fica à mercê da contaminação pelo Sars-Cov-2 e o quanto as condições estressantes se agravaram – ou não – neste momento.

Quando perguntados sobre como têm sido a rotina de trabalho em tempos de pandemia, cinco relataram que a quantidade de trabalho aumentou e um disse: “[...] olha, no início da pandemia foi até melhor porque o trânsito tava deserto e menos perigoso, mas hoje tá tudo quase normal [...]”. Outro relatou “[...] estar tudo normal, só tomando todos os cuidados”, referindo-se à utilização de máscaras e ao uso constante de álcool em gel. Apenas um dos dez entrevistados se manifestou sobre sentir falta do contato social no trabalho durante a pandemia: “[...] mas agora a gente tem ficado muito isolado, porque antes, no fim do expediente, a gente se juntava com os colegas e conversava, mas agora a gente precisa ficar dentro do caminhão e essas conversas que antes eram muito boas pra relaxar e distrair hoje não podem acontecer mais, então estamos ficando cada vez mais solitários (VJS).

Diferenciando-se de um trabalho convencional, que geralmente possui horários e rotina pré-definidos, o motorista de caminhão possui um maior poder sob o controle de sua atividade laboral. Dejourns (1994) traz a liberdade e a autonomia como aspectos que atuam influenciando positivamente na diminuição da carga psíquica dos trabalhadores, e, assim como afirmam Guimarães, Landim e Aparecida (2003), são fatores importantes que geram satisfação em relação à profissão, tal como pudemos notar nas falas dos motoristas de caminhão entrevistados, quando um deles expõe: “[...] eu não tenho pressões no ambiente de trabalho, eu só sou cobrado para entregar a carga em perfeito estado em uma data específica, mas isso é a nossa função, e por ser um trabalho mais sozinho, eu faço o meu horário e a gente não se sente tão pressionado assim (J.A.C.).

Ao fim das entrevistas, foi possível perceber que todos os entrevistados demonstravam ter orgulho da profissão, além de mostrarem satisfação por terem sido escolhidos para serem ouvidos. Três deles ainda comentaram que estavam felizes que alguém estava preocupado com a categoria profissional, e estudando sobre isso, onde um ainda elucidou que “[...] isso chega a me dar esperanças de um reconhecimento melhor para a profissão”, revelando a necessidade da realização de mais pesquisas com essa categoria de profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento desta pesquisa realizada com trabalhadores de uma transportadora localizada ao sul do estado do Espírito Santo, tornou-se possível analisar como as condições de trabalho e o sofrimento ocupacional influem diretamente na vida do profissional caminhoneiro.

Pela análise dos dados foi verificado que grande parte dos trabalhadores atuantes na área de transportes de cargas teve experiências ao decorrer da vida com alguém de seu ciclo próximo de relações sociais que os influenciaram a se tornarem caminhoneiros. Constatou-se ainda que, dada esta influência, as relações familiares, ou melhor, a ausência delas, juntamente com o temor de acidentes configuram as duas maiores fontes geradoras de sofrimento para estes motoristas.

O presente estudo revelou ainda que, por se tratar de profissionais que trabalham sozinhos na maior parte do tempo, o contexto da pandemia por Covid-19 atingiu esses profissionais de uma forma distinta de tantas outras profissões, pois além dos cuidados de higiene de mão e uso constante de máscara, eles também tiveram sua demanda de trabalho aumentada quanto se depararam com um trânsito mais ameno no pico da pandemia.

Percebe-se, pois, que por mais que se trate de um estudo onde apenas uma pequena parcela dos trabalhadores de uma grande empresa foram entrevistados, a produção de dados por meio de entrevista semiestruturada e, posteriormente, a análise qualitativa dos dados, permitiu uma aproximação com a subjetividade de cada trabalhador e a realidade vivenciada pela categoria por meio de suas condições de vida e de trabalho.

As ideias acima ratificam a relevante contribuição dos motoristas carreteiros para a economia nacional, apesar de ainda não se sentirem valorizados o suficiente. Ressalta-se a importância da “greve dos caminhoneiros”, de 2018, para um aumento na valorização dessa categoria profissional, à medida em que tal movimento demonstrou a possibilidade de organização política desses profissionais. Oportuno se torna também mencionar que, somente após a greve, a atenção da população se dirigiu a esses profissionais.

Diante disso, verifica-se a necessidade de que mais estudos sejam direcionados a essa classe profissional, a fim de conhecer e melhor compreender tanto a realidade desses motoristas, quanto o sofrimento gerado a partir da distância física em decorrência das longas viagens em estradas perigosas e muitas vezes desconhecidas, no intuito de desenvolver estratégias que auxiliem na diminuição destes estressores tão particularmente relacionados à profissão.

Assim sendo, devido à escassez de materiais de pesquisa disponíveis acerca do referido tema, configura-se a necessidade de que o assunto pesquisado seja ainda mais discutido em suas diversas facetas, tendo em vista a busca por soluções que minorem o sofrimento de caminhoneiros a partir de intervenções dos profissionais da Psicologia.

6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. 2016. Disponível em: <<https://cnt.org.br/perfil-dos-caminhoneiros>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. 2017. Disponível em: <<https://cnt.org.br/transporte-rodoviario-desempenho-infraestrutura-investimentos>> Acesso em: 20 out. 2020.
- CORREA, V. M.; BOLETTI, R. R. **Ergonomia**: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. **A loucura no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.
- FRANÇA, A. C. L. **Psicopatologia do trabalho**: psicossomática, valores e práticas organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018.
- GUIMARÃES, M. C.; LANDIM, L. de S.; APARECIDA, H. R. da S. Estresse ocupacional e sofrimento no trabalho: um estudo com os caminhoneiros. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 21, n. 1, 2003, p. 54-63.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2017.
- MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 13, p. 34-38, 1995.
- PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Impacto dos valores laborais e da interferência família: trabalho no estresse ocupacional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 173-180, 2005.
- PESQUISA DA ELSAQ ANALISA PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MOTORISTAS DE CAMINHÃO NO BRASIL. **Abcam Associação Brasileira dos Caminhoneiros**, 02 de fev. de 2018. Disponível em: <<http://www.abcam.org.br/index.php/pt/noticias/380-pesquisa-da-esalq-analisa-o-perfil-socioeconomico-dos-motoristas-de-caminhao-no-brasil>>. Acesso em: 22 out. 2020.
- PEREIRA, J. G.; DE MELLO, F. Causas e efeitos do estresse no trabalho. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 16, n. 16, p. 146 - 164, 2019.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, R. A. **Vida de Caminhoneiro**: sofrimento e paixão. 2015. 149p. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Ciência e Profissão) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Campinas, 2015. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/351>. Acesso em: 03 set. 2020.

SOUZA, W. F. de. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 99-108, 2013.

PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DIANTE DOS DESAFIOS ESCOLARES

André Crisóstomo Menezes⁶

Douglas Fernandes Oliveira Vieira¹

Poliana Alves Seccon¹

Thiago Pereira Machado⁷

RESUMO

De acordo, com a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde mental não está apenas relacionada com a ausência de doenças mentais, mas também com a integralidade, e o bem-estar individual. Justifica-se a realização dessa pesquisa, a partir do entendimento da importância do profissional da educação e a sua integridade mental e como isso influencia diretamente no desenvolvimento do âmbito escolar. O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil dos profissionais que atuam na área da educação, levando em consideração em como o ambiente de trabalho no qual estão inseridas as demandas do dia a dia, bem como a desvalorização e a ausência de conseguir impor sua singularidade em sala de aula, podem afetar a saúde mental dos entrevistados. O trabalho se deu por meio de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, ela foi respondida por 13 professores de instituições e cidades distintas, as respostas foram obtidas através de um questionário feito no Google Forms, expondo dessa forma as informações obtidas como uma visão adicional aos fatores que contornam a prática educacional.

Palavras-chave: educação; docência; saúde mental; trabalho; escola.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia recém completou seis décadas como profissão regulamentada no Brasil e, mesmo sendo nova, ela vem se mostrando ano após ano como uma área de grande crescimento e relevância em nosso contexto social. Uma das razões para esse aumento de interesse na área se dá pelo adoecimento em massa da saúde mental de

⁶ Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

⁷ Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

nossa população. Em uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, revela que 86% dos brasileiros sofrem ou já sofreram algum tipo de transtorno mental, seja esse estresse, ansiedade, depressão ou outros.

A psicologia como ciência é uma área bastante ampla de estudo com seus conhecimentos e técnicas, podendo ser usados em diversos ambientes, sendo um desses o ambiente escolar. Assim, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2022), a psicologia como ciência e profissão é nova no Brasil, e no ambiente escolar se torna ainda mais recente, transformando-se apenas em 2019 com a Lei Nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019, apresentando-se da seguinte forma: Art.1º “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.” (BRASIL, 2019).

Sendo assim, a inserção do Psicólogo nas redes públicas de ensino entrou em vigor apenas em dezembro de 2021, quando a lei foi legalmente inserida. Por ser algo novo em território nacional, percebemos que muitos estudos acerca da psicologia escolar estão enviesados com pensadores europeus e estadunidenses, principalmente Burrhus Frederic Skinner e Carl Rogers. Essas perspectivas trazidas por esses e outros autores são de suma importância, mas em muitos casos seus conceitos devem ser adaptados à realidade da nossa cultura. Como por exemplo o pensamento Rogeriano, em que se tem o aluno no centro da aprendizagem (PINHEIRO & BATISTA, 2018). Vemos um grande enfoque em como o professor deve se portar para a promoção do melhor desenvolvimento da aprendizagem do aluno, mas minimamente se olha como se dá a capacitação desse profissional ou como será fornecido um ambiente adequado para que isso aconteça em nosso contexto atual.

Adriana Machado (2013) relata a dificuldade que os estudantes de psicologia apresentam ao chegar na escola para aplicar algum tipo de intervenção, a autora elenca que essa dificuldade está muito atrelada ao conhecimento do que está acontecendo de errado, mas não saber o que fazer a partir disso. Esse pensamento de sabermos o que está errado, mas não sabermos o que fazer, nos leva a pensar que talvez não possamos compreender o que realmente está incompatível no âmbito educacional. O que percebemos ao pesquisar sobre o tema é que muitos apontam para a importância em se olhar o aluno como singular e que apenas assim é possível ter uma educação real e de qualidade, o que não seria mentira, mas isso é a resposta de um mundo perfeito sendo visto como inaplicável na nossa condição atual. Claro que olhar para o lado do estudante e passar a enxergá-lo como um ser e não apenas como um número estatístico

é indispensável, mas importante quanto, também é conseguir enxergar o professor da mesma forma, fatos esses que não encontramos ao observar as escolas visitadas.

Vale ressaltar que o presente artigo não tentará, em momento algum, trazer uma resposta em definitivo acerca da problemática ocorrida no âmbito escolar, e sim trazer uma visão acerca de como uma classe que sofre tanto com desvalorização social e financeira, além de adoecimento no trabalho, como é mencionado por Mary Yale Rodrigues Neves e Edith Seligmann Silva (2006) se enxerga perante a problemática ocorrida em seu local de trabalho, ou seja, a escola, também trazendo a importância do acolhimento e escuta exercido pelo profissional psicólogo, buscando assim a melhoria de vida tanto para o professor como para quem terá a vida impactada por ele e seu trabalho.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Tratando-se de uma pesquisa no contexto escolar, e considerando a pesquisa como qualitativa do tipo descritiva, o processo consistiu em duas etapas: a) etapa 1: Seleção das escolas, nas quais, foram realizadas a pesquisa; b) etapa 2: Aplicação do questionário para os professores.

Na etapa 1, foram selecionadas três instituições de ensino, todas localizadas no estado do Espírito Santo: E.E.E.F.M “Presidente Kennedy”; E.E.E.F.M Presidente Luebke; E.E.E.F.M. Fraternidade e Luz, localizadas em diferentes localidades. Essas escolas foram escolhidas para participar de uma pesquisa cujo objetivo era investigar as percepções dos professores acerca das condições profissionais no cotidiano escolar.

Sendo assim, a pesquisa envolveu a coleta de dados por meio de questionários, entrevistas ou observações, a fim de obter informações sobre o ambiente de trabalho dos professores, as condições de infraestrutura, os recursos disponíveis, as relações interpessoais, entre outros aspectos relevantes para a compreensão das condições profissionais dos docentes. Os resultados dessa pesquisa podem fornecer panoramas importantes sobre as percepções dos professores e suas experiências no exercício da profissão, bem como auxiliar na identificação de possíveis desafios e melhorias necessárias nas escolas pesquisadas.

Na etapa 2, foi elaborado um questionário contendo 14 perguntas, abordando temas como: carga de trabalho, saúde mental, mal-estar psíquico, autonomia no ambiente escolar, desafios, valorização e desvalorização na relação entre professor e aluno como também professor e instituição, entre outros. O questionário foi aplicado

utilizando a plataforma do Google Forms, garantindo a participação de 13 professores que concordaram em colaborar com a pesquisa. Lista das perguntas aplicadas:

- Você concorda que existe um mal-estar psíquico afligindo os professores como classe trabalhadora? Se sim, qual seria a fonte embrionária desse mal em sua visão?

- Como é a sua carga de trabalho hoje?

- Tendo como ponto de referência a pergunta anterior, você a considera uma carga de trabalho excessiva?

- Atualmente, na sua opinião, você acha que a sua carga horária de trabalho impacta na sua saúde mental? Se sim, de que forma?

- Na sua opinião, o que mais te incomoda no exercício da sua profissão no âmbito educacional?

- Você se sente com autonomia para apresentar e pôr em práticas suas ideias no seu ambiente de trabalho?

- Fale sobre o quanto a responsabilidade atribuída a sua profissão pelos pais e pela instituição influencia em sua saúde mental?

- Discorra sobre como acontece a valorização ou desvalorização na relação professor e aluno de acordo com a sua própria experiência.

- Discorra também sobre a valorização ou desvalorização na relação entre professor e instituição em sua própria experiência.

- Como e quanto a relação de “Poder” entre: instituição e professor impacta na sua didática em sala de aula?

- Em sua visão, existe um equilíbrio entre o que seria para você o “método de ensino ideal” e o método de ensino imposto pela instituição?

- Você enxerga que de alguma forma o seu trabalho se tornou mecanicista?

- Gênero

- Idade.

A análise dos dados obtidos

As questões foram elaboradas a fim de coletar informações sobre o perfil dos professores, como idade, gênero, além de dados sobre a percepção dos docentes em relação aos temas abordados no estudo, tais como saúde mental, mal-estar no trabalho, fracasso e sucesso escolar. O questionário foi aplicado em ambiente virtual, por meio de plataformas de pesquisa online, a fim de garantir a participação dos professores que se disponibilizaram a colaborar com o estudo. Por meio do questionário foi possível a compreensão de aspectos relevantes para o estudo em questão, além de contribuir para

a identificação de possíveis limitações e desafios enfrentados pelos profissionais da área educacional. Após a confecção das perguntas, foram utilizadas as plataformas como o Google Acadêmico e SciELO para a busca artigos científicos relevantes. Para a realização desse levantamento, foram empregadas palavras-chave como "Saúde Mental", "Professor", "Educação", "Mal-estar no trabalho", "Psicologia do Trabalho", "Professores", "Fracasso Escolar" e "Sucesso Escolar", em diferentes combinações possíveis para apresentar informações atualizadas, foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos anos, incluindo livros. Além disso, contamos com o apoio de determinados professores com conhecimentos no assunto abordado como auxílio para a pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Desafios docentes

Três pontos foram importantes para se analisar os dados obtidos em nossa pesquisa. O primeiro dele sendo a sobrecarga do trabalho tanto das demandas de rotina como da carga horária competida aos professores (TRINDADE; MORCERF; OLIVEIRA, 2018).

O desgaste no trabalho pode ocasionar o sentimento de se sentir incapaz e perceber seu trabalho como falho, além da sensação de abandono:

Assim, o padrão de desgaste de um determinado grupo de trabalhadores pode ser identificado na relação entre processo de valorização, processo de trabalho, cargas de trabalho e processo de desgaste. Desenvolve-se, com isso, o sentimento de falha, de incapacidade, isolamento e algumas vezes até de abandono. Essa precariedade subjetiva, vivenciada pelo docente universitário, é caracterizada como um processo historicamente definido na sociedade podendo levar ao desgaste mental e em seguida afetar o bem-estar e a saúde dos professores, comprometendo a qualidade do seu trabalho e desencadeando ansiedade e depressão (TRINDADE; MORCERF; OLIVEIRA, 2018, p.50).

Quando nos propormos a refletir sobre a prática docente, podemos observar os obstáculos que cercam o cotidiano desses profissionais. Diante desse cenário, a autora Maria Janete Nogueira Silva (2016) pontua que, considerar o professor significa considerar também todas as dificuldades e desafios enfrentados pelos mesmos no exercício da sua profissão. É importante elencar, que o professor se torna o intermediário nesse contexto, pois acaba se tornando o profissional que lida diretamente

com os alunos e que também lida diretamente com a instituição, além de tratar também com as expectativas dos pais e responsáveis dos alunos.

Diante desse cenário, também é averbado por Amanda Pereira Garcia e Mariléia Mendes Goulart (2022), que as pressões que os professores enfrentam é frequente, onde muitos se sentem insatisfeitos com o trabalho:

Esta profissão tem sido abalada por vários fatores como: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização, problemas com a saúde, sobrecarga de trabalho e de responsabilidades, ambientes de trabalho inadequados, falta de apoio, entre outros (GARCIA; GOULART, 2022, p.10).

Entre alguns dos muitos focos de investigação, podemos pensar na ampla questão das causas ou facilitadores para a emergência do sofrimento no trabalho (por exemplo, as condições e a organização do trabalho), nas formas de intervenção e de suporte ao trabalhador e nas novas patologias associadas às mudanças no mundo do trabalho, das organizações e da gestão (BENDASSOLLI, 2016). O autor Pedro Bendassolli (2016) não faz a representação das ideias de sofrimento diretamente e exclusivamente aos professores, mas são ponderações que se assemelham com o que é posto por Garcia e Goulart (2022) ao defender que a exposição a um ambiente estressante por um período prolongado ocasiona uma série de consequências para a saúde mental observada em diversos estudos na área de saúde pela incidência de transtornos mentais e episódios que indicam que a saúde mental desses profissionais não vai bem, gerando faltas, afastamentos e a desistência de inúmeros docentes e como consequência acabam afetando o desempenho acadêmico, refletindo como um todo no processo de aprendizagem.

Quando o trabalho perde a sua beleza

Perceber que essa classe trabalhadora se encontra com exaustão física e mental nos levará a uma fala de Yves Clot et. al. (2006) acerca de como um trabalho repetitivo acaba se tornando sem valor, e o quanto esse trabalho sem valor acaba perdendo sua beleza.

Eu penso que o nosso trabalho tem uma ancoragem muito, muito forte sobre a qualidade do trabalho, que é também da beleza do gesto bem-feito, da coisa bem pensada, da coisa alcançada. Essa é a melhor garantia da saúde. E isso não é negociável. Há um Script linguístico e comportamental dentro do qual eu me encontro numa posição de falar sem pensar, mas ainda assim há o pensamento a ser dito, há o sentimento a ser expresso. Há muita atividade impedida (CLOT et. al., 2006, p. 105).

Clot não está falando aqui especificamente sobre os professores, mas é uma fala que também pode ser aplicada a eles, já que essa sobrecarga e desgaste interfere em como o professor enxerga a sua profissão. O perigo em estar inserido em um trabalho que já perdeu sua beleza, pode-se encontrar o risco de entrar em estado de alienação, fazendo apenas por fazer, sendo esse fazer sem sentido ao sujeito. Rollo May (1974) aponta em como uma sociedade alienada acaba perdendo forças para exercerem o seu eu em suas atividades, sendo oprimido por um sistema que imputa a ideia de que não vale lutar por melhoria pois seria em vão.

Mediante ao exposto, Monica Araujo Damasceno e Fauston Negreiros (2018) salientam que o professor deve estar atento as suas motivações e as diversas problemáticas que podem estar atreladas ao seu desempenho e também consequentemente ao desenvolvimento de seus alunos. “Percebe-se que a concepção dos professores sobre o seu papel e contribuição frente ao fracasso escolar por vezes, se volta para sua função de mediador da aprendizagem” (DAMASCENO E NEGREIROS, 2018, p. 13).

Por fim, Damasceno e Negreiros (2018) destacam a importância no que se refere a propor uma reflexão acerca dos conhecimentos elaborados pelos professores e ao contexto educacional brasileiro como um todo, mostrando assim pistas da realidade enfrentada pelos profissionais, em âmbito nacional.

A importância da interdisciplinaridade

De acordo com Ana Cristina Garcia Dias, Naiana Dapieve Patias e Josiane **Lieberknecht Wathier** Abaid (2014), o psicólogo escolar ou educacional tem um papel de importância tanto dentro como fora da escola, tanto em pensamentos de práticas como também no pensar de quem desempenha, já que o processo educacional não se dá apenas na escola, mas também no contexto sociocultural de todos os envolvidos.

Quando é pensado sobre o papel do psicólogo nas escolas temos como base a resolução de N°013/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) acerca desses profissionais:

Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais (CFP, 2007, p.18).

O CFP deixa de forma compreensível a importância de o psicólogo agir em conjunto aos outros profissionais existentes na escola. Todavia o trabalho do psicólogo não se resume a apenas um trabalho multidisciplinar, onde cada saber agiria de forma independente, como o CFP coloca, cabe ao psicólogo agir de forma interdisciplinar, “realiza seu trabalho em equipe interdisciplinar, integrando seus conhecimentos àqueles dos demais profissionais da educação” (p.18).

Hector Leis (2005) nos traz que não se existe um conceito único e definitivo para se concluir o que seria exatamente a interdisciplinaridade, entretanto como o próprio afirma: “Se algo entra por definição na prática interdisciplinar é a condição de que se deve buscar a complementação entre os diversos conhecimentos disciplinares” (p.8).

Suyane Tavares *et al* (2012) também ressaltam o quanto é importante esse agir interdisciplinar, pois apenas com ele seria possível uma verdadeira colaboração entre saberes distintos, conseguindo assim atingir resultados mais satisfatórios:

É indispensável que o psicólogo saiba as atividades desenvolvidas pelos demais profissionais, bem como os limites de cada um, possibilitando uma atuação integrada, com manejo único. Como também, é importante que o psicólogo interaja com a equipe de profissionais discutindo os casos ou situações emergentes visando melhor compreensão da situação dos usuários (TAVARES *et. al.*, 2012, p. 6).

Ou seja, mesmo que não se conclua com exatidão o que é interdisciplinaridade, podemos concluir que ela só é possível em um agir em conjunto entre vários profissionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se é falado sobre o território escolar, temos formulado a existência de uma problemática no método de ensino, mas qual seria ela? É visto por muitos pesquisadores que se propõem ao estudo da psicologia escolar que parte do problema estaria no não conseguir entender e tratar o aluno como indivíduo singular, ideia que se assemelha ao pensamento de Damasceno e Negreiros (2018), entretanto, ir apenas por esse caminho seria o mais fácil, e funcionaria quase como um direcionamento único de responsabilidade.

Roman Jakobson (2008) propõe com a teoria da comunicação que qualquer comunicação verbal teria seis tópicos para ser compreendida. Não iremos nos aprofundar sobre a teoria de Jakobson, mas pegaremos um ponto chave que nos ajudará a compreender essa problemática por uma outra perspectiva. No contexto a ser trabalhado aqui podemos reduzir os seis tópicos de Jakobson (2008) a três: o

mensageiro, a mensagem e o receptor. O que não podemos ignorar é que esses três tópicos têm o mesmo grau de importância para o nível de qualidade da comunicação verbal, portanto seria um erro tentar resolver alguma incerteza escolar se focando a visão dada por apenas um deles. Partindo desse ponto, iniciamos com o objetivo de entender se os professores também enxergavam a existência de um mal-estar afetando o contexto educacional, e dos 13, apenas 6 enxergavam essa existência.

Olhando de forma individual cada umas dessas seis respostas em que acreditavam existir algum mal-estar, se torna complexo encontrar um padrão ou um fator comum que una essas respostas, sendo provavelmente a única palavra que se repete na maioria delas: a sobrecarga. O fator sobrecarga é visto com mais frequência quando é analisado que apenas um professor dentre os entrevistados não enxergava sua carga horária como excessiva. Ou seja, menos da metade enxergava a existência de um mal, mas apenas um não se sentia sobrecarregado, o que pode mostrar um pouco de incongruência ou até mesmo falta de percepção sobre sua própria realidade por não perceber que a sobrecarga gerada pelo trabalho também é uma espécie de mal. “O perigo de não perceber que uma carga horária excessiva é prejudicial a seu bem-estar mental é maior quando se entende que o professor é junto com os médicos a classe trabalhadora que maior apresenta casos de síndrome de Burnout” (TRINDADE; MORCERF; OLIVEIRA, 2018, p.43).

Todavia, o fator sobrecarga não está ligado apenas a de carga horária, mas também as demandas suscetíveis ao professor durante esses encargos. Foi bastante perceptível entender que as demandas encaminhadas aos professores em um excesso de carga horária semanal interferem em sua saúde mental. Como relata um professor a ser perguntado sobre o assunto:

- *“Lógico! São muitos alunos, muito trabalho, muita responsabilidade, muita cobrança desnecessária...não tem quem faça um trabalho excelente com tanta cobrança e tanta obrigação”* (Professor 1, 22-03-2023)

Uma carga horária excessiva, com uma remuneração que em muitos casos é considerada como insuficiente, leva professores a buscarem mais de uma escola para exercer sua profissão, o que gera até um período de trabalho de “três turnos”, já que muitos acatam como insuficiente ao tempo que permanecem na escola para resolver as demandas que lhe foram dadas naquele contexto, fazendo com que eles tenham que levar trabalho para casa, como podemos observar nessa outra resposta:

- *“Sim. Porque não conseguimos dar conta de todos os afazeres na escola e acabamos levando trabalho para casa, gastando todo o nosso tempo livre que*

poderíamos estar utilizando para o lazer e outras coisas com as tarefas relativas ao trabalho. E isso nos desgasta fisicamente e emocionalmente” (Professor 2, 22-03-2023)

Essas demandas que ocasionam a sobrecarga no professor, vem de vários lugares, como da própria instituição de ensino, dos alunos, da família de alunos, da sociedade como um todo e em muitos casos do próprio professor sobre si mesmo, e com o conhecimento obtido nessa pesquisa é impossível desassociar o impacto acarretado por essa sobrecarga no modo em como o professor irá exercer seu papel em sala de aula, e em como o próprio irá enxergar seu trabalho e a si mesmo.

O Trabalho belo e alienação

Yves Clot é um pensador que dedica boa parte de suas obras para falar sobre a psicologia no trabalho. Aqui não iremos adentrar severamente sobre os pensamentos de Clot, mas usaremos um conceito imposto em sua fala dada em uma entrevista. Em certo momento durante a entrevista Clot fala sobre a beleza do trabalho e como o desgaste gerado pela sobrecarga pode fazer essa beleza ser dissipada, tornando assim um trabalho mecânico e sem imposição singular do sujeito (CLOT et. al., 2006).

Apenas um dos trezes entrevistados não pondera a responsabilidade atribuída a ele pela instituição, alunos ou familiares de alunos como acarretador de desgaste mental. Como aponta Bendassolli (2016), o trabalho pode ser um ocasionador de mal-estar para o profissional, dependendo da forma em como a subjetividade do sujeito se comporta perante ele, podendo ser alienante e até mesmo destrutivo para o ser. O estado de alienação que pode ser gerado pelo trabalho é preocupante, pois ele se converte em um impedidor para a criatividade.

Analisando a teoria de Karl Marx sobre a arte, Wolf Janet (1982), *apud* Salvatore Collura (2019), ressalta as palavras dele quando afirma que “o trabalho humano é essencialmente criativo” (p. 4). Em sua teoria, Marx diz que um trabalho realizado conscientemente, que faz uso das potencialidades do indivíduo, utilizando a imaginação e abstração, é um trabalho criativo, que nasce das necessidades e intenções humanas, sendo assim construtivo e transformativo; mas para isso o trabalho deveria ser não-alienado.

O fator criatividade é de suma importância para o profissional professor, mas quando questionado se o método que o professor considera ideal é o mesmo imposto pela instituição de ensino, oito, dos trezes entrevistados disseram que não.

Um professor traz essa dificuldade em alinhar os métodos de forma mais clara quando o foi perguntado se a relação de “poder” entre instituição e professor impacta em sua didática, Ele responde:

- *“Quando a equipe gestora da escola não abre espaço para ouvir o corpo docente em suas queixas e sugestões visando a melhoria do ensino, uma vez que o professor pode contribuir muito para que ela ocorra, pois, lida diretamente com o aluno”* (Professor 2, 22-03-2023)

Outro resume em:

- *“Manda quem pode, obedece quem quer ter paz no trabalho. Não há muito o que questionar. Nosso trabalho é executar”* (Professor 1, 22-03-2023)

Partindo desse pressuposto, questionamos se o trabalho do professor poderia estar se tornando de certa forma mecanicista, ou seja, ser apenas um reprodutor do método, e não um criador do próprio. Ao se perguntar aos professores se eles consideram que seu trabalho se tornou mecanicista de algum modo, obtivemos respostas que são desanimadoras em uma perspectiva social, como relata abaixo:

- *“Costumo dizer que estou em uma fase em que parei de questionar as ordens, apenas cumpro. Aliás, escola deixou de ser lugar para se questionar. Cumpra-se!”* (Professor 1, 22-03-2023)

Como já visto, o professor é um dos profissionais mais afetados pelo sofrimento psíquico, e esse sofrimento está ligado a falta de apoio e acolhimento a esses profissionais, além de demandas de responsabilidades atribuídas exacerbadamente a esses por suas instituições (TRINDADE; MORCERF; OLIVEIRA, 2018).

No meio a isso, como esperar que o professor enxergue que seu trabalho é um trabalho belo? Ou seja, um trabalho em que ele se sente amparado para se impor como sujeito, tendo uma valorização por parte do meio adequada. Analisando o que nos foi trazido a resposta é que praticamente isso não é possível, ainda mais quando as demandas também são trazidas por pessoas de fora do ambiente escolar.

Psicologia na escola, não apenas o que fazer, mas também como fazer

- *“O problema é que o sistema acha que tudo do papel é aplicável na realidade, e não é.”* (Professor 3, 22-03-2023)

Essa resposta obtida em nosso questionário, nos leva novamente ao pensamento da professora Adriana Machado (2013), referente ao saber o que está errado, mas não saber o que fazer a partir disso, já que muitas das vezes o “fazer a partir disso” é simplesmente disseminar o seu conhecimento acerca do problema encontrado com os

outros profissionais que estão incluídos naquele meio. Isso pode parecer simples, mas esse processo de interdisciplinaridade é mais complicado de ser pôr em prática do que o imaginado, isso pode ser percebido quando a maioria dos professores relatam não ter contato com o psicólogo escolar, e sem o contato entre psicólogo e professor como seria possível ocorrer essa troca de saberes?

Dias, Patias e Abaid (2014) resume bem o papel que deve ser exercido pelo psicólogo em âmbito escolar:

O psicólogo busca defender os direitos do indivíduo no atendimento de suas necessidades educacionais e promover seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer Tipo ou grau, tendo o cuidado de não reproduzir formas de Dominação. Neste sentido, é preciso que o psicólogo tanto se encontre inserido no contexto no qual esses processos ocorrem como conheça aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais da população e da comunidade que atende (DIAS, PATIAS e ABAID, 2014, p.108).

Essa inserção mencionada ainda é um dos maiores desafios encontrados no papel do psicólogo escolar/educacional (DIAS, PATIAS e ABAID, 2014).

A questão é que se o psicólogo não se insere no meio educacional, nossos conhecimentos referentes a esse âmbito ficam vagos e confusos. Por exemplo, é muito interessante uma abordagem centrada no aluno como é proposta por Rogers (PINHEIRO; BATISTA, 2018), porém o teórico não está no contexto educacional brasileiro, sua teoria não se remete ao nosso contexto atual, e uma grade curricular de professores não os preparara para que eles consigam pegar uma teoria como a de Rogers e aplicar em sala, da mesma forma que a grade curricular do estudante de psicologia não o prepara para pegar essa mesma teoria mencionada e conseguir aplicar em uma sala de aula, ou seja, é apenas com a troca de saberes que se torna possível que uma teoria multidisciplinar funcione em um contexto, seja ela a mencionada acima ou qualquer outra. Claisy Araújo e Sandra de Almeida (2014) nos diz que a psicologia escolar tem função potencializadora aos sujeitos em que ela interfere “ainda que se concorde com tais avanços do psicólogo escolar, constituindo-se, privilegiadamente, a partir da imersão na escola, como espaço institucional de efetiva atualização das potencialidades dos sujeitos participantes” (p.20).

E é apenas dessa forma, potencializando seres, e unificando saberes ao invés de segregá-los, que a psicologia terá papel de importância na escola, já que muitas vezes é tido que uma teoria que não pode ser implantada na prática. Mas como é dito

por Gilles Deleuze (1989) o processo de teoria e prática são homogêneos, pois um só existe devido ao outro, e uma teoria que não se valida no exercício dela, deve ser substituída por uma nova ação geradora de uma teoria aplicável, e esse processo de construção de uma teoria-prática que visa uma união de saberes entre disciplinas pode ser perceptível na resposta a seguir, acerca do impacto poder entre professor e instituição de ensino:

“Através dos planejamentos cobrados pela instituição e o acompanhamento das aulas é possível uma didática melhor e conseqüentemente aulas melhores” (Professor 4, 22-03-2023)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçamos novamente que nosso objetivo não é fornecer uma resposta definitiva às perguntas que levantamos, uma vez que, em certo sentido, não existe uma resposta única. Nosso intuito é trazer uma visão adicional sobre os obstáculos encontrados na prática educacional.

Acreditamos firmemente que o professor desempenha um papel crucial na engrenagem do ensino. Sendo de extrema importância dedicarmos uma escuta mais profunda em relação à saúde mental desses profissionais, que infelizmente são frequentemente desvalorizados dentro do nosso contexto social. Essa abordagem atenta é urgentemente necessária para garantir o bem-estar deles e promover um ensino de qualidade. O impacto desse desgaste sobre o bem-estar e a saúde dos professores, assim como sua influência na qualidade do trabalho desenvolvido por eles, é uma preocupação crescente.

A precariedade subjetiva vivenciada pelos docentes, que pode levar ao sentimento de falha, incapacidade, isolamento e até abandono, é um processo complexo multifacetado. A pressão por resultados e a falta de reconhecimento e desvalorização podem contribuir para a manifestação desses sentimentos negativos. As altas cargas de trabalho, muitas vezes combinadas com recursos limitados, também desempenham um papel significativo no desgaste experimentado pelos professores.

Esse artigo consegue demonstrar que o desgaste mental dos professores pode ter consequências adversas tanto para os próprios docentes como para a qualidade do ensino e aprendizagem. Compreender esses processos e os demais fatores é essencial para o desenvolvimento de estratégias e intervenções que visem minimizar os impactos negativos. Pesquisas adicionais são necessárias para explorar mais profundamente as dinâmicas envolvidas nessa degradação e identificar abordagens eficazes de

prevenção.

Além disso, é importante considerar o papel das políticas institucionais e do ambiente de trabalho. Em suma, para promover uma educação de qualidade, é fundamental olhar para o contentamento tanto dos alunos quanto dos professores, buscando equilíbrio, como também condições adequadas de trabalho aos docentes. A partir dessa perspectiva, é possível avançar na busca por soluções para os desafios enfrentados no contexto educacional.

Portanto, para garantir ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis, é crucial enaltecer e apoiar a classe dos professores, reconhecendo sua importância como agentes fundamentais no processo educacional. Sendo assim será possível possibilitar um ensinamento de qualidade e contribuir para o enlevo emocional e psicológico dos professores, resultando em benefícios para toda a comunidade instrutiva.

6 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Claisy; ALMEIDA, Sandra de. **Psicologia Escolar: construção e consolidação de identidade profissional**. Parte 1. 4ªed. São Paulo. Alínea Editora. 2014.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. **Revista Subjetividades**, 2016. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL, Organização Mundial da Saúde (OMS). 2019. **Transtornos mentais no Brasil: Dados epidemiológicos**. Recuperado de: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/acoes-realizadas-pela-rede-ebserh-mec-buscam-conscientizar-sobre-a-importancia-da-saude-mental>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. LEI nº13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviços social nas redes públicas de educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

CLOT, Yves; SOARES, Dulce Helena Penna; COUTINHO, Maria Chalfin; NARDI, Henrique Caetano; SATO, Leny. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, 2006, vol.9, n.2, pp. 99-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25969>. Acesso em 23 de maio de 2023.

COLLURA, Salvatore. **As várias formas de criatividade por Rollo May e suas definições**. Universidade Federal do espírito Santo: Vitória-ES, 2019. Disponível em: https://turicollura.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Criatividade_arte_definicoes-Turi-Collura.pdf Acesso em: 8 jun. 2023.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Lei nº 13.935/2019: entidades lançam site com registro e materiais de mobilização pela presença de psicólogas(os) e**

assistentes sociais na educação básica. Brasília, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/lei-n-13-935-2019-entidades-lancam-site-com-registro-e-materiais-de-mobilizacao-pela-presenca-de-psicologas-e-assistentes-sociais-na-educacao-basica>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 013/2007.** Brasília, DF: Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em 15 jun. 2023.

DAMASCENO, Monica Araújo & NEGREIROS, Fauston. Professores, Fracasso e Sucesso Escolar: Um Estudo no Contexto Educacional Brasileiro. **Revista de Psicologia da IMED**, ISSN-e 2175-5027, ISSN-e 2175-5027, ISSN-e 2175-5027, Vol., 10, nº. 1, p.74, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000100006. Acesso em: 8 jun. 2023.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane **Lieberknecht Wathier.** Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. 2014, v. 18, n. 1 [Acessado 11 junho 2023], pp. 105-111. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>. Epub 13 maio 2014. ISSN 2175-3539. Acesso em 07 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. **Os intelectuais e o poder.** In: FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. **Microfísica do poder.** 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.41-46.

GARCIA, Amanda Pereira; Goulart, Mariléia Mendes. **Formação docente: percepções dos professores acerca das condições profissionais no cotidiano escolar.** 2022. Disponível em: [chrome-https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/27546/1/ARTIGO%20AMANDA%20FINALIZADO.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/27546/1/ARTIGO%20AMANDA%20FINALIZADO.pdf) Acesso em 17 jun. 2023.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação.** Ed. 1º. São Paulo: Cultrix, 2008.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>. Acesso em 17 jun. 2023.

MACHADO, Adriana Marcondes. Exercer a postura crítica: desafios no estágio em psicologia escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 761-773, 2014 Tradução. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Nw9mW6YKsWCwQsfpLhTht3m/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 jun. 2023.

MAY, Rollo. **O dilema humano.** 2ºed. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1974.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edith Seligmann. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-75, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100006&lng=pt&nrm=iso Acessos em 19 jun. 2023.

PINHEIRO, Marlene Nogueira; BATISTA, Eraldo Carlos. O aluno no centro da aprendizagem: uma discussão a partir de Carl Rogers. **Revista Psicologia & Saberes**, 2018. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/770> . Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA, Maria Janete Nogueira. **Os desafios da prática docente na atualidade**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/41985/2/OsDesafiosPr%C3%A1ticaDocenteAtualidade_Artigo%20Cient%C3%ADfico_2016.pdf. Acesso em 14 jun. 2023.

TAVARES, Suyane Oliveira; VENDRÚSCOLO, Claudia Tomasi; KOSTULSKI, Camila Almeida; GONÇALVES, Camila dos Santos. **Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade**. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1454502-Interdisciplinaridade-multidisciplinaridade-ou-transdisciplinaridade-1.html>. Acesso em 14 jun. 2023.

TRINDADE, Marcel de Almeida; MORCERF, Cely Carolyne Pontes; OLIVEIRA, Marinalva Santos de. Saúde Mental do Professor: Uma Revisão de Literatura com Relato de Experiência. **Revista de Educação**, vol. 10, nº 2, 2018, pp. 43-50. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view> Acesso em 11 jun. 2023.

O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER PRETA: O IMPACTO DO RACISMO E DO SEXISMO

Débora Mara Lamin Fagundes⁸

Fabiana Peçanha¹

Keilla Gonçalves Rangel¹

Mariana Tessaro dos Santos¹

Viviane Andrade Moura¹

Thiago Pereira Machado⁹

RESUMO

O presente trabalho visa, a partir de pesquisa bibliográfica, apresentar alguns conceitos como discriminação racial, estereótipo, racismo, preconceito racial, assim como um conjunto de situações vivenciadas pela mulher negra, incluindo o feminicídio e o patriarcado. A abordagem metodológica utilizada foi a descritiva-qualitativa. O objetivo é fazer um paralelo entre o impacto duplamente vivenciado pela mulher negra referente ao racismo e o sexismo e como esse sofrimento psíquico afeta a saúde física e mental destas mulheres. A partir de pesquisas pode-se observar um crescente aumento nas denúncias de violências contra a mulher o que torna ainda mais necessário debater sobre essa problemática. Em suma, observa-se que as mulheres são vítimas de violência obstétrica, estupro, discriminação racial e do sexismo. Estas vivências afetam a autoestima da mulher e a subjetividade, geram exclusão social, dificuldade de encontrar emprego, as tornam mais suscetíveis a desenvolver Transtornos Mentais Comuns (TMC) assim como Transtornos de Ansiedade e Depressão. Foi possível observar que as questões raciais e de gênero impactam negativamente na vida das mulheres, geram sofrimento psíquico e afetam a saúde física e mental. Foi observável uma carência de mais pesquisas, visto que não é fácil encontrar dados referentes ao racismo da mulher preta, geralmente as pesquisas referentes ao racismo são mais referentes ao negro de forma geral. Percebe-se que há uma carência de práticas relacionadas à prevenção e acolhimento a esse grupo estigmatizado e subalterno.

Palavras-chaves: Questões de gênero; Racismo; Saúde Mental.

ABSTRACT

The present work aims, based on bibliographical research, to present some concepts such as racial discrimination, stereotype, racism, racial prejudice, as well as a set of situations experienced by black women, including femicide and patriarchy. The methodological approach used was descriptive-qualitative. The objective is to draw a parallel between the double impact experienced by black women regarding racism and

⁸ Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

⁹ Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

sexism and how this psychological suffering is related to the physical and mental health of these women. Based on research, a growing increase in reports of violence against women can be observed, which makes it even more necessary to debate this problem. In short, it is observed that women are victims of obstetric violence, rape, racial discrimination and sexism. These experiences, which affect women's self-esteem and subjectivity, generate social exclusion and difficulty finding employment, as they make them more susceptible to the development of Common Mental Disorders (CMD) as well as Anxiety and Depression Disorders. It was possible to observe that racial and gender issues impact qualities in women's lives, generate psychological suffering and affect physical and mental health. There was a lack of further research, as it is not easy to find data regarding the racism of black women. Generally, research regarding racism refers more to black people in general. It is clear that there is a lack of practices related to prevention and reception of this stigmatized and subordinate group.

Key-words: Gender issues; Racism; Mental health.

1 INTRODUÇÃO

Conforme descrevem os autores Françoise Magalhães Campos, Tânia Maria de Araújo, Denise Nunes Viola, Paula Caroline Santos Oliveira e Camila Carvalho Sousa (2020), as mulheres pretas brasileiras recebem menos remuneração no mercado de trabalho, sofrem mais violências obstétricas e, em sua maioria, moram nas regiões periféricas que geralmente se caracterizam por serem localizações mais distantes dos locais de trabalho, das unidades de saúde e de escolas.

De acordo com Ellen Hilda Souza de Alcântara Oliveira (2018), muitas vezes, o sofrimento psíquico e físico vivenciado pela mulher negra é ilegitimado, dessa forma, torna-se mais difícil a construção de políticas públicas para promover a saúde da mulher. Além de todas essas dificuldades o racismo institucional¹⁰ também se manifesta nas unidades de saúde. Desta forma, como descreve Ana Beatriz Lira de Andrade (2021), a mulher negra sofre duplamente, tanto pela cor da pele como pelo gênero e essas vivências podem gerar sofrimento psíquico e transtornos mentais.

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), “Violência contra meninas e mulheres no primeiro semestre de 2022”, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2022, sendo uma média de quatro mulheres por dia. Conforme os dados, percebe-se um contínuo aumento das mortes das mulheres por questões de gênero e feminicídio desde 2019, com um crescimento de 10,8% entre o período de 2019 a 2022. Ainda de acordo com os dados, “o perfil étnico racial indica a prevalência de mulheres pretas e pardas entre as vítimas: 62% eram negras, 37,5% brancas, 0,3% amarelas e 0,2% indígenas” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA, 2022a, p. 8). A dor vivenciada pelas mulheres negras soma-se à cor da pele, à

¹⁰ O racismo institucional se caracteriza pela forma como as instituições funcionam, práticas e normas que mesmo indiretamente resultam em “desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p.26).

discriminação e ao racismo estruturado na sociedade brasileira. Qual o impacto do racismo e do sexismo na saúde mental e física da mulher negra?

Como bem caracteriza Djamila Ribeiro, umas das principais vozes contra o racismo e o feminicídio no Brasil, a falta de reflexão sobre essa problemática se constitui como uma das principais “bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial” (RIBEIRO, 2019, p.10). Diante disso, faz-se necessário dedicar estudos e pesquisas sobre o tema para uma melhor compreensão. Ainda de acordo com a autora, é de suma importância que a sociedade busque ler obras escritas por autores negros, assim sendo, esta pesquisa buscou apresentar alguns conceitos de autores negros brasileiros.

No entanto, como descrito por Ribeiro (2019, p. 10), “muitas vezes, pessoas brancas nos colocam no lugar de ‘Wikipreta’, como se nós precisássemos ensinar e dar todas as respostas sobre a questão do racismo no Brasil. Essa responsabilidade é também da pessoa branca – e deve ser contínua”.

Desse modo, cabe ao sujeito ir atrás de conhecimento e buscar compreender que a população preta não tem o dever de servir como fonte de pesquisa sobre a temática.

De acordo com as autoras Marizete Gouveia Damasceno e Valeska M. Loyola Zanello (2018), são necessárias pesquisas que busquem apresentar o impacto do racismo e do sexismo na saúde mental das mulheres negras na população brasileira. Assim como a “desconstrução da imagem negativa das mulheres negras, duplamente invisibilizadas, é parte fundamental do processo de desconstrução do racismo como um todo” (DAMASCENO; ZANELLO, 2018, p.456). Nesse sentido, como afirmam Imaíra Pinheiro de Almeida da Silva e Cássius Guimarães Chai (2018), visto que o racismo e o sexismo tem causado consequências na construção de políticas públicas assim como na aplicabilidade destas tornam-se necessárias medidas para combater estas práticas.

Este estudo tem como objetivo geral, a partir de pesquisa bibliográfica, avaliar o impacto das práticas racistas e sexistas na saúde mental da mulher preta. Os objetivos específicos foram apresentar os conceitos de racismo, estereótipos, discriminação racial e preconceito racial; fazer uma articulação entre o racismo e o sexismo assim como apresentar algumas consequências destas práticas racistas; enfatizar a desigualdade duplamente vivenciada pela mulher preta.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em um estudo qualitativo resultado de pesquisa bibliográfica. Para esta pesquisa foram utilizados autores negros brasileiros e do exterior, que são de grande relevância para este campo de estudo, assim como algumas obras referentes a temas de Psicologia e Transtornos Mentais.

Foi realizada uma busca no Google acadêmico buscando por descritores que discutem sobre a saúde mental da mulher negra, o conceito de feminicídio e sobre os aspectos psicológicos vivenciados pelas mulheres negras que foram vítimas de violência sexual, resultando num total de dez artigos e dentre estes foram selecionados quatro que se tornaram relevantes para este trabalho. Também foi realizada uma busca no Scientific Electronic Library Online Scielo sobre os impactos do racismo na saúde mental e foram selecionados seis artigos. No sítio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada foi realizada busca referente à probabilidade do sujeito ser vítima de homicídio

por ser negro. O Atlas da Violência 2021, de Daniel Cerqueira e colaboradores (2021) abasteceu a pesquisa com dados referentes à violência no Brasil no ano de 2021. Dos dados disponíveis no sítio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública obtivemos a contribuição sobre a temática da violência contra meninas e mulheres, no site do Conselho Federal de Psicologia foram analisadas publicações referentes ao tema e também na Revista de Políticas Públicas. A página da Fundação Osvaldo Cruz também é referenciada na Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que trata sobre alterações para qualificar o crime de feminicídio assim como inclui-lo no rol de crimes hediondos. Ademais, Geledés – Instituto da Mulher Negra.

3. DESENVOLVIMENTO

Conceitos

Antes de discutir sobre como práticas racistas afetam a saúde mental é importante apresentar a definição de racismo, discriminação racial, preconceito racial e estereótipos para uma melhor compreensão.

Para introduzir a definição desses conceitos apropriamos da obra de Silvio Almeida, em “Racismo Estrutural”, na qual o autor conceitua o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (ALMEIDA, 2019, p.22). De modo que pode ser manifestado de maneira consciente ou inconsciente o que resultará em privilégios ou desvantagens dependendo do grupo racial do indivíduo. Ainda de acordo com o autor, o racismo é estrutural, ou seja, decorrente da própria estrutura social, que normaliza ações as quais fazem parte da vida das pessoas e que promove o preconceito. Conforme o autor, tanto o comportamento individual quanto “os processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p.33).

Ainda de acordo com Almeida (2019, p.31), “o racismo transcende o âmbito da ação individual ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro [...]”. Já a discriminação racial se caracteriza pela atribuição de tratamento diferenciado a determinados membros ou grupos racialmente identificados e tem como requisito principal o poder o qual determina vantagens de um grupo sobre outro (ALMEIDA, 2019). Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP) “a discriminação racial se refere a comportamentos de distinção com prejuízo para negros, podendo se manifestar como privação de direitos ou diferença de tratamento” (CFP, 2017, p.12).

Como caracteriza Almeida (2019, p.22), “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Logo, como descrito pelo CFP (2017), o preconceito racial resulta da internalização de representações sociais estereotipadas. Desta forma, estereótipos configuram-se como generalizações socialmente construídas seja positiva ou negativamente, resultantes de uma falsa percepção social. A qual leva “à fixação de características a todos os indivíduos de um mesmo grupo, como se um sujeito representasse todo o coletivo ao qual estaria vinculado, seja de raça, de classe, ou gênero [...]” (CFP, 2017, p.12). Ou seja, frases como “judeu avarento” ou “índio preguiçoso” são exemplos de estereótipos

relacionados a preconceito racial que levam a percepções errôneas baseadas em crenças e afetos pré-determinados de forma negativa.

Segundo Silvia Federici (2017), em “Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva”, as fases da globalização capitalista são acompanhadas do retorno de aspectos violentos da acumulação primitiva a qual deixa explícito que a degradação das mulheres é umas das condições necessárias “[...] para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27). Ou seja, o capitalismo é um processo histórico, social, político e econômico que está diretamente ligado ao racismo e o sexismo. Desta forma, com a estruturação do capitalismo as mulheres substituem as terras perdidas e são apropriadas como os novos bens. Institui-se um novo contrato sexual “que definia as mulheres em termos — mães, esposas, filhas, viúvas — que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos” (FEDERICI, 2017, p.191).

Para a autora Milena Fernandes Barroso (2018, p.448) a ligação do racismo e sexismo com o capitalismo não se constitui como um legado, mas sim como necessidade própria do capitalismo. “Disso apreende-se a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo e, conseqüentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão” (BARROSO, 2018, 448). Assim constitui-se o atual modelo societário resultante dessa imbricação. Mesmo que as opressões decorrentes do patriarcado antecedam o capitalismo é importante destacar que as opressões sobreviveram à emergência capitalista assim como tornaram necessárias as relações sociais capitalistas (BARROSO, 2018).

[...] o patriarcado com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e, finalmente, o racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação, se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo (BARROSO, 2018, p.459).

Também é importante aqui trazer o conceito de feminicídio, visto que as mulheres, principalmente negras, têm vivenciado muito sofrimento psíquico resultante da constante tensão e insegurança devido às inúmeras mortes resultantes do feminicídio em nossa sociedade. De acordo com as autoras Stela Nazareth Meneghel e Ana Paula Portella (2017), o conceito de feminicídio foi usado a primeira vez em 1976 por Diana Russel “perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Desse modo, caracterizam-se por feminicídio situações ocorridas além do ambiente doméstico e familiar. Ou seja, toda morte resultante de mutilação, estupro, perseguição, espancamento, escravidão sexual, assédio sexual, violência física e sexual, entre outros. Dessa forma, “a morte das mulheres representa então a etapa final de um *continuum* de terror [...]” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Como descrito por Meneghel e Portella (2017), os constantes assassinatos por feminicídios contra as mulheres são resultantes do regime patriarcal no qual as mulheres são submetidas ao controle dos homens. Ou seja, a sociedade patriarcal tem como crença a ideia de que os homens têm direito de dominação sobre as mulheres tanto no

âmbito social como nas relações individuais. Portanto, esses crimes não são cometidos por condições patológicas dos agressores, mas sim pelo “desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Logo, o feminicídio é motivado pelos sentimentos de posse sobre a mulher, desprezo e ódio. Ainda conforme as autoras, ser mulher em nossa sociedade marcada pelo regime patriarcal torna-se fator de risco, com “maior incidência em mulheres que possuem condicionantes raciais, étnicos, de classe social, ocupação ou geracionalidade” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

É importante ressaltar que o feminicídio ultrapassa as relações entre homens e mulheres, isto é, resultante de mecanismos socioculturais. Nesse sentido, em relação às mulheres vítimas de feminicídio Meneghel e Portella (2017, p.3080) afirma que [...] em uma sociedade racista e sexista, os fatores individuais teriam menor influência do que os fatores socioculturais, uma vez que tanto as pessoas que apresentam distúrbios psicológicos quanto aquelas consideradas “normais”, frequentemente tomam atitudes racistas e sexistas legitimadas socialmente. A violência contra as mulheres, nessa perspectiva, teria como objetivo a preservação da supremacia masculina no âmbito das relações interpessoais e no nível macrossocial.

A Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, foi sancionada para tentar prevenir e reduzir os crimes de feminicídios no Brasil. A legislação alterou o Código Penal, art. 121, do decreto Lei 2.848/40, no qual inclui o feminicídio como modalidade de homicídio doloso qualificado contra a mulher e também o insere no rol de crimes hediondos. Ademais, a pena para esta prática se constitui com reclusão de 12 a 30 anos (BRASIL, 2015).

Violência Contra a Mulher negra

Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raras vezes eram consideradas: sua cabeça e seu coração estavam separados de suas costas e mãos, e divididas de seu útero e vagina. Suas costas e músculos eram forçados no trabalho do campo [...] às suas mãos se exigia cuidar e nutrir o homem branco [...] sua vagina, usada para o prazer sexual dele, era a porta de acesso ao útero, lugar para os investimentos dele – o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada [...] (OMOLADE *apud* FEDERICI, 2017, 9.114, Heart Of Darkness, 1983).

A citação acima retirada da obra de Federici (2017) retrata como o contexto da violência sexual está inserido na sociedade e torna-se instrumento de exploração e dominação sobre a mulher, da mesma maneira que o racismo e o machismo. Para Barroso (2018, p.446) “a relação entre exploração e opressão está diretamente relacionada à questão da relação estrutural entre patriarcado, racismo e capitalismo”.

De acordo com a autora Chimamanda Ngozi Adichie, em “Sejamos todos Feministas” (2015, p.28), “a questão de gênero é importante em qualquer lugar do mundo”. Ainda conforme a autora, quando a questionam porque ela se intitula como feminista e não defensora dos direitos humanos ela afirma que seria desonesto visto que o feminismo faz parte dos direitos humanos de uma forma geral. Dessa forma, ao escolher usar uma expressão vaga para esse contexto como ‘direitos humanos’ o sujeito nega a especificidade e particularidade da problemática de gênero. Seria uma maneira

de negar que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos, ou que a questão de gênero tem como alvo as mulheres e que o problema não é ser humano, “mas especificamente um ser humano do sexo feminino” (ADICHIE, 2015, p.43).

Nesse sentido, como descrito pelas autoras Vitoria Carmo dos Santos e Acácia Batista Dias (2022), as mulheres negras são o grupo mais afetado, pois sofrem por questões raciais e de gênero. Ou seja, essa “intersecção entre raça e gênero intensifica as opressões contra as mulheres negras, pois o gênero influencia o racismo” (SANTOS; DIAS, 2022, p.3).

As mulheres negras foram escravizadas, abusadas e violentadas sexualmente para satisfazer aos senhores. A herança desse período se faz presente ainda nos dias de hoje “no imaginário da sociedade brasileira, são as representações e os estereótipos construídos sobre o corpo das mulheres negras: empregada doméstica, mãe preta e mulata – os três vinculados à imagem servil desses sujeitos” (SANTOS; DIAS, 2022, p.7).

Como afirma Ribeiro (2019, p.10), “por ser naturalizado, este tipo de violência se torna comum”. Ainda de acordo com a autora, as mulheres pretas desde o período colonial são ultrassexualizadas. Ou seja, é propagado no imaginário coletivo da sociedade a imagem de que as mulheres negras são ‘fáceis’, ‘naturalmente sensuais’, ‘lascivas’, essa ideia na verdade é usada para justificar abusos, visto que “mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país” (RIBEIRO, 2019, p.29).

Desta forma, o racismo somado com o machismo faz com que as mulheres muitas das vezes passem por situações constrangedoras, são invadidas e importunadas. A autora ainda acrescenta que o fato de se relacionar com uma pessoa negra não quer dizer que tenha consciência antirracista. Visto que isso vai depender da forma em que essa relação se constitui. Se acontece com signos racistas, como por exemplo ideia de que mulheres pretas são ‘naturalmente sensuais’ e ‘quentes’ “essa relação é pautada no racismo” (RIBEIRO, 2019, p.30).

Conforme descrito pela autora Millena da Silva, (2018, p.2), o racismo “é mascarado e silencioso, boa parte da população é racista, mas ninguém afirma que é” ou seja, o racismo não teve fim apenas se manifesta de diferentes formas, as quais vão se adaptando à época. Ainda de acordo com a autora, uma pesquisa realizada na Holanda mostrou que pessoas que sofreram discriminação racial eram duas vezes mais propensas a desenvolver problemas psicológicos como Depressão, Transtornos de Ansiedade e Transtorno Pós-traumático.

Como descrevem os autores Andreisa Santana Cardoso Da Conceição, Monique Ramos Fernandes, Rodrigo Calhau Dos Santos e Tatiane Tavares Reis (2023), muitas características atribuídas às mulheres negras relacionadas à sexualidade que são influenciadas por estereótipos estimulam a violência sexual, psicológica, física e doméstica.

De acordo com os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), referentes a uma pesquisa realizada no ano de 2021, o resultado apresentou que dentre as vítimas de estupro de vulnerável 88,2% eram do sexo feminino, sendo que há uma predominância de pessoas negras com 52,2%. “O sexismo, de maneira semelhante ao que ocorre com o racismo, possui relação direta na

construção de ideologias sociais, tanto na brasileira, quanto em outros países” (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023, p.224).

As mulheres negras, muitas vezes, ainda na infância são vítimas de violência sexual. Quando a violência sexual ocorre na infância a probabilidade das vítimas desenvolverem algum transtorno psicológico são ainda maiores (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023). Além dos problemas psicológicos as vítimas de violência sexual apresentam problemas físicos também, principalmente no caso de estupro de vulnerável. Visto que o risco de lesões é maior, em decorrência do ato as meninas podem desenvolver infecções, doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo uma gravidez indesejada (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023).

A taxa de homicídios de pessoas negras cresce a cada dia no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o simples fato do indivíduo ser pardo ou negro aumenta a probabilidade do mesmo ser vítima de homicídio em cerca de oito pontos percentuais. De muitas formas percebe-se o impacto do racismo e práticas sexistas na vida das mulheres negras. Apenas algumas mortes são contabilizadas como feminicídio, muitas são caracterizadas como Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI).

De acordo com Cerqueira *et al*, no Atlas de Violência 2021 (2021), percebe-se uma manipulação da real situação vivenciada por uma sociedade racista e patriarcal. A violência também em muitas situações se concretiza nas vítimas de suicídios, visto que pode estar relacionado a práticas racistas e sexistas, seja de forma direta ou indireta. Como descreve Luís Antônio Baptista, no texto ‘A atriz, o Padre e a Psicanalista: os amoladores de Facas’, na obra ‘A Cidade dos Sábios e Outros Ensaio Sobre a Subjetividade e o Cotidiano’, “o fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para estes sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos e modos de viver [...]” (BAPTISTA, 1999, p.46).

Ainda conforme Cerqueira *et al*, no Atlas de Violência 2021 (2021, p.36), “em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil”. Estas mortes foram ocasionadas pelas vítimas serem do gênero feminino, “em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.36). Mesmo que o número de mortes tenha caído ao comparar com o ano anterior o que se percebe é que entre o período de 2017 e 2019 houve um significativo aumento de 88,8% no percentual de MVCI, considera-se mortes violentas que o Estado foi incapaz de explicar, mas são mortes violentas por causas externas. Esse crescimento brusco nas MVCI é muito preocupante, pois pode ser um indicativo de que há uma perda de acurácia das informações do sistema de saúde bem como levar a análises distorcidas. Esse crescimento afeta as análises dos dados “no entanto, é em relação aos homicídios das mulheres que o impacto pode ser maior, pois, em 2019, para cada mulher vítima de homicídio, havia uma mulher vítima de MVCI” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.21). Ainda de acordo com a pesquisa, “em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.38).

Nesse sentido, ao comparar as taxas de 2009 a taxa de mortalidade de mulheres negras era inferior à de mulheres não negras em 48,5%, uma década depois a mortalidade da mulher negra vai a 65,8%. O ponto a destacar é que “os números

absolutos revelam ainda maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.40), sendo que houve um aumento de 2% no total de mulheres negras vítimas de homicídio. “Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.40).

Conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021: Especial Eleições 2022” no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022b), nos dados referentes ao Espírito Santo entre 2018 e 2021, o estado apresentou queda no número de Mortes Violentas Intencionais (MVI) tanto para a população geral quanto para grupos de vulneráveis. “Em 2021, 38 mulheres foram vítimas de feminicídios, um aumento de 8% quando comparado a 2018, na contramão da tendência de redução dos feminicídios no Brasil” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b, p.90). No entanto, mesmo que o estado tenha registrado o menor número de feminicídio em 2020, 26 mulheres foram mortas por questões de gênero sendo que houve um crescimento expressivo no ano de 2021 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b).

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, (2022c), no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022” o número de mortes de mulheres registradas como homicídio no ano de 2020 foi de 404 e em 2021 382. Quanto ao registro de violência doméstica em 2020 foram registrados 2278 e no ano de 2021 1910 no estado do ES (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022c).

O sofrimento vivenciado pelas mulheres pretas fica explícito na pesquisa das autoras Santos e Dias (2022) que apresentam relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica, onde as enfermeiras negligenciaram a dor da paciente e ainda reproduziram falas racistas tais com “já viu gente morena não aguentar a dor”. Há também relatos de mulheres negras que aguardavam atendimento em hospitais e quando chegava uma pessoa branca e com melhores condições financeiras esta última sempre era atendida com prioridade. Ou seja, “a Saúde da População Negra é posta em risco por outros critérios arbitrários e raciais no atendimento dos sujeitos negros: por preferência racial no momento da assistência, a população branca é privilegiada ante a negra” (SANTOS; DIAS, 2022, p.9). Tais relatos mostram explicitamente o atendimento omissivo e com práticas violentas recebido por mulheres negras no campo da saúde.

Oliveira (2018) desenvolveu uma pesquisa sobre as mulheres negras vítimas de violência obstétrica, a partir de depoimentos de mulheres que vivenciaram a violência obstétrica de diversas formas como de natureza física, psicológica e racial. As vítimas nos hospitais denunciaram situações de discriminação racial como ouvir da médica “você mulheres negras... você pode/ parir igual a cachorro que você dá conta...” (OLIVEIRA, 2018, p. 87). Além disso há relatos de descaso e palavras que zombam da dor das contrações naturais que as mulheres vivenciam durante o processo de parto, soma-se a tudo isso as dores ocasionadas por intervenções desnecessárias, como exemplo, na episiotomia que é realizada para auxiliar a passagem do feto no momento do nascimento (OLIVEIRA, 2018, p.93).

Ainda conforme Oliveira (2018), as mulheres também relatam dificuldades de conseguir atendimentos para acessar os serviços básicos de saúde, sendo que na maioria das vezes era necessário um intermediário para conseguir agendar as consultas de pré-natal. A violência física e psicológica vivenciada pelas mulheres nos hospitais

está atrelada à equipe de profissionais, sendo explícita a violência institucional, visto que houve situações em que a vítima foi negligenciada e impedida de ficar com um acompanhante durante o parto que lhe é direito por lei no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Muitas dessas violências institucionais não são denunciadas devido à fragilidade física e emocional em que se encontram as vítimas. Além do racismo institucional há outras duas modalidades de desigualdades políticas que são o sexismo e o classismo, mesmo sendo menos frequentes, atuam em conjunto o que afeta ainda mais determinados grupos (CFP, 2017).

De acordo com o CFP (2017, p.48), o racismo institucional “refere-se ao nível político-programático das instituições, a ações amplas, voltadas à coletividade, cujo impacto no sujeito é posterior à ação maior, como consequência desta”. Caracteriza-se por ações e atos de uma comunidade branca sobre uma comunidade negra (ALMEIDA, 2019). Como mencionado na pesquisa de Oliveira (2018), na qual mostrava como um grupo de mulheres negras tinham tratamento inferior e até mesmo sofriam violência física pelo fato de serem negras. A prática do racismo institucional está relacionada como “a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados” CFP, p. 48, 2017). Constitui-se como uma falha do Estado em promover assistência igualitária para todos os grupos sociais.

Para os autores Tafnes Varela Martins, Tiago Jessé Souza de Lima e Walberto Silva Santos (2018), a saúde mental resulta de inúmeras e complexas relações entre os “fatores biológicos, psicológicos e sociais” (MARTINS; LIMA e SANTOS, 2018, p. 2794). Assim sendo, como descrito pelos autores, os estressores ligados à discriminação afetam a saúde mental dos indivíduos. Nesse sentido, observa-se que quando o sujeito é frequentemente exposto a atos discriminatórios tem repercussões negativas tais como baixa autoestima, tendência ao abuso de substâncias, transtornos mentais, assim como sintomas depressivos. Por outro lado, a maioria das pesquisas relacionadas a racismo frequentemente relacionam os negros como um grupo monolítico. Dessa forma, existem muitas lacunas relacionadas às diferenças de gênero e os possíveis efeitos à saúde mental, especificamente das mulheres (MARTINS; LIMA e SANTOS, 2018).

Impacto das práticas racistas na vida das mulheres

Conforme descrito no caderno IV, Edição comemorativa dos 23 anos publicado em 1993 por Geledés Instituto da Mulher Negra, “Mulher Negra” (1993), a identidade é resultante de um processo histórico-cultural. “Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens ou mulheres. Ou nascemos com uma definição racial: brancos ou negros” (GELEDÉS, 1993, p.9). Desta forma, será construída a identidade social a partir de elementos culturais, religiosos, históricos e psicológicos. Para se pensar o que é ser mulher na atualidade é preciso antes de tudo compreender como um projeto em construção o qual passa por um lado [...] pela desmontagem destes modelos introjetados de rainha do lar, do destino inexorável da maternidade, da restrição ao espaço doméstico familiar e o resgate de potencialidades abafadas ao longo de séculos de domínio pela ideologia machista e patriarcal (GELEDÉS, 1993, p.10).

Para a autora Camila Gabrielle Gomes Vieira (2020, p.288) “as mulheres negras, perpassadas pelas várias intersecções sociais, experienciam sentimentos de auto ódio e solidão como repercussão do racismo estrutural”. Nesse sentido, ainda conforme a

autora, percebe-se que para as pessoas brancas as vivências afetivas são comuns, no entanto, quando se trata de pessoas negras observa uma constante “[...] negação em detrimento da opressão do racismo, o que pode ser fator adoecedor. Cita a posição de vigilância dos sujeitos negros, de forma a evitar discriminações e violências” (VIEIRA, 2020, p.298). É negado à pessoa negra o direito de ser o que é, ou seja, a sua espontaneidade. “Diante da negação do afeto às pessoas negras em detrimento da branquitude, há incidências na autoestima desses sujeitos” (VIEIRA, 2020, p.298).

De Andrade (2021) realizou um estudo que tinha como objetivo fazer uma análise da articulação dos fenômenos de racismo e sexismo assim como as consequências destes para a mulher. Conforme a pesquisa, o sofrimento vivenciado pela mulher se torna mais difícil somado à cor de sua pele. A pesquisa mostra como as mulheres experienciam constantemente situações no trabalho que trazem as marcas do racismo e do sexismo. A sociedade brasileira é muito influenciada pelo pensamento patriarcal o que gera um ambiente de liberdade cerceada à mulher. A vida das mulheres é permeada pelo sentimento do medo oriundo de experiências próprias e coletivas. Dessa forma, ser mulher é estar sempre sendo necessário “calcular o lugar, a hora, a forma de falar, o jeito de se vestir, e tantas outras hipóteses que exigem serem feitas por causa do medo” (DE ANDRADE, 2021, p.22).

A perpetuação do racismo às mulheres pretas acontece também no mercado de trabalho. Muitas vezes o currículo da mulher negra é descartado e a vaga é destinada a uma pessoa branca. Já quando a mulher negra consegue a vaga há hostilidade no ambiente de trabalho. Para os autores Campos *et al* (2020), a ocorrência de doenças oriundas do ambiente de trabalho é influenciada por diversos fatores, mas os que mais se destacam são os relacionados a gênero e raça. Consequentemente, “podem produzir ou agravar diversos tipos de problemas de saúde física e mental, como os transtornos mentais” (CAMPOS, *et al*, 2020, p.580).

Os autores Campos *et al* (2020, p.579) desenvolveram uma pesquisa a qual buscou avaliar a “associação entre estressores ocupacionais e saúde mental, focalizando desigualdades de gênero e raça/cor da pele entre trabalhadores da saúde”. O estudo foi realizado com 384 trabalhadores da Bahia. Obteve-se como resultado que a mulher negra apresenta uma maior prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC), com o percentual de 23,7%, enquanto as mulheres não negras foram 19,6%. Já a prevalência de TMC para homens negros apresentou 17,6% e não negros ficou em 14,7%. Em suma, a análise mostrou que o adoecimento mental da população entre os homens é maior entre os homens negros e, entre as mulheres, as negras. Foi possível também observar que a frequência de adoecimento entre os trabalhadores da saúde pesquisados era maior na população negra. Outras pesquisas têm mostrado resultados similares, o que corrobora para [...] a hipótese de que a raça é um marcador de desigualdades com influência na ocorrência de adoecimento mental, aumentando a vulnerabilidade de alguns grupos. Assim, as desigualdades estabelecidas podem influenciar na saúde mental, incrementando as prevalências de TMC entre negras e negros (CAMPOS, *et al*, 2020, p. 585).

Para Almeida (2019), o fato de as mulheres negras serem consideradas pouco capazes está relacionado a um sistema econômico, político e jurídico que sustenta essa condição de subalternidade e que as mantém com salários inferiores e fora dos espaços

de tomada de decisão assim como expostas a todo tipo de violência. Pois se as representações da mulher negra não fossem resultantes de práticas de discriminação, quando as mulheres negras fossem representadas com pouco prestígio social ou em lugares subalternos haveria protestos.

De acordo com Adichie (2015), quando uma coisa é repetida com frequência acaba sendo normalizada pela sociedade. Ela descreve uma situação que vivenciou na infância, em uma escola na Nigéria, quando a professora falou que o aluno que tirasse a maior nota seria o monitor da classe. No entanto, o título foi para o aluno com a segunda maior nota. Pois a professora não havia esclarecido que esse monitor seria um menino, ou seja, era muito óbvio isso para ela. Dessa forma, como conceitua a autora, se só os meninos são escolhidos como monitores, em determinado momento passam a achar, mesmo que inconscientemente, que apenas os meninos podem ser monitores de classe. “Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar ‘normal’ que esses cargos de chefias sejam ocupados por homens” (ADICHIE, 2015, p.17).

Segundo o CFP (2017), muitas vezes o impacto da dominação racista faz com que as pessoas, “numa tentativa de não enfrentar a discriminação vivida, fazem uso de mecanismos de defesa” (CFP, 2017, p. 58). Ou seja, o sujeito pode, por exemplo, ter uma identificação com o agressor ou negação. Os mecanismos psíquicos defensivos são “para que haja a manutenção de certa integridade psíquica e intersubjetiva” (CFP, 2017, p. 58). Pode ocorrer também o dilaceramento psíquico que se caracteriza pelo efeito do racismo pelo sujeito que é vivenciado de forma catastrófica. Dessa forma, é necessário apoio psicológico para que a pessoa possa se recuperar do trauma.

Os efeitos psicossociais têm como fundamento os de ordem interpessoal e institucional, a forma em que o indivíduo lida com os efeitos da violência racista a qual vivenciou é única. De acordo com o CFP (2017, p.61), “as ideologias racista, sexista e “classista” ao se materializarem nas instituições” ou famílias modelam, sustentam e transformam as relações. Sejam as relações que ocorrerem em seus interiores como as relações interpessoais ou pessoais, ambas podem consentir aquelas modalidades de dominação. Desde a época da escravidão o movimento negro atua como forma de enfrentamento e superação da população negra no Brasil (CFP, 2017).

Enfim, os danos psíquicos gerados “nas vítimas dessas violências juntam-se a tantos outros já denunciados, pois o racismo, a discriminação e o preconceito raciais impactam na subjetividade e autoestima negra, por gerarem sofrimento psíquico” (SANTOS; DIAS, 2022, pp.10-11). Observa-se que as vivências racistas pelas mulheres negras deixam sequelas em suas subjetividades, pode afetar a saúde mental através de inúmeras maneiras como as relações de poder de um grupo sobre outro, status socioeconômico, aquisição de bens e serviços. As vivências de atos discriminatórios ainda podem resultar em elevados níveis de estresse psicológico bem como agravos tanto à saúde física quanto mental (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2018).

Psicopatologia dos Transtornos Mentais

Conforme conceitua David H. Barlow (2016), o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) resulta da ocorrência de determinado evento o qual a pessoa vivencia, testemunha ou é afetada de forma direta ou indireta e não consegue se

recuperar. Os sintomas desenvolvidos pelo TEPT são alterações negativas em cognições e no humor, dificuldades de memória, pode desenvolver gatilhos associados ao evento traumático, pavor, depressão entre outros. O TEPT “é listado entre os transtornos relacionados a traumas e estressores” (BARLOW, 2016, p.64). Ou seja, quando uma mulher vivencia um fenômeno envolvendo racismo ou sexismo seja de forma direta ou indireta e esse evento a afeta de alguma forma ela pode desenvolver o TEPT.

Paul Kleinman (2015) explica que mesmo a ansiedade e o estresse sendo emoções normais de todo ser humano, considera-se o Transtornos de Ansiedade uma forma grave de doença mental. O Transtorno de Ansiedade causa grande sofrimento psíquico no indivíduo, faz com que a pessoa fique as vezes paralisada de forma que ela não consegue viver uma vida normal e saudável. O Transtorno de Ansiedade Generalizada é o mais comum, a pessoa sente medo e uma tensão constante sobre determinado assunto, as preocupações parecem se deslocarem constantemente de um assunto para outro. Dentre os sintomas os mais comuns são irritabilidade, fadiga, problemas relacionados ao sono, dificuldades em se concentrar. Os sintomas físicos mais relatados são náuseas, diarreia e dores de cabeça, tensão muscular, na nuca, ombros e costas (KLEINMAN, 2015).

Para Paulo Dalgalarondo (2019), a Depressão tem um considerável impacto na saúde física e mental do indivíduo. Assim como acarreta prejuízos na qualidade de vida da pessoa. É uma das principais causas do que a Organização Mundial de Saúde considera como anos vividos com incapacidades. Estudos mostram que “15 a 40% das pessoas com depressão maior já tentaram alguma vez o suicídio. Estudos de suicídios completos revelam que 60% de todos eles são realizados por pessoas com depressão” (DALGALARRONDO, 2019, p.344).

Em consequência dessas vivências de angústias e violência por práticas racistas e sexistas “as mulheres negras estão, cada vez mais, apresentando transtornos mentais comuns (TMC’s)” (SILVA; CHAI, 2018, p.998). Caracteriza-se como TMC sinais e sintomas psicossomáticos como: insônia, irritabilidade, fadiga, esquecimento e dificuldade de concentração (CAMPOS, 2020). Em decorrência do tratamento preconceituoso, muitas vezes, as mulheres não se sentem seguras para usar os programas de saúde. Consequentemente, devido à “restrição de direitos fundamentais às camadas menos favorecidas, da qual participa a mulher negra brasileira, esta não consegue usufruir de forma ampla ao seu direito à saúde mental” (SILVA; CHAI, 2018, p.1001).

Como caracteriza Barlow (2016), esse constante sentimento de angústia e preocupação ativa o sistema nervoso simpático e a excitação fisiológica resultam na dificuldade de iniciar o sono. “A insônia é um transtorno de alta prevalência” (BARLOW, 2016, p.635), que pode gerar prejuízos relacionados à saúde e preditora do desenvolvimento de inúmeras condições psicológicas e médicas. A perturbação do sono faz com que a pessoa não tenha um bom rendimento no trabalho, tenha muito cansaço durante o dia gerando prejuízo. Os prejuízos se fazem sentir ainda mais quando os transtornos de humor e do sono são combinados resultando muitas das vezes no desemprego, rompimento com as relações sociais (BARLOW, 2016).

Discriminação durante a pandemia de COVID-19

De acordo com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) (2021), devido à pandemia ocasionada pelo coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, conforme mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, o número de negros, pardos e índios que morreram devido à Covid-19 foram maiores que o número de pessoas brancas. Conforme um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, constatou-se que a taxa de mortalidade de negros por Covid-19 na Capital paulista foi de 172 mil habitantes para cada 100 mil, já os brancos foram de 115 mil para cada 100 mil habitantes (FIOCRUZ, 2021).

Ainda de acordo com a FIOCRUZ (2021), quanto à vacinação, segundo estudo realizado pelo ONG Instituto Pólis, o número de brancos vacinados com a primeira dose da vacina correspondia a 3,2 milhões de pessoas, no entanto apenas 1,7 milhões da população negra receberam a primeira dose do imunizante para Covid-19. Os sintomas mais graves desenvolvidos de Covid-19 notificados eram para cada 10 pessoas, sete eram negras ou pardas. Essa situação consiste devido às desigualdades sociais, preconceito e também, em muitos casos, devido ao racismo institucional.

Nesse sentido, conforme os dados apresentados pela FIOCRUZ (2021), durante a pandemia de Covid-19 percebe-se que o Brasil vivenciou o racismo institucional na política de saúde pública. Visto que, como descreve o Conselho Federal de Psicologia (2017), houve o não investimento no combate à doença e também prevenção no que diz respeito à população negra brasileira. Dessa forma, levou “a alta morbimortalidade por condições que poderiam ser evitadas por meio de políticas públicas eficazes” (CFP, 2017, p.51).

Essa diferença de mortalidade entre a população parda e negra também acontece com outras doenças, apenas ficou mais evidente durante a pandemia por ser uma situação nova, houve mais investimentos em pesquisas até mesmo na busca de encontrar solução para o problema vivenciado no mundo todo. Apenas em 2020 o Ministério da Saúde passou a incluir nos boletins epidemiológicos dados específicos referentes à população negra. Dessa forma, evidenciou que a população negra foi mais afetada durante a pandemia e que houve ausência de ações governamentais eficazes (FIOCRUZ, 2021).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se a partir desta pesquisa que o racismo e sexismo tem muito impacto na saúde física e mental da mulher negra. Este tema carece de mais pesquisas, visto que não é fácil encontrar dados referentes ao racismo da mulher preta, geralmente as pesquisas referentes ao racismo são mais referentes ao negro de forma geral. Foi possível observar pelas pesquisas que ocorrem várias formas de exposição das mulheres a violências, mas não percebem as questões de gênero e raciais como um marcador, resultando em uma certa violência naturalizada, na qual a vítima não conceitua as práticas oriundas de questões raciais e de gênero, desse modo poucas denúncias e acusações são feitas referente à violência institucional.

Estudos mostraram que as mulheres vítimas de práticas racistas podem desenvolver TMC, Transtornos de Ansiedade, Transtorno Pós-traumático, baixa

autoestima e Depressão. Os sentimentos de medo são constantemente vivenciados pelas mulheres por viver em uma sociedade machista o que gera sofrimento psíquico. Ademais, foi possível identificar nos relatos das vítimas de racismo um sentimento de inferioridade e baixa autoestima.

Fica evidente a importância de debater essa articulação entre questões de gênero e raciais visto que não se deve separar o sofrimento vivenciado pela mulher preta, assim como é necessário reconhecer que o sofrimento psíquico delas está atrelado ao racismo. Esta pesquisa tem como expectativa fomentar ao público buscar por mais leituras principalmente de autores negros e pesquisar mais sobre essa problemática. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o debate sobre as diversas formas de racismo que acometem as mulheres negras, muitas vezes até inconscientemente por estar estruturado na sociedade brasileira.

Em suma, como pode-se observar a partir desta pesquisa bibliográfica, com o impacto do racismo na vida da mulher negra, diante de tanto sofrimento vivenciado, seja físico ou psicológico, é necessário apoio psicológico e social a estas vítimas. Percebe-se que há uma carência de práticas relacionadas à prevenção e acolhimento a esse grupo estigmatizado e subalterno. Pode-se observar pelas pesquisas que os dados relacionados ao número de mulheres vítimas de feminicídio ou violência doméstica muitas vezes é manipulado, ou seja, acontece uma subnotificação relacionada à violência cometida pela mulher negra.

Que esta pesquisa fomente mais discussões sobre essa problemática, pois a falta de reflexão resulta no sistema de discriminação racial. É importante as pessoas buscarem mais leituras relacionadas a autores negros para que possam através deles tomarem consciência das atitudes racistas e preconceituosas. Todas as pessoas são responsáveis por buscar conhecimento sobre questões relacionadas ao racismo, assim como buscar conhecer as diferentes culturas vivenciadas pela população brasileira.

5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARLOW, David H. **Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos**. 5°. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BAPTISTA, Luís Antônio. A atriz, o Padre e a Psicanalista: os amoladores de Facas. *In A Cidade dos Sábios e Outros Ensaios Sobre a Subjetividade e o Cotidiano*. Rio de Janeiro: ed. Summus, 1999, pp.45-49.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 446–462, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7j9vg6SZxtg6bxSDqc9CHLd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mai.2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 21 mar.2023.

CAMPOS, Françoise Magalhães; ARAÚJO, Tânia Maria de; VIOLA, Denise Nunes; OLIVEIRA, Paula Caroline Santos; SOUSA, Camila Carvalho de. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, Bahia, v. 28(Cad. saúde colet., 2020 28(4)). p. 579-589. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>. Acesso em: 28 fev.2023.

CERQUEIRA, Daniel, *et al.* **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas(os)**. 2017.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DA CONCEIÇÃO, Andreisa Santana Cardoso et al. Aspectos Psicológicos Vivenciados Por Mulheres Negras Vítimas de Violência Sexual. **Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira**, p. 222-228, 2023. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/sepab/article/viewFile/11106/10908>. Acesso em: 25 mar.2023.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.38, nº 3, p.450-464, set.2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DA SILVA, Millena Carolina. **O impacto do racismo na saúde mental das vítimas**. 2018. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1229.pdf>. Acesso em: 04 mar.2023.

DE ANDRADE, Ana Beatriz Lira. **Considerações sobre o sexismo e o racismo na cultura brasileira: psicanálise, gênero e raça**. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2017. [e-book].

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo, 2022c. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 23 mai.2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021: Especial Eleições 2022**. São Paulo, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em: 22 mai.2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. 2022. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 08 mar.2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). **Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 26 mar.2023.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Mulher Negra**: São Paulo, SP. 1993.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Igualdade Racial**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=730. Acesso em: 04 mar.2023.

KLEINMAN, Paul. **Tudo que você precisa saber sobre Psicologia**. São Paulo: Editora Gente, 2015.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das micro agressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 25, n. 7, pp. 2793-2802, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. Ciênc. saúde coletiva, 2017 22(9), p. 3077–3086, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn#>. Acesso em: 21 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Vitoria Carmo dos; DIAS, Acácia Batista. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2022, v. 42, p.1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida da; CHAI, Cássius Guimarães. As Relações Entre Racismo e Sexismo e o Direito à Saúde Mental Da Mulher Negra Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, [online], Maranhão, v.22, p. 987-1006, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158844050>. Acesso em: 28 fev.2023.

OLIVEIRA, Ellen Hilda Souza de Alcântara. **Mulheres negras vítimas de violência obstétrica**: estudo em um hospital público de feira de Santana - Bahia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/30942/ellen_oliveira_iff_mest_2018.p

[df;jsessionid=92391A035BD26D676BA0760966B11FA0?sequence=2](http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946). Acesso em: 06 mar.2023.

VIEIRA, Camila Gabrielle Gomes. Experiências de Solidão Da Mulher Negra Como Repercussão do Racismo Estrutural Brasileiro. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 10, p. 291-311, 12 mar. 2021. Disponíveis em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946>. Acesso em: 24 mai. 2023.

APONTAMENTOS RELEVANTES ACERCA DO MANEJO PSICOLÓGICO FRENTE AO RACISMO

Beatriz Brum dos Santos¹¹

Maria Carolina Nunes Custódio¹

Marianna Laio Cassiano Inácio¹

Pâmela Tatagiba Quarto¹

Otávio Rettori Moreno¹

Thiago Pereira Machado¹²

RESUMO

O racismo estrutural impede que o profissional promova trabalho adequado e acolhedor a população negra no Brasil, para compreendermos como estes usuários do serviço de saúde do país são prejudicados, se faz necessário entender a maneira que o racismo acontece dentro da sociedade e olhar para suas raízes. Em consequência disso, para chegar em um atendimento acolhedor, os profissionais de psicologia necessitam compreender contextos que envolvem a herança histórica da população negra no país e estar atento para que não trabalhe o sujeito de forma que o faça afastar-se de sua negritude. Segundo Benedito e Fernandes (2020) “encontrar armas para lutar contra o racismo é uma responsabilidade profissional, social, política, histórica e afetiva”.

Palavras-chaves: Acolhimento; População Negra; Profissional; Racismo Estrutural; Saúde Mental.

ABSTRACT

Structural racism prevents professionals from promoting adequate and welcoming work for the black population in Brazil. To understand how these users of the country's health services are harmed, it is necessary to understand the way racism happens within society and look at its roots. . As a result, to achieve welcoming care, psychology professionals need to understand contexts that involve the historical heritage of the black population in the country and be careful not to work the subject in a way that makes them

¹¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

¹² Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

move away from their blackness. According to Benedito and Fernandes (2020), “finding weapons to fight racism is a professional, social, political, historical and emotional responsibility”.

Key-words: Reception; Black Population; Professional; Structural Racism; Mental health.

1 INTRODUÇÃO

O racismo é um modo de operação reducionista de construções socioculturais a características biológicas de um recorte específico de pessoas, onde se hierarquiza, subjuga e exclui esse grupo apenas por seu fenótipo étnico, mas, acima de tudo, é uma produção ideológica, supremacista e um ato de violência, que se alastrou para o âmbito político, institucional e cultural do meio que vivemos (FARO, PEREIRA, 2011; CFP, 2017).

A banalização e sucessão do racismo constrói um histórico cada dia mais extenso de injustiça, desigualdade, invalidação e separação vertical de raças, corroborando para a manutenção de estereótipos e preconceitos que vão desaguar negativa e prejudicialmente na capacidade do seu alvo de adaptar-se, encontrar-se socialmente e sentir-se são (FARO, PEREIRA, 2011; COSTA, OLIVEIRA, 2019).

Autores como Elizama Franciane da Costa e Patrícia Alessandra de Oliveira (2019), e André Faro e Marcos Emanuel Pereira (2011), trazem em suas pesquisas, a certeza de que a discriminação racial afeta profundamente a subjetividade da pessoa negra, sendo causadora de conflito psíquico, limitando seu “ser no mundo” e afetando sua integridade pessoal, visto o sujeito sentir-se e ser tratado como inferior em comparação ao outro, acumulando uma gama de cargas estressoras durante sua vida. Logo, o resultado da revisão sobre o perfil de saúde de pessoas que sofrem discriminação racial, juntamente com um estudo sobre a relação de estresse e racismo, detalhada por Faro e Pereira (2011), sintetizam o negro manifestar sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e rejeição de sua identidade por consequência da exposição a experiências de dominação, estresse e negligência.

Os mesmos autores ainda retratam as três perspectivas condutoras para o racismo influenciar na qualidade da saúde do sujeito negro de acordo com o trabalho de James Y. Nazroo e David Rudyard Williams (2006): “a desvantagem econômica que é comum aos grupos discriminados, o senso depreciativo de se perceber como membro

de um grupo desprezado e, por fim, na ameaça constante de ser vítima do racismo” (apud FARO, PEREIRA, 2011, p. 275).

Ademais, Lassana Danfá (2020) publicou um estudo embasado nos discursos de Frantz Fanon e Sigmund Freud acerca da violência na construção da civilização e do colonialismo, onde expõe a ideia de que o homem branco se apossou de ser símbolo do bem e da moral, e o racismo cumpre o papel de mantê-lo nesse lugar ao subordinar o negro as suas réguas. Em complementariedade, Jeane Saskya Campos Tavares e Sayuri Miranda de Andrade Kuratani (2019), abordam essa ideia — essa distorção da realidade —, ser sustentada pela crença que o negro tem de se ver como o inadequado, o incapaz, com atitudes autodepreciativas e desesperançosas. O racismo tem como principal fundamento, destituir a identidade do indivíduo negro, descola-lo de sua subjetividade étnica e cultural, recusar sua descendência e sua contemporaneidade, enquanto lhe é forçado a aceitar a subjetividade do branco (COSTA, OLIVEIRA, 2019). Noção já bem antes proposta por Fanon (2008) em “Pele negra, máscaras brancas”, cuja obra o autor debruça-se em expor a desumanização sofrida pelo negro, que tenta enquadrar-se ao branco para que reconheçam sua humanidade.

Que a saúde mental do negro é impiedosamente prejudicada e coloca-o em diversas desvantagens perante o branco e o não branco que não seja vítima de racismo, está bem pontuado. Entretanto, encontra-se um vasto abismo entre a necessidade de atenção e manejo especializado à população negra e a oferta do campo de saber e prática da Psicologia para tal demanda. Historicamente, o negro foi inserido num grupo social que dificilmente acessa os serviços privado de saúde, inviabilizando sua adesão ao atendimento clínico e, por consequência, afastando os profissionais de entrarem em contato com suas problemáticas, atrasando que esses reflitam, contestem e revolucionem cientificamente (WERNECK, 2016). Na saúde pública: racismo institucional, negligência na assistência e baixa qualidade de atendimento a esse público. Sem contar, a negação e suavização da existência do racismo pela sociedade, como também, a dificuldade da vítima em enxergar que a agressão que sofreu proveu do racismo e, mais importante, o sujeito negro negar-se ou não se reconhecer como sendo negro (WERNECK, 2016; TAVARES, KURATANI, 2019).

Portanto, faz-se urgente o preenchimento da brecha teórico-prática na Psicologia para tornar-se uma frente de combate ao racismo mais consolidada, enquanto promove amparo de qualidade, propostas de superação e produção de autonomia e integridade do indivíduo negro que colhe até os dias de hoje o fruto de uma colonização repercutida pela história (FANON, 2008; TAVARES, KURATANI, 2019).

O Brasil é povoado por uma quantidade significativa de pessoas negras, que experenciam o racismo e são enfraquecidas física e psicologicamente pela opressão e, enquanto houver escassez de recursos, de pesquisas e de tomada de consciência dos profissionais, esses dificilmente saberão lidar com a vulnerabilidade do negro e os estragos deixado pela discriminação racial, seja na clínica privada, nos espaços sociais, nas escolas, nos laboratório, “reproduzindo a ideologia da igualdade social e democracia racial no país e não contribuindo, assim, para com as ações promotoras da equidade” (TAVARES, KURATANI, 2019, p 3).

2 MATERIAL E MÉTODOS

A revisão bibliográfica apresentada foi desenvolvida entre os meses de março e abril de 2023, tendo como fonte de pesquisa os site *Scielo*, Google Acadêmico, publicações no site do Conselho Federal de Psicologia, tais como o Código de Ética do Profissional, Revistas de Ciência e Profissão, cartilhas sobre o tema e contribuições sobre Psicologia Antirracista, e outra literaturas disponíveis na modalidade online, sendo algumas de órgãos nacionais e mundiais que contribuem sobre a temática abordada. Para além das pesquisas, os trabalhos encontrados serviram como ponte para outros autores, que foram citados e devidamente referenciados ao longo do artigo. As palavras e termos chave usados para a pesquisa foram: “racismo e psicologia”; “o racismo e a resolução 18/2002 do CFP”; “racismo estrutural”; “saúde mental e violência racial”; “formação do psicólogo para atuar com pessoas negras vítimas de discriminação”; “racismo e discriminação racial”; “políticas públicas e racismo”; “ministério da saúde e o acolhimento a indivíduos vítimas de racismo”; “questões sociais relacionadas à discriminação racial”; “saúde mental e racismo”; “pacto da branquitude”.

Foram lidos o total de 28 materiais, variando entre artigos, livros, cartilhas e outros, sendo todos em português. Os materiais encontrados, são em sua maioria, criações recentes, o que é compreensível, entendendo a emersão dessa demanda nos últimos anos, tanto em questões sociológicas quanto questões psicológicas.

Todavia, somos convidados a construir ainda mais trabalhos que contribuam significativamente para o estudo das relações étnico raciais, considerando a importância da colaboração da psicologia como ciência e profissão acerca dessa demanda. Há 20 anos, Ana Mercês Bahia Bock e outros estudiosos do tema (2003) perceberam a psicologia em uma posição elitizada e sem compromisso social, colaborando com o mito da democracia racial — igualdade entre raças, desacreditando dos preconceitos de cor e desconsiderando a ideia de equidade — e compactuando com a hegemonia e

opressão provocadas pelo preconceito, sendo omissos com a realidade de discriminação. Hoje, em 2023, observamos todos os passos que a psicologia deu a caminho da extinção do racismo, mas ainda existe muito a percorrer, por isso somos diariamente convocados a debater sobre tal ponto.

3 DESENVOLVIMENTO

Influência da branquitude na sociedade e sua culpa na discriminação racial

Para compreendermos a discriminação racial é preciso entender a maneira que o racismo acontece dentro da sociedade, tanto de forma explícita quanto implícita, e principalmente olhar para suas raízes traçando a história desde o escravismo, e até mesmo anterior a ele, e observar desde então a construção desse estigma que permanece ditando valores e mantém viva a segregação do negro (CFP, 2017).

Com o intuito de avançar na eliminação do racismo, devemos considerar a assimetria que nosso meio social se constitui e como essa desigualdade é impulsionada por conta do preconceito de cor, alimentando a discriminação e reforçando a exclusão e marginalização (LOURENÇO, 2022). Por conta dessa construção sócio-histórica, é importante tratar a vivência negra em nosso país de forma singular, percebendo o sofrimento para além do perceptível, entendendo o racismo em suas variadas formas, tanto interpessoal, institucional e/ou estrutural e, o ponto de partida é observar a posição do sujeito branco nesse contexto e a forma que ele vê os sujeitos de outras etnias. Estudiosos desse tema enfatizam a importância de não considerarem somente os negros nessas discussões, mas levar em conta o papel do sujeito branco na legitimação desse estigma (BENEDITO, FERNANDES, 2020).

Uma questão notável no nosso contexto é a existência de um lugar de privilégio e vantagem intersetorial exclusivamente branco, que faz com que tudo que rodeia esse ideal seja considerado norma, estruturando a sociedade partindo dessa denominação racial, que não é resultado somente da escravidão, mas também da modulação capitalista da sociedade (BENEDITO, FERNANDES, 2020; DANFÁ, 2020). Essa ideia de manutenção de poder e elitização do ser branco é denominada branquitude que, coloca seu ideal no topo da hierarquia, mantendo a ideia de superioridade moral, intelectual, estética, material e simbólica. Nas palavras de Lia Vainer Schucman, em contribuição com o Conselho Federal de Psicologia (2022) a branquitude “é homicida no sentido de que é uma particularidade que se pensa universal, onde não cabe outros mundos” (p. 41). Nesse raciocínio, entende-se essa problemática etnocêntrica lutando de forma desleal a favor de si, detendo todas as armas e privilégios para manter-se no

poder e, exterminando todos os que não são adeptos de suas ideologias, garantindo assim, seu sistema enfraquecedor das lutas sociais, impedindo que os negros gritem suas dores.

No contexto clínico, a branquitude segue sendo uma grande produtora de subjetividade, fazendo com que os sujeitos dessa bolha estejam rodeados das suas vantagens e gozando do seu poder, sempre direcionando seus afetos positivos àquilo que julgam como ideal (CFP, 2022). Assim, por outro lado, produzindo adoecimento ao público na base dessa hierarquia, mantendo esses indivíduos invisibilizados, silenciando suas queixas, diminuindo suas lutas e mantendo-os nesta posição passiva (CFP, 2017). Além do mais, esse adoecimento reforça o embranquecimento, termo usado quando os negros passam pelo processo de “adequar-se” a sociedade branca, provocando alteração comportamental e levando-os a negarem e abdicarem de sua racialidade e de tudo que os remetem a sua cultura, em esforços cansativos e inúteis de se tornarem mais brancos, e conseqüentemente, menos pretos (BENEDITO, FERNANDES, 2020). Como Fanon (2008) destaca: “Então, não podendo mais enegrecer o mundo, ele vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento” (p. 56).

Com isso, é nítido os contrastes entre a criação de memória e de subjetividade quando comparamos sujeitos brancos e sujeitos pretos, sendo assim, as memórias que um grupo carrega podem gritar a todos suas conquistas, as custas das dores silenciadas de outro grupo. Em grande contribuição ao tema, Maria Aparecida da Silva Bento (2022) pontua que “as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer” (p. 28), com isso compreendemos que, à quem detém as forças de ditar as histórias, e contá-las sempre de sua perspectiva, carregam o poder de abster-se de reconhecer, responsabilizar e tornar conhecido os sofrimentos que construíram sua história (BENTO, 2022). A mesma autora conclui: “Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos com a comunidade” (p. 28).

Dentro desse contexto, o profissional de psicologia tem papel fundamental, mas como sujeito dentro da sociedade, encontra-se também impregnado com a ditadura racial e propagando o pacto narcísico continua promovendo o branco. O racismo estrutural impede que o profissional que promove este ideal seja considerado ruim, pois, esse preconceito impregnado na sociedade não o faz perceber a má conduta do psicólogo frente à estas questões, além do contraste evidente de acomodação por parte dos profissionais, que demonstra a funcionalidade da branquitude, que não mobiliza os psicólogos a discutirem esses temas (BENEDITO, FERNANDES, 2020). Quando um

profissional se comporta de forma racista, ele será apenas mais um dos muitos cidadãos que percebem a sociedade dentro dessa hierarquia e propaga preconceitos ligados a estereótipos e a cor (CFP, 2022).

Todavia, vale reforçar que, o psicólogo que não se atenta à essas questões e não luta de forma antirracista percorre o sentido contrário do que é indicado pelas normativas da sua profissão. O profissional da psicologia tem grande poder de instigar a reflexão nos sujeitos e trazer visibilidade a questões problemáticas experienciadas em sociedade, esse deve usar da sua humanidade e intelectualidade para destruir o pensamento embranquecedor, extinguindo o pensamento que promove essa primazia elitista.

O sistema conselhos na luta contra o racismo

“Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CFP, 2002), assim decreta o artigo 1º da Resolução nº 18, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, em dezembro de 2002, no intuito de estabelecer normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Nesse mesmo ano, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia promoveu a campanha “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”, que trouxe diante todo Sistema Conselho, pela primeira vez, algum debate, ainda que limitado da sua compreensão, a respeito do racismo (ALVES, COSTA, CASTELAR, 2020).

Entretanto, a tentativa de engajar denúncias e apontamentos acerca da problemática do racismo no país se deu muito antes de 2002; porém, assim como é árduo qualquer movimento de progresso de uma sociedade acomodada em suas hierarquias, essa trama levou 19 anos para começar a ser levada em consideração, ou melhor, em análise. O protagonismo em se discutir sobre o racismo veio do estrangeiro, com nomes como Frantz Fanon ([1952] 2008), por exemplo, enquanto na sociedade brasileira, se deu pioneiro a esse tempo, em 1945, com Virgínia Leone Bicudo, socióloga e psicanalista, e sua tese analítica sobre como o racismo impacta a vida psíquica dos sujeitos, intitulada “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”. Posterior a ela e com contributos de obras internacionais, outras autoras negras brasileiras foram ganhando certo destaque; entre elas, Neusa Santos Souza, em 1983, e Lélia Gonzales, em 1984 (CFP, 2017; ALVES, COSTA, CASTELAR, 2020). A psicanalista Neusa Santos Souza é uma personagem importantíssima nessa linha do

tempo, cuja obra “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social”, onde explana o racismo no Brasil, identidade negra e sofrimento psíquico, faz-se atemporal e basilar no assunto (CFP, 2017).

Uma década após a abertura das discussões, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (1990) e o Instituto AMMA PSIQUE NEGRITUDE (1995), organizações não governamentais paulistas do Movimento Negro, deram holofote a esfera político-jurídica e psicológica não só sobre racismo, mas também sexismo e gênero, reivindicando a igualdade política entre essas classes. A visibilidade se dá em 2002 em razão de Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento com o livro “Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, tendo como centro da discussão um olhar crítico e questionador a respeito da constituição do branco e suas implicações na branquitude; conseqüentemente, o fortalecimento da discriminação racial (CFP, 2017). Ainda em 2002, a revista *Psicologia: Ciência e Profissão* publicou artigos selecionados num concurso temático, disseminando que uma nova pauta chegava para ser debruçada (CFP, 2017), nas palavras de Miriam Cristiane Alves e suas duas colaboradoras (2020), objetivou tratar-se da “pluralidade étnica e cultural da nação brasileira” (p. 1), entretanto, logo em seguida as autoras pontuam:

Ainda que nela haja artigos que versam criticamente sobre racismo e o mito da democracia racial, a íntegra daquela edição não se propôs a discutir conceitos como raça e racismo no campo *psi*, tampouco a discutir sobre os efeitos do racismo na produção de subjetividade de pessoas negras e brancas (ALVES, COSTA, CASTELAR, 2020, p. 1).

Em 2003, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) publicou “Os Direitos Humanos na prática profissional dos psicólogos” e, em 2004, a partir de palestras do Seminário Nacional da CDH, foi lançado o livro “Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão”, fomentando novos levantamentos e que levaram, posteriormente, a uma nova edição do Código de Ética Profissional (2005), que intuía fundar sua regência na Declaração Universal dos Direitos Humanos, por promover, acima de tudo, a igualdade, o respeito, a validação e a segurança de todos os sujeitos (CFP 2005; ONU, 1948). Apesar de serem datas recentes se comparadas com a cronologia afunda e persistente da problemática em torno da discriminação racial, esses marcos foram os primeiros, ainda que imprecisos, passos necessários para correrem em favor de algo maior, começou-se por meio deles a participação do Sistema Conselhos de Psicologia no movimento negro em favor da luta antirracista (CFP, 2017).

Alessandro Oliveira Santos et al (2015) realizaram um trabalho acerca dos marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo, analisando os instrumentos de

atuação do psicólogo numa pesquisa exploratória e revisionada, e puderam concluir que a resolução nº 18/2002 (CFP, 2002) já não cumpre com eficácia aquilo que estabelece, necessitando ser readequada de forma a não somente pontuar comportamentos – relativamente, óbvios – que não devem ser praticados, e sim, a ir muito além, pois um manual de condutas não exerce o mesmo efeito de uma construção ativa e reflexiva do olhar subjetivo e modificador de profissionais que se encontram com o sujeito que está inserido no mundo; sendo assim então, por que não começar a trabalhar para desconstruir e progredir esse mundo que insere seus sujeitos?

E é com esse intuito e motivação que a edição dos anos de 2020 a 2022 da Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, intitulada “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, deu vida a obra que, idealizada majoritariamente por autoras negras, foi nomeada e dividida em dois volumes: “Psicologia Brasileira na Luta Antirracista” (CFP, 2022). Ao mesmo tempo que é uma guia de instrução para alargar as tendas da compreensão acerca das relações raciais e étnicas, é também, um propulsor de teorias, técnicas e políticas que mobilizam ações antirracistas em todos os âmbitos da vida, depois de 60 anos do exercício regulamentado da profissão no país (CFP, 2022).

Seu primeiro volume conta com dezesseis textos e tem como objetivo debater conceitos fundamentais para o entendimento e para a busca da superação do racismo no Brasil” (CFP, 2022, v. 1, p. 7). “Um tempo para o nosso tempo: o CFP na luta antirracista” (p. 142) é como o Conselho Federal (2022) titulariza o capítulo seis dessa primeira parte, e o utiliza de cápsula do tempo para examinar suas construções a respeito da discriminação racial ao longo da história, parte supracitada nesse presente tópico. A finalidade da elaboração dessa linha do tempo é a de alertar a necessidade de mudanças e combater o racismo instituído no Sistema Conselhos de Psicologia, que vem tentando ser advertido desde 2002, mas é indevidamente visibilizado pela mesma causa cuja se quer derrubar (CFP, 2022).

Enquanto isso, o volume dois consagrou a exposição e propagação de contribuições de profissionais da categoria, que se movimentaram em prol de impactar “na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista” (CFP, 2022, v. 2, p. 12), com trabalhos publicados e premiados na primeira edição do “Prêmio Profissional Virgínia Bicudo”, de maio de 2022, além desse volume ser uma menção de honra e gratidão a essa vanguardista, mulher e pesquisadora negra que muito corroborou para a Psicologia (CFP, 2022).

Compreender como o racismo foi alicerçado e, hoje, funda a base do funcionamento da sociedade e seus eventuais impactos na construção da subjetividade das raças (BENEDITO, FERNANDES, 2020), já se configura como pauta suficiente para que a psicologia brasileira se movimente em prol de remover da terra as raízes de discursos e práticas que perpetuam e alastram a branquitude, à começar dentro da sua própria organização.

Formação e postura profissional

A postura ética adotada pelo psicólogo deve ir além dos atendimentos em sua especialidade. Seu papel e função social deve se basear no respeito e no incentivo à dignidade e saúde, visando impulsionar a qualidade de vida, se sustentando na perspectiva de descolonização do preconceito (CFP, 2005).

Segundo Melissa Martins Pina e Fernanda Ramos Parreira (2022) embora o atual contexto histórico do Brasil venha desconstruindo as tendenciosidades raciais, vale destacar que as políticas públicas e sociais do Brasil continuam estagnadas no campo da saúde mental, sobretudo no âmbito de saúde mental da população negra. Essa realidade complexa exige que o psicólogo atue com responsabilidade, através do contínuo aperfeiçoamento profissional de prática e de conhecimento acerca do sintoma do racismo e da discriminação racial.

Nota-se hipóteses de uma postura alienada de alguns profissionais que atendem pessoas negras vítimas de discriminação racial, que reforçam a marginalização e discriminação da população negra (PINA; PARREIRA, 2022). De acordo com Maiara de Souza Benedito e Maria Inês Assumpção Fernandes (2020), nota-se a necessidade entender o papel do negro e suas subjetividades ao longo da história do Brasil, saber a história dos povos originários da população negra no Brasil e como eles eram vistos é relevante para entender o caminho percorrido pela cultura de branqueamento que os abalam até os dias de hoje. Saber como a população negra era vista na sociedade é o primeiro passo para um atendimento inclusivo às pessoas negras vítimas de discriminação racial.

É necessário entender a relação da sociedade com o que ficou estabelecido por um longo tempo como o “diferente”, a diversidade não é um problema, mas é necessário promover a diversidade como qualidade e não como forma de diminuir as diferenças do outro, em contrapartida há luta no combate a negação do racismo que resulta em transformar as diferenças em desigualdade, é necessário ir além do paradigma que somos todos iguais, é preciso identificar e reparar as distorções que eliminam os

sistemas produtores de desigualdade. Desse modo, ao falar da atuação dos profissionais da Psicologia diante dessa temática, é necessário apontar que o conhecimento do profissional envolvido no atendimento às vítimas de discriminação racial deve ultrapassar seu conhecimento no campo psicológico, é necessário entender as subjetividades, o contexto e a história da sociedade que abrangem os sujeitos.

Consequentemente, é de suma importância mencionar que a formação e a educação dos profissionais das áreas da saúde, especificamente da saúde mental da população negra deve ser contínua. O (des)conhecimento não pode atravessar a prática clínica do profissional e o conhecimento não deve ser superficial. Para chegar em um atendimento acolhedor, os profissionais de psicologia necessitam compreender contextos que envolvem a herança histórica da população negra no país e estar atento para que não trabalhe o sujeito de forma que o faça afastar-se de sua negritude (PINA, PARREIRA, 2022). Segundo Benedito e Fernandes (2020) “encontrar armas para lutar contra o racismo é uma responsabilidade profissional, social, política, histórica e afetiva” (p. 13).

Acolhimento a vítimas de discriminação racial e as políticas públicas de saúde

Marizete Gouveia Damasceno e Valeska M. Loyola Zanello (2018) ao realizarem um levantamento das bases de dados estatísticos relacionando pesquisas bibliográficas e informações sobre a população negra, os impactos do racismo e os serviços de saúde no Brasil, observaram uma carência de conteúdo. Provavelmente devido a negligência e dificuldade da implementação do quesito “cor” ou “raça/etnia” nos cadastros de tais serviços. Ou seja, existe uma lacuna ao tentar relacionar quando um indivíduo sofre violações e danos à saúde relacionados diretamente ao preconceito racial ou a outros fatores diversos.

A falta de acolhimento e a discriminação racial nas políticas de saúde pública podem ter consequências graves na saúde mental das pessoas que já sofrem com essa carga de estigma, um dos autores que traz à tona esta problemática é Fanon (2008), argumentando que o racismo não apenas afeta a saúde física, mas também a saúde mental, através de traumas, estresse e sentimentos de inadequação social. É evidente que o Brasil é um país historicamente racista, apesar disso, ainda há uma parcela da população que apoia um mito de “democracia racial”²⁴ usando como um dos argumentos a miscigenação da população (KAWAHALA; SOLER, 2010).

²⁴ Segundo Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2002) Democracia racial é um conceito onde há a negação do racismo no Brasil

De acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 2006, e instituída pelo Ministério da Saúde (MS), em 2009, enfatiza-se o reconhecimento da existência do racismo, desigualdades étnico-raciais e racismo institucional no âmbito do SUS (apud DAMASCENO; ZANELLO, 2018, p. 451), ou seja, a condição do indivíduo vítima de racismo, além de ser mascarada estatisticamente, em algumas esferas sociais nem sequer são reconhecidas, desconsiderando toda uma situação singular provedora de tamanho sofrimento tanto físico quanto mental.

“(…) A condição do sujeito negro é singular, porque ele está tanto cultural quanto historicamente em uma posição de inferioridade e sujeição ao colonizador branco” (KAWAHALA; SOLER, 2010, p. 408). É necessário o reconhecimento da existência do problema, a existência do racismo, racismo institucional e desigualdades étnico-raciais e como ele afeta a saúde dos indivíduos (BRASIL, 2017). Reconhecimento este que deve ser feito em todos os níveis da organização, desde a administração até os funcionários que atendem os pacientes, “fortalecer a inserção da temática étnico-racial nos processos de educação permanente das equipes de atenção básica e dos trabalhadores/ profissionais de saúde do SUS” (BRASIL, 2017, p. 24).

O SUS, através da implementação do Pacto pela Saúde, por meio da portaria nº 39, em 22 de fevereiro de 2006, traz o comprometimento em combater as desigualdades socioeconômicas e culturais que alcançam a população negra no Brasil. Enfatizam-se os princípios de transversalidade, contemplação de estratégias conjuntas e interdisciplinares que visam resgatar uma perspectiva integral do indivíduo (BRASIL, 2006). Algumas das diretrizes gerais da portaria são os enfoques em incluir temas relacionados ao racismo e saúde da população negra no processo de formação de trabalhadores da saúde, fortalecimento e expansão do movimento social negro em instâncias de controles sociais das políticas públicas de saúde, em harmonia com os princípios a gestão participativa do SUS. A abordagem para acolher vítimas de racismo na saúde pública deve ser multidisciplinar e realizada por profissionais adequadamente preparados (BRASIL, 2017), sendo assim, chegamos a outro ponto crucial: a capacitação profissional.

É de suma importância a capacitação profissional e olhar crítico no acolhimento a vítimas de racismo, principalmente no âmbito das políticas públicas de saúde. Voltando-se para o âmbito de saúde mental, desde os profissionais que terão o primeiro contato com os indivíduos, como os recepcionistas das unidades de saúde, até os médicos psiquiatras e psicólogos.

Segundo Damasceno e Zanello (2018) o quantitativo de psicólogos que têm acolhido clientes cujo sofrimento psíquico é originado na relação inter-étnica é crescente. Os profissionais defrontam-se com subjetividades afetadas profundamente pelo racismo cotidiano. Um profissional que não tenha um olhar crítico fica descompassado ao ato de atentar-se aos processos de preconceito e discriminação racial presente no sofrimento psíquico de pessoas negras. Os autores fizeram a leitura de mais de 509 trabalhos relacionados a: dissertações, teses, resumos, livros, manuais, informes e relatórios sobre o racismo e atendimentos psicológicos nos serviços de saúde do Brasil. Alguns dos resultados observados foram que apenas um profissional percebeu que existem tratamentos desiguais no atendimento a usuários negros, as desigualdades foram naturalizadas e não questionadas, um profissional sugeriu branqueamento e nenhum profissional soube definir o racismo institucional.

Enfatiza-se aqui a importância de monitorar e avaliar regularmente a eficácia das estratégias adotadas para acolher vítimas de racismo na saúde pública, incluindo as mudanças na cultura institucional, indicadores e as metas de promoção da saúde da população negra, visando à garantia dos princípios antirracistas e não discriminatórios (BRASIL, 2017). Isto permitirá que a organização de saúde faça ajustes necessários para melhorar suas práticas e fornecer um melhor atendimento aos indivíduos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frentes as questões raciais e posturas psicológicas, e compreendendo o manejo dos profissionais enquanto a elas, o racismo se torna um atravessador significativo frente às amplas discussões. É importante entender como ele se torna ferramenta de domínio de um grupo que goza de seus privilégios nos âmbitos institucionais e cotidianos, enquanto enxerga com inferioridade grupos racialmente negros para permanência e conquista destes privilégios (BENEDITO, FERNANDES, 2020).

O artigo teve o intuito de elucidar uns dos diferentes tópicos sobre discussões raciais, e dar notoriedade a contribuição do psicólogo nos manejos para a construção de futuros ideais que sejam antirracistas. Deste modo, se discorreu acerca da influência da branquitude como ferramenta na quebra do preconceito racial, primordialmente se enxergando como causadores de disparidades, para que assim, quando pessoas brancas se voltarem para o racismo com tendência a enxerga-lo como um problema de negros e não como problemática que envolve e implica a todos, a problemática tenha fins mais promissores para se dissolver (BENTO, 2002). Brenda Tiffany Nunes de Souza et al (2023) reiteram que, além da postura do profissional nesta luta, conjuntamente com

entendimentos das políticas públicas que assistem na saúde das vítimas do racismo, enxerga-se também a necessidade de modificar posturas que corroboram na longevidade do racismo institucional, e enfatizam os estigmas não esporádicos na assistência pública, dentre eles a desumanização, abuso e ofensa verbal, negligência e humilhações públicas.

Visando pela eficiente promoção da Psicologia Antirracista, o psicólogo em seu âmbito terapêutico, ou mesmo em atuação fora dele, necessita estar atualizado enquanto as questões referentes a discriminação racial, reafirmando o seu compromisso nas pertinentes ações de combate (CFP, 2022). O desejo de permanecer reproduzindo e negligenciando violências se torna inadmissível frente a possibilidade de contemplar estudos, pesquisas e inúmeros instrumentos valorativos e disponíveis. Assim como a Resolução CFP nº18/2002 (CFP, 2002) que comemora duas décadas de implementação, se fazendo presente no estabelecimento de normas para uma atuação relacionada ao preconceito e discriminação racial na profissão.

O compromisso em tornar o racismo mais próximo da sua extinção, não excluindo o cenário desafiador existente, é coletivo. Entretanto, enquanto agente atuante de práticas psicológicas, não possibilita dissociar-se delas em momento algum. Assim diz Lia Vainer Schucman (2014), a luta antirracista pede consciência da racialidade de cada indivíduo, e modificações mesmo que pequenas nos lugares que estes acessam, a sociedade muda a partir do indivíduo que se modifica, os padrões brasileiros só irão se transformar a partir da modificação de pilares, sejam eles socioeconômicos, nas formas produzir e reproduzir estigmas, além de padrões culturais. Para assim, almejar dissolver uma hegemonia cultural de opressão, que somente modifica e se moderniza sob as formas de oprimir ao longo das décadas.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Míriam Cristiane Alves; COSTA, Eliane Silvia; CASTELAR, Marilda. Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, Bahia, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>. Acesso em 28 abr. 2023.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2020 v. 40 (n.spe), e229997, 1-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM/>. Acessado em: 1 abr. 2023.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS. Biblioteca virtual em saúde, ministério da saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS. Biblioteca Virtual em Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e Compromisso Social. São Paulo. Cortez 2003. p. 95-110. (Vários Autores)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS, Resolução n.º 10/05, 2005. _____. Psicologia, ética e direitos humanos. Comissão Nacional de Direitos Humanos.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS, Resolução n.º 018/2002. _____. Psicologia, ética e direitos humanos. Comissão Nacional de Direitos Humanos.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. (2017). Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Psicologia brasileira na Luta Antirracista: Volume 1/Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2022. Acesso em: 04 de abril de 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-brasileira-na-luta-antirracista-volume-1/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Psicologia brasileira na Luta Antirracista: Prêmio Profissional Virgínia Bicudo: Volume 2/Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2022. Acesso em: 04 de abril de 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-na-luta-antirracista-volume-2/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Resolução CFP n.º 18/2002: normativa completa 20 anos de luta por uma Psicologia antirracista. Brasília, DF. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-18-2002-normativa-completa-20-anos-de-luta-por-uma-psicologia-antirracista/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

COSTA, EF da; OLIVEIRA, PA de. O sofrimento psíquico causado pelo racismo e o seu impacto na subjetividade. Revista Uningá, [S. l.], v. 56, n. 1, pág. 114–130, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/444>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DAMASCENO, Marizete Gouveia ; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. SciELO Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt#>. Acesso em: 05 abr. 2023.

DANFÁ, Lassana. Violência Civilizacional e Colonial no Olhar de Frantz Fanon e Sigmund Freud. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, n. spe, p. e230245, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FANON , Frantz. Pele negra, Máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. Estudos de Psicologia, Natal, v. 16, n. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009> . Acesso em: 05 abr. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. Relações raciais e educação: temas contemporâneos. Tradução. Niterói: EDUFF, 2002. Acesso em: 01 de agosto de 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247567/mod_resource/content/1/Democracia%20racial.pdf

KAWAHALA, Edelu; SOLER, Rodrigo Diaz De Vivar Y . Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. SciELO Brasil, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/VXbk7Lw8cT8zNPYb75HGKrx/?format=html>. Acesso em: 05 abr. 2023.

LOURENÇO, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2023, v. 146, n. 1 P. 75-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.304>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Ministério Da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Organização Das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 6 abr. 2023.

PINA, Melissa Martins; PARREIRA, Fernanda Ramos. O (não)lugar de um(a) psicólogo(a) negro(a) na saúde mental: Uma análise crítica de práticas (neo)coloniais em CAPS AD III. Salvador, v.3, n.e14193, p.1-14, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14193>. Acesso em: 1 abr. 2023.

SANTOS, Alessandro Oliveira dos. et al. Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo (a). *Revista Brasileira de Psicologia*, n. 02 (número especial), p. 16-27, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002798872>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. São Paulo. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 83-94, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOUZA, B.T. et al. Política nacional de saúde integral da população negra (PNSIPN) e a adesão da população negra aos serviços de saúde. Paraná. *International Seven Multidisciplinary Journal*, v2, n.1, p. 125-138. São José dos Pinhais. Disponível em: <http://sevenpublicacoes.com.br/index.php/ISJM/article/view/1505/1646>. Acesso em: 17 jun. 2023.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, Bahia, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764> . Acesso em: 11 abr. 2023.

WERNECK, J.. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 535–549, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM